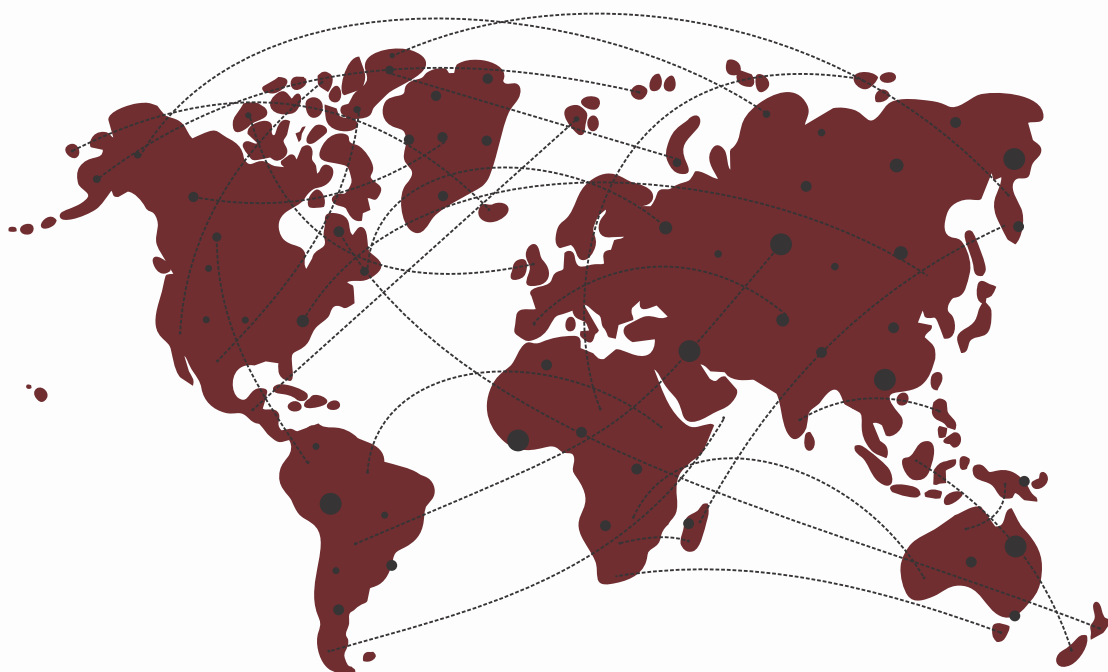
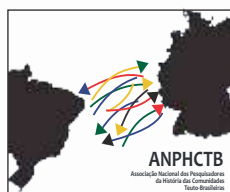


Migrações, Territorialidades e Ambiente



Rosane Marcia Neumann
Welington Augusto Blume | (orgs.)



**Migrações,
territorialidades
e ambiente**

**Rosane Marcia Neumann
Wellington Augusto Blume
(Orgs.)**

**Migrações,
territorialidades
e ambiente**

E-book



São Leopoldo
2023

© Dos autores – 2023

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: Rui Bender

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

M636 Migrações, territorialidades e ambiente. [E-book]. Organizadores: Rosane Marcia Neumann e Welington Augusto Blume. – São Leopoldo: Oikos, 2023.

121p.; il.; color.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5974-133-5

1. Migração. 2. Migração – colonização – agricultura – território fronteiro. 3. Migração alemã – História – Brasil. 4. Migração – Literatura. 5. Imigração. I. Neumann, Rosane Marcia. II. Blume, Welington Augusto.

CDU 314.7

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação	7
<i>Wellington Augusto Blume</i>	
Agricultura e colonização em terras de fronteira. Algumas notas sobre as colônias agrícolas de Santa Fe (Argentina), 1850-1880	9
<i>Juan Luis Martirén</i>	
Migración Alemania-Chile: breve revisión de su producción historiográfica	23
<i>Eduardo Gallardo Martinez</i>	
Biodiversidade, clima, colonização alemã e conhecimento	36
<i>Eduardo Relly</i>	
Literatura e imigração alemã no Brasil. A relação do imigrante com o meio	44
<i>Gerson Roberto Neumann</i>	
Migração e pandemia: Estado, fronteiras e legislações	59
<i>João Carlos Tedesco</i>	
<i>Patricia Grazziotin Noschang</i>	
Romance como espaço da relação Literatura e História	87
<i>Ivânia Campigotto Aquino</i>	
ANPHCTB: uma trajetória voltada ao estudo das comunidades teuto-brasileiras	100
<i>Isabel Cristina Arendt</i>	
<i>Rosane Marcia Neumann</i>	
Sobre os autores e as autoras	120

Apresentação

O e-book “Migrações, territorialidades e ambiente” reúne os textos das conferências e mesas-redondas apresentados e discutidos no decorrer do “Seminário Internacional Migrações, territorialidades e ambiente e XV Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras”, que ocorreu no ano de 2021.

O evento foi promovido pela Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras e contou com o apoio do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) e do GT Estudos Étnicos e Migrações – ANPUH-RS. Seu principal objetivo foi discutir os deslocamentos migratórios históricos e contemporâneos e suas territorialidades regionais e transnacionais e os impactos no ambiente. Tratando-se de uma temática complexa, propôs-se, durante o evento, um diálogo interdisciplinar com diversas áreas do conhecimento, bem como múltiplas abordagens teóricas e metodológicas.

O texto de Juan Luis Martirén abre o presente e-book e apresenta reflexões sobre colonização e agricultura no território fronteiro de Santa Fe, na Argentina, durante a segunda metade do Oitocentos. Sua análise traz em seu bojo um olhar sobre o modelo de colonização da região e seus impactos demográficos e econômicos, sugerindo, ao fim, comparações entre colônias argentinas e brasileiras. Na sequência, temos a revisão historiográfica sobre as migrações alemãs para o Chile, feita por Eduardo Gallardo Martinez. O estudo do autor contempla trabalhos do século XVIII até a atualidade, motivado por contribuir para a compreensão da produção escrita sobre os intercâmbios entre Chile-Alemanha – que, para Martinez, é um campo ainda pouco explorado. Na interface dos dois estudos, Eduardo Relly aborda a colonização alemã no Sul do Brasil e a relação do imigrante com o ambiente.

Os dois artigos da sequência contemplam reflexões sobre Literatura e História. Gerson Roberto Neumann traz reflexões em torno do conceito

de migração associado ao de literatura, fruto da necessidade de pensar a produção literária que contempla o processo migratório desde o momento da saída, que configura o movimento de emigração, até o momento da chegada, que caracteriza a imigração. Ivânia Campigotto Aquino tece considerações sobre as relações que podem ser estabelecidas entre Literatura e História a partir dos romances históricos. A autora oferece subsídios para enriquecer o debate sobre o papel ocupado pelos romances históricos na interpretação da própria História, reforçando sua importância documental e sua riqueza narrativa.

João Carlos Tedesco e Patricia Grazziotin Noschang trazem um balanço sobre as migrações durante a pandemia de Covid-19. O “texto revisa literatura sobre o tema, presentifica alguns dados estatísticos em torno da imigração, relata fatos envolvendo imigrantes na pandemia, bem como aponta em âmbito nacional as dificuldades de entrada dos migrantes no Brasil durante o tempo pandêmico”, oferecendo, assim, importantes ponderações a respeito das migrações contemporâneas durante a pandemia.

Para finalizar, Isabel Cristina Arendt e Rosane Marcia Neumann apresentam a trajetória da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras desde a sua fundação em 1997 até a atualidade.

Que o presente e-book seja um convite para a realização de reflexões sobre a pertinência temática das migrações, territorialidades e ambientes no âmbito dos estudos históricos e de suas relações com outras disciplinas. Boa leitura!

Wellington Augusto Blume
Presidente da ANPHCTB

Agricultura e colonização em terras de fronteira. Algumas notas sobre as colônias agrícolas de Santa Fe (Argentina), 1850-1880

Juan Luis Martirén

Cada colono es agraciado con una suerte de chacra de una superficie equivalente a ciento sesenta mil palmos cuadrados [...] Los colonos se hallan bien en el país, y no tienen antipatía, ni por la lengua ni por las costumbres brasileras [...] Comen legumbres, carne de puerco cevado, pan de maíz y centeno, y beben vino tinto y *caxassa*, el aguardiente, caña del país. Tienen todos los muebles necesarios para la vida. Las mujeres labran la tierra a la par de sus maridos y padres [...] Los objetos principales de cultivo más lucrosos son: maíz, trigo, cebada, centeno, papas, porotos, caña dulce, mandioca. Se beneficia aguardiente de caña (*caxassa*), aceite de mamon, vino. Hay molinos de agua perfectamente arreglados para moler maíz y trigo y para aserrar maderas: hay curtiembres de cueros, fábricas de cordeles, de ladrillo y de tejas (Juan María Gutiérrez, 1845).

Em setembro de 1845, Juan María Gutiérrez, um dos intelectuais argentinos exilados durante o Rosismo¹, publicou na imprensa algumas notas levantadas por ocasião de sua visita à colônia São Leopoldo. Embora as impressões apresentassem certo equilíbrio entre questões negativas e positivas sobre o desenvolvimento da colônia, sua publicação evidenciava a intenção de algumas elites intelectuais argentinas de replicar novamente os falidos projetos de colonização desenvolvidos em Buenos Aires na década de 1820 ou de imitar a experiência de colonização com alemães nas terras meridionais do Brasil.

A promulgação da Constituição Nacional em 1853 e a promoção da chegada de imigrantes europeus por parte da nova Confederação Argentina abriram as portas para novos projetos de colonização, que se materializaram.

¹ Identifica-se o período em que Juan Manuel de Rosas foi governador da província de Buenos Aires e ao mesmo tempo responsável pelas relações exteriores da Confederação Argentina (1835-1852).

zaram na segunda metade da década de 1850. Os mais importantes foram assinados na província de Santa Fe, que conseguiu desenvolver um fenomenal processo de expansão econômica a partir da subdivisão de terras em lotes coloniais, habitados, na grande maioria, por imigrantes europeus. As primeiras famílias colonizadoras foram alemãs, francesas, suíças e italianas, principalmente. Mas a grande expansão desde a década de 1880 foi motorizada por imigrantes italianos em grande maioria.

O fenômeno colonizador santafesino tem atraído grande atenção historiográfica, pois atingiu características muito particulares, que terminaram diferenciando-a das províncias vizinhas (GALLO, 1983; BONAUDO, 2006; DJENDEREDJIAN *et al.*, 2010). As colônias agrícolas ali estabelecidas não só permitiram uma transformação radical da estrutura econômica e demográfica provincial, mas também desenvolveram padrões mais igualitários do que os existentes na região naquela época. O modelo de colonização, que se estendeu durante a segunda metade do século XIX, teve de atravessar difíceis momentos iniciais. Mas, desde 1880, conseguiu iniciar um ciclo de acelerado crescimento, tanto que, em 1895, as lavouras de trigo já superavam um milhão de hectares, tornando assim Santa Fe o principal produtor de cereais do país.

Não menos transformador foi o processo de colonização no Rio Grande do Sul, que inspirou Gutiérrez a publicar suas notas desde o exílio. Desde o assentamento pioneiro de imigrantes nas margens do Rio dos Sinos em 1824, as terras do Sul do Brasil conseguiram atrair capitais e empresas de colonização interessadas em estabelecer centros agrícolas com imigrantes europeus. Embora as primeiras décadas não promovessem grandes mudanças, a partir dos anos 1850, os fluxos de imigrantes (principalmente alemães e italianos) não pararam de crescer. No final do século, a economia agrária gaúcha, que vivia um forte ciclo de crescimento baseado na pecuária e na exportação de derivados, diversificou-se. As colônias agrícolas mostraram-se, assim, como um espaço novo e particular de transformação da paisagem agrária e da estrutura econômica. E também ofereceram à nova Confederação Argentina um exemplo a replicar.

Além das semelhanças entre os dois processos de colonização na Argentina e no Brasil, as lógicas de produção eram totalmente diferentes. A seguir, desenvolveremos algumas reflexões sobre as particularidades das

colônias agrícolas argentinas, que podem servir de disparador para possíveis estudos comparativos entre os dois espaços.

Para que colonizar? Uma breve introdução sobre a experiência nas pampas argentinas

Desde finais do século XVIII e início do XIX, desenvolveu-se um determinado clima de época, construído primeiro no interior da matriz ilustrada e depois no liberalismo, que entendia a natureza como um objeto a transformar. O principal objetivo era melhorar as condições de vida e de trabalho, bem como gerar riqueza. Já no início do século XIX, a reconfiguração geopolítica dos interesses econômicos da Europa ou a influência de ideias utópicas alimentaram uma grande tendência de expansão colonizadora, especialmente na África, Oceania e América. Essas novas ideias sobre os problemas e necessidades da época e as eventuais soluções chegaram ao Rio da Prata na década de 1820 com o surgimento de numerosos projetos para a instalação de imigrantes europeus. O fenômeno da colonização apareceu, talvez pela primeira vez, não apenas como estratégia de defesa territorial ou avanço sobre áreas de fronteira (típicas da época colonial), mas como uma nova iniciativa para promover mudanças profundas na sociedade agrária. Pensava-se que, além desse tipo de vantagens, a própria colonização poderia trazer significativos benefícios econômicos em um espaço subutilizado em termos de fatores e onde existiam diferenças sociais muito marcantes.

Nesse sentido, os projetos de colonização – embora de proporções e magnitudes diferentes – ocorridos na província de Buenos Aires durante a década de 1820 foram em geral executados por meio de mecanismos organizacionais semelhantes. Ou seja, principalmente através de sociedades por ações que se capitalizaram em um momento de auge da bolsa britânica. Contudo, tiveram em todos os casos resultados muito desfavoráveis e acabaram se dissipando.

O que deu errado? Apesar de que a ênfase tenha sido colocada em situações conjunturais típicas da realidade política e econômica de Buenos Aires, em grande parte essa falha deveu-se a causas mais estruturais, que se resumem basicamente em um desconhecimento das formas e mecanismos

de colonizar. A falta de planejamento estratégico dos empreendimentos, a subestimação da receptividade social dos habitantes locais, a ausência de vias de comunicação seguras e um custo de oportunidade menos atraente do que a produção pecuária foram obstáculos que não conseguiram superar. A tentativa de implantação de unidades produtivas, típicas do sistema de produção rural europeu, em que a intensidade de investimento em mão de obra (e, portanto, seu custo) era muito elevada em relação a outros fatores, não se adaptou à equação de produção local, na qual a escassez de mão de obra fazia com que os gastos operacionais nessa área se tornassem excessivamente elevados. Dessa maneira, se a família de cada agricultor não tivesse membros em idade produtiva suficientes para realizar as tarefas rurais, as possibilidades de sucesso diminuía expressivamente. Por outra parte, dado o contexto de escassez de força de trabalho que prevalecia na região do Rio da Prata, esse mesmo chefe de família poderia ser cooptado por um mercado de trabalho que oferecesse melhores condições do que as que poderiam ser obtidas com a exploração individual de sua fazenda (DJENDEREDJIAN, 2008). Somados a isso, os regulamentos e leis promulgadas que ofereciam certos direitos diferenciais aos imigrantes em termos de assistência e isenção de obrigações militares terminaram por ser contraproducentes, já que trouxeram problemas para a população local.

Essas dificuldades foram combinadas com a falta de resultados precisos em curto prazo. O transplante de comunidades europeias para espaços onde tudo ainda estava por ser criado absorveu capitais que não tiveram os retornos mínimos de rentabilidade esperados nem permitiu prever um certo horizonte de retorno dos investimentos.

A promulgação da Constituição Nacional em 1853 abria uma nova etapa para a política de colonização com estrangeiros. Embora Buenos Aires tenha conseguido uma política de expansão de fronteiras internas, relativamente bem-sucedida, durante o Rosismo, a partir do crescimento da produção de gado outras províncias da região dos Pampas não haviam conseguido o controle total de suas limitadas fronteiras. Em Santa Fe, apesar de ter iniciado um ciclo de expansão da pecuária após anos de retração, o espaço plenamente produtivo em 1850 era basicamente o mesmo desde o último deslocamento da fronteira em 1819. A isso se somam os problemas de abastecimento devido à estagnação agrícola: o recrutamento da popula-

ção rural masculina para as guerras e a expansão da pecuária em outras províncias costeiras teriam determinado que a produção agrícola não crescesse ali na mesma proporção do aumento demográfico.

Nesse sentido, províncias como Santa Fe e Entre Rios sentiram a necessidade de importar trigo e farinha durante a década de 1940, o que também constituiu um efeito do mesmo desenvolvimento econômico que levou ao crescimento das cidades e do consumo urbano, bem como de uma tendência maior das propriedades rurais a se voltar para as atividades pecuárias mais dinâmicas em detrimento da produção agrícola. Isso implicava também grandes riscos políticos, pois, num contexto de autonomia das diferentes províncias, era muito possível – e de fato frequente – que se travassem conflitos entre elas.

A partir dessa conjuntura, diferentes setores dirigentes dessas províncias desenvolveram a ideia de que essa relativa estagnação na agricultura só poderia ser superada buscando mudanças substanciais na economia local e na sociedade, particularmente intensificando o uso de recursos e especialmente a oferta de mão de obra importada da Europa. Uma das soluções possíveis era tentar replicar os experimentos colonizadores da década de 1820, mas buscando corrigir as antigas falhas.

O contexto era outro e, apesar de que a primeira experiência tinha se mostrado inviável, nos países vizinhos (Brasil e Chile) a colonização com famílias alemãs começava a decolar. Nesse contexto insere-se o parágrafo que antecede esta comunicação.

Se 1824 foi para o Rio Grande do Sul o ponto de partida simbólico da colonização após a chegada das primeiras famílias alemãs a São Leopoldo, no caso de Santa Fe foi o ano de 1856. *Esperanza* chamou-se a primeira colônia, fruto de um contrato entre um empresário privado e o governo provincial, que se concluiu muito antes do previsto. Dois anos depois, tinham se somado outras duas colônias, além de outras tantas, nas províncias de Buenos Aires e Entre Rios. Os primeiros anos foram muito difíceis, e o futuro das colônias parecia predestinado a sofrer o mesmo final daqueles empreendimentos dos anos 1820. Mas um evento exógeno mudou o panorama. Um ciclo inflacionário nos preços dos cereais, gerado pela guerra do Paraguai, promoveu uma primeira expansão entre 1868 e 1872. Por sua vez, a construção da primeira grande ferrovia argentina entre Rosário e

Córdoba também promoveu o povoamento de outro núcleo colonial. A crise econômica de 1873-76 freou temporariamente essas experiências, embora a partir de 1880 o ciclo de formação de colônias e de transformação da economia e da sociedade de Santa Fe alcançasse um crescimento exponencial. No final do século, a Argentina havia se tornado um grande exportador de cereais no mercado internacional, e essa receita produtiva surgira nas colônias agrícolas de Santa Fe.

Tabela 1: Evolução produtiva da agricultura de Santa Fe

	Ano							
	1865	1872	1878	1882	1884	1887	1895	1904
Superfície Cultivada (hectares)	5.104	62.850	130.667	215.326	363.258	595.890	1.515.865	3.122.549
Superfície Cultivada com Trigo (hectares)	3.340	35.493	98.629	169.193	255.278	401.652	1.030.898	1.342.696
Arados (unidade)	550	4.134	6.540	11.696	13.166	17.546	35.853	33.125
Ceifadeiras (unidade)	15	348	1.832	2.986	2.882	3.762	8.651	7.500
Colheitadeiras (unidade)	2	16	82	104	223	371	1.243	1.429
Bois (unidade)	396	11.767	26.740	43.296	38.167	103.347	166.527	76.944
Cavalos de tração (unidade)	2.350	8.903	15.726	39.517	28.820	49.780	58.763	130.748
Produção Trigo (ton)	2.629	14.472	56.289	156.999	171.152	470.131	1.200.000	1.500.000

Fonte: Elaboração própria a partir de Martirén (2016).

No plano quantitativo, as mudanças foram avassaladoras; todos os indicadores produtivos e demográficos cresceram significativamente. Embora a grande expansão desde a década de 1890 também incluísse áreas externas às colônias (maiores unidades produtivas, como estâncias, voltaram-se à agricultura), não há dúvida de que a colonização agrícola mudou fundamentalmente a economia agrária provincial. Os efeitos também tiveram alcance nacional, pois essa receita tecnológica que se havia consolidado nas colônias (especificamente o cultivo do trigo em grande escala) expandiu-se para as províncias vizinhas, gerando uma diversificação da matriz produtiva, até então orientada, mais do que nada, para exportar atividade pecuária.

Mas quais foram as bases sobre as quais se baseou esse novo processo de produção? Trata-se de aspectos qualitativos muito mais difíceis de capturar, mas não menos importantes. A seguir, apresentam-se algumas notas sobre ditos quesitos.

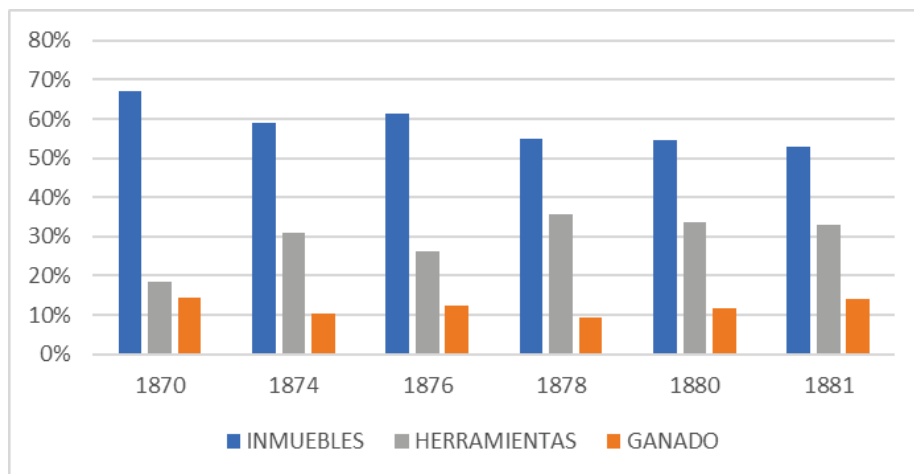
As bases qualitativas do fenômeno colonizador

Superadas as dificuldades iniciais, as colônias mostraram-se como um projeto transformador para a economia e a sociedade da região pampeana. Não se tratava apenas da instalação de famílias de imigrantes europeus em lotes ortogonais. A colonização trazia uma série de mudanças, que alterariam profundamente a estrutura econômica e social vigente no mundo rural provincial.

1. A transformação *farmer*

A primeira mudança, e talvez a mais radical, foi produtiva. A colonização promoveu o surgimento de unidades produtivas do tipo *farmer*, isto é, de corte familiar, mas fortemente orientadas para o mercado com altos níveis de investimento em terras, maquinário e infraestrutura. Em um espaço dominado por grandes latifúndios, em sua maioria estéreis, ou onde a pecuária tradicional era praticada com baixos padrões de investimento, as colônias geraram um ponto de inflexão na economia agrária local. Não só promoveram o parcelamento dessas grandes áreas, mas também aumentaram a densidade populacional, colocaram em unidades de produção de exploração intensiva e conseguiram colocar uma gama diversificada de produtos nos mercados locais e regionais. Da mesma forma, aplicaram progressivamente uma receita de agricultura extensiva, que em meados da década de 1870 já havia demonstrado seu potencial. Tudo isso graças ao crescente investimento em capital produtivo, desde benfeitorias em seus terrenos até a incorporação de práticas agrícolas mecanizadas. Isso pode ser visto claramente na tabela anterior, que mostra o forte crescimento que teve o rubro de máquinas agrícolas. O exemplo da colônia San Carlos, uma das mais importantes do território santafesino, é um bom exemplo para mostrar a escala micro, uma das chaves do crescimento produtivo das colônias: o investimento em tecnologia.

Gráfico 1: Distribuição dos ativos produtivos no bairro de San Carlos (1870-1881)



Fonte: Martirén (2017, p. 234).

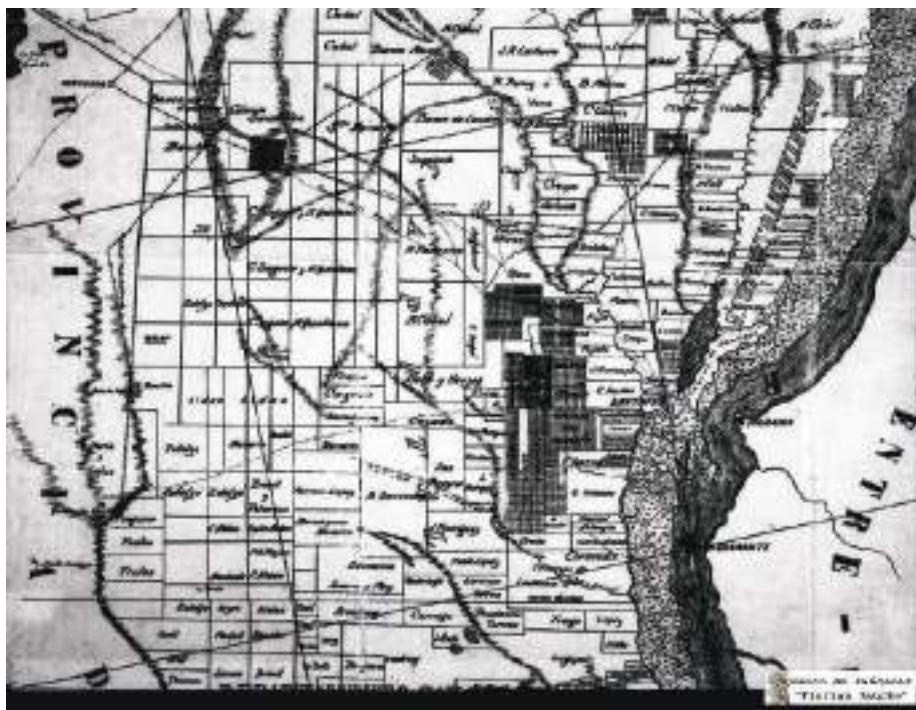
O gráfico abarca um momento fundamental do processo de colonização: a década de 1870. Foi durante esses anos que a receita tecnológica começou a se assentar. Nesse quesito, é importante elencar que a terra, cujo preço crescia rapidamente naquela época (MARTIRÉN, 2016, cap. 4), não incrementou seu valor relativo ao longo do período. Por sua vez, o maquinário teve uma evolução ascendente, mostrando que o investimento em tecnologia era fundamental para o avanço da produção agrícola.

Consolidada a especialização dos cereais, as colônias desenvolveram-se como núcleos produtivos dinâmicos, que, além de gerar produtos primários, conseguiram agregar valor a partir da instalação de indústrias de beneficiamento (moinhos de farinha, fábricas de massas, destilarias de álcool, entre outras). Em síntese, passaram por um processo de experimentação que teve três fases: a primeira, de produção intensiva e diversificada; a segunda, da consolidação da agricultura extensiva; e a terceira, da geração de valor agregado a partir do crescimento de agroindústrias complementares.

2. A estrutura fundiária e os direitos de propriedade

A segunda mudança qualitativa teve a ver com a propriedade tanto em termos distributivos como no referente aos direitos de propriedade e suas concepções. As colônias trariam consigo uma concepção de direitos de propriedade bastante diferente daquela que havia caracterizado a campanha de Santa Fe até meados do século XIX, cujo mercado imobiliário rural era sustentado por poucas transações realizadas por grandes proprietários e afetados por determinações puramente locais (costumes, práticas e redes de vínculos primários). A colonização não só quebraria esse caráter estático, local e secundário do mercado, mas também revisaria as percepções sobre os direitos de propriedade. Assim, títulos de propriedade imperfeitos ou a possibilidade de que alguns produtores serem ocupantes de fato não teriam mais lugar nas colônias. A partir desse momento, as terras seriam objeto de medição e organização específica pela primeira vez e teriam uma forte consistência jurídica, endossada e rubricada por agentes públicos que conferiam não só um valor de mercado diferencial, mas também direitos perfeitos sobre sua propriedade. Constituiriam assim parte fundamental do patrimônio, e portanto a terra (e suas benfeitorias imobiliárias) se tornaria um grande fator de acumulação de riqueza (MARTIRÉN, 2016). Foi então imposto um novo sistema de propriedade, que estabeleceu não apenas a necessidade de um cadastro geral provincial, mas também uma burocracia especializada no registro de operações imobiliárias. Foi uma mudança qualitativa de grande importância, que precedeu o processo de ordenamento territorial promovido pelo governador Oroño em meados da década de 1860. Na época do primeiro mapa cadastral da província em 1872, as colônias marcavam um claro contraste com as terras tradicionais.

Mapa 1: Registro das propriedades no berço central de colonização de Santa Fe em 1872



Fonte: Banco de Imagens “Florian Paucke”, Gobierno de la Provincia de Santa Fe. Disponível em: <http://gobierno.santafe.gov.ar/archivo_general/florian_paucke/imagen.php?path=full/00000057/00017204_005.jpg>.

3. Novas instituições para a campanha

A terceira mudança gerada pelas colônias ocorreu no marco institucional. Uma vez estabelecidas as primeiras colônias no centro-oeste da província, gerou-se um contraste paradigmático nessa região, já que ali coexistiam dois modelos institucionais com grandes diferenças quanto ao controle do espaço, da população e da economia, além das formas como eram realizadas atividades produtivas e sua própria natureza. Até então, o poder político na campanha santafesina contava com tradicionais redes clientelistas, geralmente administradas por juízes de campanha que, a partir de 1863, passaram a responder diretamente a uma nova figura: o *Jefe Político*. Essa instituição, a *Jefatura Política*, e suas dependências institucionais, denomi-

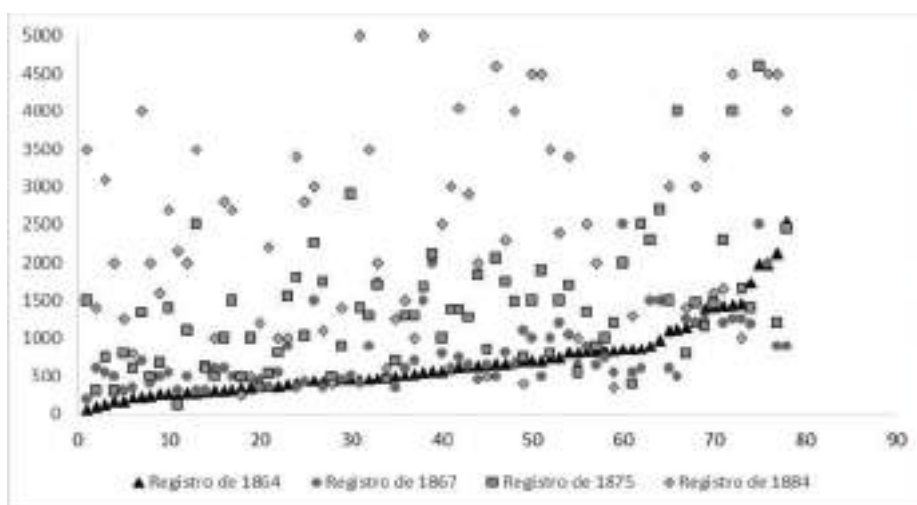
nadas Subdelegacias de Polícia, passaram a exercer um papel central na campanha daquele espaço. Essas posições eram reservadas para personagens que compunham a rede de alianças das diferentes facções políticas da capital provincial. Além de manter o controle político direto sobre a população, serviram como estruturas clientelares, especialmente em processos eleitorais (BONAUDO, 2008). As colônias romperam com esse esquema, estabelecendo um andaime institucional diferente, que lançaria as bases para o regime municipal instalado permanentemente na província desde 1872. Os mesmos contratos de colonização previam a possibilidade de que cada colônia pudesse contar com uma espécie de governo local próprio, que os mesmos estrangeiros se encarregariam de estabelecer e desenvolver. Dessa forma, os colonos europeus não apenas desenvolveram mecanismos de participação e representação, mas também se organizaram para mitigar as múltiplas deficiências da ação do Estado, principalmente em termos de segurança (DJENDEREDJIAN *et al.*, 2010). Da mesma forma, compartilharam noções comuns sobre os temas que poderiam afetar o futuro das colônias e inclusive exerceram mecanismos de participação coletiva junto às autoridades provinciais e nacionais com base em petições. Embora em paralelo, deve-se dizer que também houve fortes divisões e lutas de facções dentro de ambas as colônias (GALLO, 1983).

4. Crescimento econômico e menor desigualdade

Se havia um traço característico do mundo rural pampeano durante o século XIX, era a alta desigualdade econômica que prevalecia naquele espaço. No entanto, essa situação não se estendeu às colônias de Santa Fe, que romperam com o acesso desigual à propriedade da terra e com os mecanismos tradicionais de distribuição de riqueza. Como esse fenômeno foi gerado? Em princípio por duas razões principais. Por um lado, porque as colônias se caracterizaram desde o início por um padrão relativamente igualitário de distribuição da riqueza imobiliária, uma vez que todas as famílias de agricultores ali estabelecidas – em sua maioria formadas por imigrantes europeus pobres – iniciaram suas atividades com a mesma quantidade de terras, ou seja, parcelas de 34 hectares. Por outro lado, porque conseguiram mitigar os efeitos que todo ciclo de crescimento econômico gera sobre a desigualdade, ou seja, aumentá-la. Vejamos o exemplo que oferece

Esperanza, a primeira colônia fundada em 1856. O gráfico mostra a declaração impositiva de capital imobiliário de um grupo de 78 colonos, que se repetiram nos registros fiscais de 1864, 1867, 1875 e 1884. O resultado é claro: o crescimento da riqueza da grande maioria dos contribuintes foi bastante significativo ao longo de duas décadas, sem considerar que muitos colonos podem ter reduzido seu capital por parcelamento familiar ou por razões hereditárias.

Gráfico 1: Evolução da riqueza imobiliária dos colonos de *Esperanza* entre 1864 e 1884



Fonte: Martirén (2016, p. 182).

Assim, fica evidente uma singularidade desse espaço: fortes ciclos de acumulação, mas marcados por baixos níveis de desigualdade em relação ao seu redor (MARTIRÉN, 2016). Embora esse padrão igualitário inicial tenha diminuído com o tempo, a criação de novas colônias estendeu a possibilidade de acesso à terra e, portanto, de acumulação. Assim, em meados da década de 1880, a província de Santa Fe não apenas havia atingido um crescimento econômico muito considerável, mas também mantido os índices de desigualdade sob níveis relativamente estáveis.

Uma agenda aberta: rumo a uma necessidade de comparação com a colonização do Rio Grande do Sul

A transformação da paisagem agrária santafesina teve alguns efeitos claramente visíveis e outros menos perceptíveis. Em um nível quantitativo, a transformação econômica promovida pelas colônias em pouco menos de quatro décadas foi radical. Em 1895, as lavouras de Santa Fe ultrapassavam um milhão e setecentos mil hectares, mais de quatrocentos mil habitantes povoavam o território provincial, atravessavam a campanha mais de três mil quilômetros de ferrovias, havia quase cem moinhos de farinha a vapor, além de quinze instituições bancárias e grandes corporações dedicadas ao negócio da colonização.

As colônias desempenharam um papel fundamental nesse processo, graças sobretudo a alguns aspectos qualitativos que marcaram esse ciclo transformador. O reajuste fatorial gerado, as novas noções sobre os direitos de propriedade, a mudança institucional ou as peculiaridades do processo de acumulação foram uma marca singular das colônias de Santa Fe e não podem deixar de ser apontados.

Pelas particularidades do caso, e também por ter uma trajetória paralela ao processo de colonização desenvolvido no Rio Grande do Sul, é importante fomentar trabalhos em perspectiva comparada. Sabe-se que, no campo historiográfico, a abordagem comparada pode oferecer grandes vantagens, ampliar o escopo e evitar as marcas imaginárias impostas pelas fronteiras políticas. Estudar, nesse sentido, espaços com desenvolvimentos semelhantes, como os nichos de colonização no Sul do Brasil e na região pampeana argentina, pode oferecer resultados mais elaborados. Variáveis como a subdivisão e o mercado da terra, as condições de vida da população rural, a atuação dos empresários e das firmas de colonização, a lógica do negócio colonizador, a participação política dos colonos, entre outros, têm sido temas muito trabalhados pela historiografia de ambos os espaços.² Os estudos de imigração também se poderiam beneficiar muito, ainda mais porque a escala comparativa nos permitiria estudar com novos parâmetros as trajetórias de vida individual e coletiva de pessoas que deixaram a Europa para estabelecer-se em diferentes latitudes americanas.

² Algumas abordagens preliminares em Martirén (2017a, 2017b, 2020).

Referências

BECK BERNARD, Ch. *La République Argentine*. Manuel de l'émigrant et du cultivateur. Berne: Imprimerie J. Allemann, 1872.

BONAUDO, M. “La organización productiva y política del territorio provincial (1853-1912)”. In: BARRIERA, Darío (Dir.). *Nueva historia de Santa Fe*, Tomo VI. Rosario: Prohistoria, 2006.

BONAUDO, M. Aires gaditanos en el mundo rioplatense. La experiencia de los Jefes Políticos y el Juicio por Jurados en tierras santafesinas (segunda mitad del siglo XIX). *Revista de Indias*, v. LXVIII, n. 242, p. 255-80, 2008.

DJENDEREDJIAN, J. *Historia del Capitalismo Agrario Pampeano*. Tomo IV: La agricultura pampeana en la primera mitad del siglo XIX. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

DJENDEREDJIAN, J.; BEARZOTTI, S.; MARTIRÉN, J. *Expansión agrícola y colonización en la segunda mitad del siglo XIX*. Tomo VI, Historia del Capitalismo Agrario Pampeano. Buenos Aires: Teseo, 2010. 2 t., 1.112 p.

GALLO, E. *La pampa gringa*. Buenos Aires: Sudamericana, 1983.

MARTIRÉN, J. *La transformación farmer*. Colonización agrícola y crecimiento económico en la provincial de Santa Fe durante la segunda mitad del siglo XIX. Buenos Aires: Prometeo, 2016.

MARTIRÉN, J. El lento camino de la adaptación: análisis comparado de los patrones de inversión y los ciclos de acumulación de riqueza en las colonias agrícolas de Brasil y Argentina (1860-1884). *História: Debates e Tendências*, 17 (2), p. 228-243, 2017a.

MARTIRÉN, J. “Historias paralelas. Un estudio comparado sobre los resultados económicos de las empresas de colonización a mediados del siglo XIX: el caso de San Carlos (Argentina) y Santa Maria da Soledade (Brasil)”. In: VARGAS, Jonas (org.). *Belicosas fronteiras*. Contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX). Porto Alegre: Editora FI, 2017b. p. 379-408.

MARTIRÉN, J. Medir niveles de vida en el mundo rural decimonónico. Algunas estimaciones en las colonias agrícolas de Brasil y Argentina (1850-1900). In: SANTILLI, D. (coord.). *Niveles de vida en un país en ciernes: dimensiones de la desigualdad en la Argentina en el largo plazo, 1700-1900*. Buenos Aires: Prometeo, 2020. p. 211-232.

WILCKEN, G. *Las colonias*. Buenos Aires: Sociedad Anónima, 1873.

Migración Alemania-Chile: breve revisión de su producción historiográfica

Eduardo Gallardo Martínez

Introducción

Los contactos chileno-alemanes tienen antigua trayectoria, lo cual se manifiesta sobre todo a partir del siglo XIX en los ámbitos político, económico y socio-cultural. Se puede afirmar que tales contactos han ocupado un lugar preponderante en los nexos de Chile con Europa, fenómeno que en la actual época de globalización cobra mayor vigencia al apreciar el acercamiento de Chile hacia la Unión Europea, organización donde Alemania ejerce un rol de liderazgo. En este contexto se estima al contacto chileno-alemán como un tema relevante para el presente y futuro del país, surgiendo desde allí la necesidad de generar mayor información en torno a este tema, lo que en el caso particular de áreas como ciencias, educación y artes, posee importantes implicancias en cuanto a potenciar la actividad cultural de Chile (CALDERON, 2001; GALLARDO, 2014).

La trayectoria de los contactos chileno-alemanes y especialmente la temática de la migración alemana hacia Chile ha producido una extensa literatura, la cual incluye textos de diversa naturaleza y la participación de una considerable lista de autores. De acuerdo con lo anterior, el presente texto tiene como objetivo llevar a cabo una revisión preliminar de trabajos de tipo historiográfico referidos a la migración alemana hacia Chile, abarcando temporalmente desde el siglo XVIII hasta alcanzar la actualidad. Esta revisión está motivada por contribuir al conocimiento de la producción escrita sobre los intercambios Chile-Alemania, campo donde se observa que ha habido pocos trabajos que analicen aquel material bibliográfico como conjunto. Afortunadamente, la situación de las ciencias sociales y humanidades ha recibido en tal sentido cierta atención en estos últimos años (BIRLE; FERNANDEZ, 2003).

Antes de comenzar la revisión de esta producción historiográfica, resulta pertinente señalar algunos aspectos fundamentales acerca de la migración alemana hacia Chile. En primer lugar y desde un punto de vista temporal y cuantitativo, habría que decir que esta migración se concentró sobre todo en el periodo 1846-1914 y hacia el año 1920 habían aproximadamente en Chile entre 20 a 25 mil personas de origen alemán, equivalente al 0.6 % del total del país para ese entonces, cerca de 3,7 millones de habitantes (BLANCPAIN, 1974; YOUNG, 1974). Actualmente la población de origen alemán es de aproximadamente 500 mil personas, equivalente al 2,9 % de un total aproximado de 17 millones de habitantes. De todas formas, estas cifras se citan aquí sólo como referencia y aún hoy pueden ser motivo de discusión.

Enseguida y desde un punto de vista espacial, se destaca que la migración alemana hacia Chile se concentró sobre todo en la zona central y sur del país. En la zona central focos de atracción importantes fueron las ciudades de Santiago, Valparaíso y Concepción, lugares donde se produjo una migración más bien urbana junto a la realización de actividades relacionadas con el comercio, transportes y el ejercicio de profesiones liberales. Por otro lado, en el sur la migración germana se concentró entre las actuales ciudades de Temuco a Puerto Montt, recreándose una ocupación de carácter rural, orientada hacia el trabajo agrícola, ganadero y forestal, junto a la creación de pequeñas industrias ligadas a estas actividades.

A continuación y poniendo atención a cuestiones de carácter sociológico, se puede afirmar que la migración alemana hacia Chile, aunque pequeña en número, fue muy significativa en influencia. En los lugares donde se asentaron los alemanes rápidamente se transformaron en élite política, económica y social, demostrando además una extraordinaria capacidad de organización, siendo prueba de ello la numerosa presencia de clubes alemanes o “Deutsche Verein”, escuelas e iglesias, entre otras instituciones. En el caso del sur de Chile, los alemanes conformaron una élite regional donde predominó la endogamia, en tanto que en lo económico formaron un exitoso polo de actividad basado en los ideales del liberalismo (SCHOBERT, 1983; WALDMANN, 1988). De todos modos, no se puede dejar de mencionar que la situación de los inmigrantes germanos y sus descendientes en el escenario austral estuvo tensionada por factores de contexto nacional y

regional, como por ejemplo, la relación de competencia con el centro del país y los conflictos locales no resueltos a causa de la posesión de la tierra y otros recursos naturales, fenómeno que involucró también a la población indígena, la chilena y el Estado (GALLARDO, 2017).

Tras esta breve caracterización acerca de la migración alemana, toca volver a la revisión de su producción historiográfica, indicando que a continuación se identifican cuatro periodos, los cuales están separados de acuerdo a las tendencias disciplinarias e intelectuales que han ejercido mayor influencia en esta literatura. Para cada periodo se pondrá atención en tres aspectos fundamentales, situando en primer lugar el contexto, en segundo lugar caracterizando la producción historiográfica y finalmente destacando algunos autores y obras que pueden ser considerados como referencia del periodo.

Periodos de producción historiográfica

1. Periodo 1: “Antecedentes” (1786-1904)

Este es un periodo que considera textos producidos desde antes de la migración alemana hasta comienzos del siglo XX, cuando aparecen los primeros trabajos que se pueden considerar de tipo histórico y escritos por intelectuales dedicados específicamente a esta disciplina. El contexto donde se lleva a cabo esta producción se sitúa en una etapa de formación y consolidación de los Estados-Nación modernos, situación de orden político internacional de la cual fueron parte Alemania como también Chile, mientras tanto se ampliaba el conocimiento respecto al vasto escenario geográfico americano, esto debido a los numerosos viajes globales llevados a cabo sobre todo por actores europeos, creándose y difundándose así un generoso material textual que informaba en el “viejo mundo” respecto a la situación y posibilidades en otros continentes. Es debido a esta última razón que se considera que la literatura acerca de la migración alemana en Chile encuentra aquí antecedentes imprescindibles de mencionar.

Los textos obedecen a diferentes tendencias intelectuales y autores de múltiples características, entre los que destacan los propios migrantes, además de políticos, diplomáticos, pedagogos, literatos, artistas, religiosos,

militares, e instituciones de origen germano. En este diverso grupo de autores aún no se puede identificar la presencia frecuente de historiadores profesionales y la adscripción unánime a una escuela o grupo intelectual específico, pudiendo encontrarse escritos que van desde la Escuela Universalista Española hasta el Romanticismo. En términos generales, se puede afirmar que ésta es una literatura de orientación descriptiva y positivista, lo cual está en plena concordancia con las corrientes de pensamiento predominantes para esta época. En Latinoamérica el rol de la migración europea era observado con beneplácito al considerarlo como una aporte a la construcción de las jóvenes naciones, estando aquello muy de acuerdo con la obra de autores como Juan Bautista Alberdi y su lema “gobernar es poblar” y Domingo Faustino Sarmiento con su libro acerca de “civilización y barbarie”.

Entre los autores y obras alemanes destacados del periodo podemos encontrar, entre otros, al escritor romántico Heinrich von Kleist y su novela “Das Erdbeben in Chili” (el terremoto de Chile), de 1807, la cual tuvo buena recepción en Europa, al explorador y científico Eduard Poeppig cuyos textos tuvieron también aceptación y difusión, también a Hugo Kunz con “Chile und die Deutsche Kolonien” (Chile y las colonias alemanas), publicado aproximadamente en 1890 en Leipzig, importante lugar de imprenta para la época, también a Johannes Unold con “Das Deutschtum in Chile: Ein Zeugnis erfolgreicher deutscher Kulturarbeit” (La germanidad en Chile: Una prueba del exitoso trabajo cultural alemán), texto de 1900 que además de informar sobre las posibilidades del país, ejercía propaganda positiva acerca de la situación de los migrantes alemanes, contribuyendo este tipo de literatura a generar un discurso donde se enaltecía el éxito germano en el extranjero. En contrapartida con este tipo de visiones, un autor muy poco conocido, Philipp Matthei y su obra “Eine Reise nach Chile” (Un viaje hacia Chile), cuya primera parte se publicó en Kassel en 1883, ilustra el relato de un migrante cuya aventura hacia América no fue tan afortunada. Esto último conduce a discutir el tradicional discurso del éxito migratorio germano, abriendo las posibilidades de investigación en torno a experiencias migratorias de fracaso como fenómeno que demanda mayor revisión.

Para el caso de autores y trabajos chilenos, destacamos al abogado José Alfonso y “Un viaje a Valdivia, la civilización alemana en Chile”,

texto de 1900 que relata acerca de la buena situación de esta colonia europea en el sur, situándose aquello en la línea del discurso pro-germano. Contrario a esta visión, en tanto, encontramos al escritor e intelectual multifacético Eduardo de la Barra, quien con el texto “El embrujamiento alemán: La vida nacional”, de 1899, cuestionaba lo que consideró como la excesiva influencia germana en los asuntos chilenos.

Mención especial para este periodo la reciben tres autores, Juan Ignacio Molina (1740-1829), Carl Anwandter (1801-1899) y Vicente Pérez Rosales (1807-1886). El primero de ellos, religioso jesuita más conocido como Abate Molina y seguidor de la Escuela Universalista Española, de amplia y reconocida producción intelectual, resulta de gran importancia, por cuanto su extenso “Versuch einer Naturgeschichte von Chili” (Ensayo de historia natural de Chile), publicado en Leipzig en 1786, se puede considerar como el texto que inaugura el conocimiento respecto a Chile en Alemania, hito estimado como punto de partida para este periodo denominado como “antecedentes”. Enseguida está el migrante germano Carl Anwandter, cuyo relato en primera persona acerca del viaje e instalación de los colonos alemanes en el sur chileno constituye un testimonio que ha perdurado en el tiempo y ha sido objeto de varias publicaciones, algunas de ellas recientes como reedición, donde destaca “Desde Hamburgo a Corral. Diario de viaje a bordo del Velero Hermann”, del año 2001. Finalmente se ubica al chileno Vicente Pérez Rosales, político, diplomático, explorador y escritor, personaje multifacético y autor ineludible para este periodo, pues fue también protagonista directo de muchos de sus escritos debido a su rol como encargado de asuntos migratorios para el sur de Chile. Entre otros, sobresale su “Memoria sobre emigración, inmigración y colonización” de 1854 y el que es tal vez su texto más conocido, “Recuerdos del pasado”, publicado inicialmente en 1882 y que tuvo posteriormente varias reediciones.

2. Periodo 2: “Formación” (1904-1974)

Este es un periodo que considera escritos producidos desde comienzos del siglo hasta la década de los años 70, etapa en que se va configurando un conjunto de textos cuyos autores están un poco más relacionados con la disciplina historiográfica, pues algunos de ellos han recibido una formación académica específica en el ámbito de las humanidades y ciencias sociales,

esto debido al mayor desarrollo de la instrucción universitaria sobre todo en Alemania y en menor medida, Chile. El contexto a nivel internacional está tensionado por los grandes conflictos mundiales y la posguerra, hechos que tienen a Alemania como protagonista, mientras que el escenario chileno recibe a su modo estas influencias globales, pues ya ha desarrollado una dinámica nacional tras prácticamente un siglo de independencia política respecto a España.

La mayoría de los textos creados en este periodo aún manifiestan características propias de la descripción y el positivismo del siglo XIX. Este fenómeno se observa sobre todo en el caso de la producción chilena, donde a pesar de la aparición de intelectuales más vinculados a la disciplina historiográfica, aún prevalece la influencia de autores que normalmente eran políticos, diplomáticos, pedagogos, religiosos, artistas, entre otros. Por otro lado, durante esta etapa en Chile aparecen con gran difusión y protagonismo social publicaciones que son obra de instituciones de origen alemán, lo cual se observa como una influencia intelectual directa de los migrantes ante el contexto donde se desarrollaron.

Entre los autores y trabajos destacados del periodo podemos encontrar, entre otros, a autores como Edmund Ruszczynski, cuya tesis doctoral por la Universidad de Frankfurt de 1923 es probablemente el primer trabajo de análisis académico sobre el tema: “Deutsche Kolonisationsarbeit in Süd Chile” (El trabajo de colonización alemana en el sur de Chile). A continuación se mencionan tres autores que tuvieron estadias prolongadas en Chile: Rudolf Maeser, pedagogo que observó de cerca el desarrollo de la colonia alemana en torno al lago Llanquihue con “Zwischen See un Vulkan: Leben und Arbeit chiledeutsche Bauern” (Entre lagos y volcanes: Vida y trabajo de los agricultores chileno-alemanes), de 1939, enseguida al médico y geógrafo autodidacta Carl Eduard Martin, otro observador privilegiado que residió en Puerto Montt y que en su extenso libro “Landeskunde von Chile” (Geografía de Chile), también contribuyó al conocimiento sobre las actividades de los migrantes europeos. Dicho texto fue publicado en 1909 y reeditado en 1923 en Hamburgo, convirtiéndose en escrito de referencia para muchos trabajos posteriores.

Como aspecto interesante para esta etapa sobresale una producción de tipo artístico-literaria vinculada a la migración alemana. En el caso de

autores chilenos, destaca Mariano Latorre con “Ully”, de 1923 y también Carlos Fuenzalida con “Don Helmuth el colono” de 1960. En ambos casos se trata de obras representativas de la tendencia conocida como “criollismo”, acerca de tipos y costumbres del medio rural, estilo de amplia aceptación y lectura en el contexto nacional sobre todo en la primera mitad del siglo XX. Por otro lado, hay también obras de autores germanos y publicadas en Alemania, por ejemplo, Ulf Uweson con “Der Schatz am Llanquihue See” (El tesoro del lago Llanquihue), de 1937, Gerard Hagenmeyer con “Der Kampf um den See. Wie die Deutschen den Süden Chiles besiedelten” (La lucha en el lago. Cómo los alemanes se instalaron en el sur de Chile), de 1938 y Veit Bürkle (seudónimo de Karl Heinrich Bischoff): “Bernardo Philippi oder die Begegnung mit der wilden Erde” (Bernardo Philippi y el encuentro con un mundo salvaje”, de 1938. En el caso de estas obras de ficción, se puede afirmar que son escritos donde se exaltan las virtudes de los migrantes germanos ante la ocupación exitosa de territorios difíciles, pudiendo entenderse también como una forma de propaganda política, pues estos tres textos fueron publicados en los años del nacionalsocialismo, en algunos casos con apoyo estatal y autores como Hagenmeyer y Bürkle estaban vinculados con el partido nazi.

Mención especial para este periodo la reciben tres autores: Diego Barros Arana (1830-1907), Emilio Held Winkler (1898-1996) y la Liga Chileno-Alemana o Deutsch-Chilenischer Bund. Barros Arana, historiador liberal y positivista, reconocido en su época como uno de los intelectuales más importantes de Chile, publicó en Santiago en 1904 una biografía con sentido de homenaje hacia un célebre científico alemán asentado en el país, “Don Rodolfo Amando Philippi, su vida y obras”, pudiendo considerarse este escrito como aquel que inaugura este periodo donde la migración germana fue observada con mayor atención desde la disciplina historiográfica. A continuación está Emilio Held Winkler, historiador autodidacta de origen alemán y proveniente del sur chileno, autor de un sinnúmero de artículos y libros cuyo rol es notable sobre todo porque se le puede considerar como el principal recopilador de fuentes primarias acerca de la migración, tanto así que su legado documental dio origen al archivo de la Liga Chileno-Alemana. Esta institución fue creada en Santiago en 1916 en el contexto de la primera guerra mundial y pronto se transformó en

el principal organismo promotor de la cultura alemana en el país. La Liga destaca en esta revisión debido a su amplio trabajo de difusión de escritos de tipo histórico que en la mayoría de los casos poseen carácter conmemorativo.

3. Periodo 3: “Profesionalización y tensión” (1974-1995)

Éste es un periodo que considera trabajos escritos desde mediados de los años 70 hasta mediados de la década del 90, situándose en el contexto de tensiones político-ideológicas tanto a nivel internacional como nacional. Son años en que a nivel global continuaba la guerra fría, en tanto Alemania continuaba dividida, mientras que en Chile la democracia sufría un quiebre y cedía a la dictadura militar. Durante este periodo la temática de la migración alemana en Chile es observada sobre todo por historiadores profesionales, esto con características y resultados dispares dependiendo del origen de los trabajos.

La mirada más profesional del tema migratorio acontece sobre todo en el extranjero, en Europa y los Estados Unidos. Los mejores resultados se manifiestan sobre todo en trabajos que se pueden clasificar en la órbita de la escuela historiográfica francesa de los Annales, siendo debido a esto que existe una mayor problematización de los temas, planteándose tesis a comprobar, realizándose un análisis más complejo e incorporándose el aporte teórico-metodológico de otras disciplinas y junto con ello, estandarizándose un trabajo más riguroso de selección y revisión de fuentes, obteniéndose en definitiva un producto de mayor calidad. En el escenario chileno la situación fue diferente, por cuanto operaba en el país el “apagón cultural” a causa del régimen de Pinochet, la libertad de expresión y el debate de ideas estaban fuertemente restringidos, mientras que muchos intelectuales y académicos fueron objeto de censura, persecución y exilio, influyendo todo aquello negativamente en la cantidad y calidad de los trabajos para el área de las humanidades y ciencias sociales.

Entre los autores y trabajos destacados para este periodo podemos mencionar, entre otros, a Christel Converse, académica norteamericana quien escribió varios textos sobre el tema, por ejemplo, “Die Deutschen in Chile” (Los alemanes en Chile), de 1979, también Gerardo Ojeda-Ebert con “Deutsche Einwanderung und Herausbildung der chilenischen Nation”

(La inmigración alemana y la formación la nación chilena), editado en Múnich en 1984, así como también el aporte sociológico de Peter Waldmann con “Conflicto cultural y adaptación paulatina: La evolución de las colonias de inmigrantes alemanes en el sur de Chile”, publicado en 1988 por la revista *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas* (Anuario de historia de América Latina), una publicación periódica creada en 1964 que para aquellos años evidenciaría la preocupación desde Alemania por la historia latinoamericana.

Mención especial para este periodo la reciben cuatro autores: Jean-Pierre Blancpain (1932), George F.W. Young (1937), Gabriel Guarda (1928-2020) y René Peri Fagerstrom (1926-1996). Blancpain, historiador francés de dilatada trayectoria y seguidor de la escuela de los *Annales*, es de modo indiscutido quien ha hecho la mayor contribución al conocimiento sobre los migrantes alemanes en Chile, debiéndose ello en buena medida a su extenso y prodigioso trabajo publicado en francés en 1974: “*Les Allemands au Chili 1816-1945*” (Los alemanes en Chile), es un hoy un texto clásico y de lectura ineludible para el lector común y aquel más especializado. Enseguida está Young, historiador norteamericano quien coincidentemente publicó en el mismo año y bajo similar título en Nueva York su estudio sobre los migrantes, “*Germans in Chile: Immigration and Colonization 1849-1914*” (Alemanes en Chile: Inmigración y colonización), es otro trabajo de incuestionable calidad y hoy también considerado un clásico sobre el tema.

A continuación se ubican dos autores de origen chileno cuya producción intelectual se realizó desde el país, de orientación conservadora y posición más bien afin al régimen político predominante. En primer lugar está Gabriel Guarda Geywitz, sacerdote benedictino que consagró buena parte de su vida a los estudios históricos, recibiendo en 1984, en plena dictadura de Pinochet, el máximo galardón al que puede aspirar un historiador en el país: el premio nacional de historia. Nacido en la zona de Valdivia, fue miembro de la élite chileno-alemana del sur y probablemente debido a ello su obra respecto a los migrantes tiende a carecer de imparcialidad, e incluso para más de algún lector, puede tener carácter de apología. Por otro lado, Guarda fue un historiador que en algunos casos y de modo elitista ignoró abiertamente a otros componentes de la sociedad austral, por ejemplo, los indígenas, como ocurre en el caso de “*La sociedad en Chile austral antes de la colonización alemana*”, de 1979. Finalmente se

encuentra René Peri Fagerstrom, general de policía en Chile, ministro de Estado durante la dictadura, escritor e historiador autodidacta, miembro de diversos círculos intelectuales en su época y poseedor de un reconocimiento que lo hizo ser candidato al premio nacional de literatura en 1976. Sus trabajos históricos son de carácter más bien descriptivo y su tratamiento acerca de los alemanes en Chile es en general laudatorio, como ocurre en su “Reseña de la colonización en Chile”, libro publicado en Santiago en 1989.

4. Periodo 4: “Nuevas miradas” (1995 hasta hoy)

Corresponde pasar al último periodo a examinar, el cual abarca desde mediados de los años 90 hasta la actualidad, cuyo contexto está determinado por el fin de las tensiones políticas a nivel internacional y nacional, un momento de bienestar y nuevos desafíos para una Alemania que veía caer el muro de Berlín y pasaba a la reunificación, mientras que en Chile el término de la dictadura daba paso al retorno de la democracia. Desde aquel momento las relaciones bilaterales se han fortalecido y junto con ello el intercambio en materia académica y científica, ámbitos donde existen intereses recíprocos, proyectos y acciones en común, siendo prueba de ello los diversos acuerdos suscritos a nivel estatal y de actores privados (GALLARDO, 2014).

En la producción historiográfica se observa un escenario dinámico motivado por nuevas miradas, donde además de una mayor profesionalización entre los autores, sobresale el paradigma transnacional-global como forma de ver los acontecimientos más allá de los marcos estrictamente nacionales, a la vez que se construye un discurso historiográfico de tono más crítico y debido a la mayor circulación de información el acceso a fuentes es más expedito. Otro aspecto relevante en este contexto de nuevas miradas es la mayor contribución en cuanto a teorías y métodos provenientes de otras disciplinas de las humanidades y ciencias sociales, por ejemplo, la sociología, antropología o estudios literarios.

Muchos de los autores y trabajos destacados para esta última etapa están aún en plena vigencia, comenzando por el académico chileno Patricio Bernedo con su tesis doctoral realizada en la Universidad de Eichstätt: “Bürgertum und Modiernisierungsansätze in Chile im 19. Jahrhundert. Der Beitrag der deutschen Eiwanderer in Valdivia und La Frontera” (Enfoque

de la burguesía y modernización en el Chile del siglo XIX. El aporte de los inmigrantes alemanes en Valdivia y La Frontera), texto del año 1995 que es considerado como punto de partida para esta etapa de “nuevas miradas” por cuanto su análisis posee evidente orientación transnacional y marca un hito de renovación disciplinaria. A continuación se sitúan varios nombres y trabajos provenientes del medio internacional, por ejemplo, Jennifer Valko, de notable análisis desde el punto de vista literario con “Desmitificación del inmigrante alemán en Don Helmuth, el colono”, del año 2010, Regine Heberlein con “Writing a National Colony” (Escribiendo una colonia nacional), publicado en Nueva York el 2008, Pauline Bilot con una interesante y renovada visión desde la perspectiva de género en “Allemandes au Chili” (Alemanas en Chile) editado en Rennes el 2010, también “Deutschland und Chile, 1850 bis zur Gegenwart: Ein Handbuch” (Alemania y Chile, 1850 hasta la actualidad: Un manual), de los editores e investigadores Georg Dufner, Joaquín Fernandois y Stefan Rinke, publicado el 2016, mientras que por sus menciones a los migrantes alemanes en Latinoamérica y sobre todo por su aporte teórico acerca del paradigma transnacional-global resulta pertinente mencionar a Sebastian Conrad, historiador alemán y autor de: “Historia global: Una nueva visión para el mundo actual” publicado en español el año 2017.

La academia chilena en torno al tema migración Alemania-Chile también ha producido trabajos de valor durante esta etapa de “nuevas miradas”, como son, por ejemplo, “Chilenos en Alemania y alemanes en Chile, viaje y nación en el siglo XIX” publicado en Santiago el 2006, obra del historiador Carlos Sanhueza, cuya producción el torno al tema germano es notable para el medio nacional, también “Emigrantes e inmigrantes en Chile 1810-1915: Nuevos aportes y notas revisionistas” del académico Gilberto Harris, mientras que para la presencia migrante en escenarios regionales se puede mencionar, entre otros, a autores como Mateo Martinic con “Los alemanes en la patagonia chilena”, del 2005, Andrea Minte con “Colonización alemana a orillas del Llanquihue 1850-1900”, publicado el 2002, además de diversos trabajos del académico Baldomero Estrada, por ejemplo, “La colectividad alemana en Valparaíso durante la primera mitad del siglo XX”, del 2005. A todo lo anterior se suma la permanente mención sobre los inmigrantes alemanes y sus descendientes en un sinnúmero de

publicaciones pertenecientes a investigadores preocupados del tema mapuche-huilliche.

Consideraciones finales

Al finalizar esta breve revisión de la producción historiográfica acerca de la migración alemana en Chile se pueden mencionar tres conclusiones de relevancia. La primera es que al tomar en cuenta el contexto donde fue producida esta literatura, cobra plena validez la vieja máxima de Fernand Braudel la cual señala que “la historia es hija de su tiempo”, es decir, los escritos que forman parte de este recuento se deben comprender como productos intelectuales del contexto donde fueron concebidos, percibiéndose una influencia sobre todo en los planos político y socio-cultural.

Enseguida se puede señalar que esta producción historiográfica acerca de un tema específico como lo es la migración Alemania-Chile pone en evidencia la manifestación de algunas de las corrientes de pensamiento más notables desde el siglo XVIII hasta el XXI, abarcando desde la Escuela Universalista Española hasta el paradigma transnacional-global, lo cual no deja de llamar la atención, pues se observa para el inicio y fin del extenso periodo revisado un elemento denominador en común: esto es la idea y sentido de globalización.

Finalmente se pone atención en el presente y futuro de las actividades investigativas y de difusión relacionadas con la temática migratoria Alemania-Chile, señalando de modo optimista que el tema migración posee plena vigencia y ofrece variadas posibilidades. La internalización de la investigación ofrece amplias oportunidades, pero también representa desafíos para los investigadores. En el caso del paradigma transnacional-global, demanda una actividad disciplinaria rigurosa y competitiva en cuanto a formación académica y manejo de lenguas extranjeras, así como también una inversión no menor de tiempo y recursos por parte del investigador para su desplazamiento y estancia en archivos ubicados muchas veces entre países y continentes diferentes. De allí que la cooperación entre pares más el apoyo estatal y de privados para llegar a obtener productos académicos de calidad de acuerdo con los nuevos paradigmas constituyen prácticas y necesidades a tener siempre en cuenta.

Referencias

BIRLE, Peter; FERNANDEZ, Enrique. *Miradas alemanas*. Chile en las ciencias sociales alemanas 1970-2001. Concepción: Ediciones Escaparate, 2003.

BLANCPAIN, Jean-Pierre. *Les Allemands au Chili (1816-1945)*. Köln: Böhlau Verlag, 1974.

CALDERON, Hugo. Las relaciones chileno-alemanas: Un potencial no agotado. En: *Estudios Internacionales*, v. 34, n. 135, p. 4-21, 2001.

GALLARDO, Eduardo. Relaciones chileno-alemanas en las ciencias: Aproximación a una historia de conjunto. 3° *Encuentro Anual de la Red de Investigadores Chilenos en Alemania Inveca*, Bamberg 2014. Texto *on-line*: <<http://www.redinveca.cl/wp-content/uploads/2017/07/Relaciones-chileno-alemanas-en-las-ciencias-Eduardo-Gallardo.pdf>>.

GALLARDO, Eduardo. *Modernización ganadera en el sur de Chile: Osorno y sus contactos chileno-alemanes en perspectiva transnacional, 1917-1939*. Berlin: Freie Universität Berlin, 2017.

SCHOBERT, Kurt. *Soziale und kulturelle Integration am Beispiel der deutschen Einwanderung und Deutsch-Chilenen in Süd-Chile*. München: Schobert, 1983.

WALDMANN, Peter. Conflicto cultural y adaptación paulatina: La evolución de las colonias de inmigrantes alemanes en el sur de Chile. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, n. 25, p. 437-454, 1988.

YOUNG, George F. W. *Germans in Chile: Immigration and Colonization 1849-1914*, New York: Center for Migration Studies, 1974.

Biodiversidade, clima, colonização alemã e conhecimento

Eduardo Relly

A migração alemã na América do Sul subtropical começou no início do século XIX. Ela durou quase 150 anos e moldou um dos mais extensos projetos de colonização florestal transnacional e de intercâmbio agrícola global da História. De fato, os colonos alemães necessitavam produzir, administrar e disseminar conhecimentos climático-ambientais complexos, pois frequentemente se instalavam em paisagens cobertas pelas florestas semi-verdes do bioma Mata Atlântica, cuja dinâmica estava profundamente enraizada nas ecologias humanas anteriores (NOELLI, 1999/2000; ROBINSON *et al.*, 2018). Os colonos tinham que programar e até mesmo organizar sua saída da Europa acompanhando de perto as condições climáticas e as ecologias locais da América do Sul. O desmatamento e a queima de terras, por exemplo, tiveram que ocorrer no meio da primavera para evitar a habitual precipitação no final do inverno; alguns tipos de florestas podiam ser queimados mais facilmente do que outros; os solos argilosos prometiam uma produtividade agrícola em expansão; e assim por diante. Os colonos alemães tiveram que redesenhar todo o seu calendário agrícola, e o conhecimento era uma parte expressiva desse processo.

A partir de 1824, os alemães começaram a estabelecer-se na província mais meridional do Brasil, o Rio Grande do Sul, que havia sido escolhida pelas elites políticas (imperiais) do Rio de Janeiro para receber um fluxo migratório europeu duradouro. Discursos climáticos, políticas de branqueamento racial, influências dinásticas e maquinações geopolíticas (disputas sobre a hegemonia na região de La Plata) ajudaram a motivar um plano de colonização rural estrangeira em larga escala. Desde então, as fronteiras agrárias tropicais e subtropicais na América do Sul permane-

ram abertas para colonos da Europa central, tornando-os paisagens clássicas de *settler colonialism* (BATEMAN; PILKINGTON, 2011).

Quando as autoridades brasileiras começaram a promover a imigração na década de 1820, o Rio Grande do Sul era pouco povoado, e a antiga administração portuguesa não estava incentivando a colonização das florestas atlânticas semideciduais do Sul. A produção agrícola na província era muito limitada e diferia radicalmente da vasta agricultura comercial brasileira, construída sobre culturas tropicais para exportação. A agricultura aqui era conduzida por produtores de erva-mate de diversas origens étnicas e sociais, que praticavam o cultivo em pequena escala em terras comuns, ou por assentamentos açoriano-portugueses no declínio que havia sido estabelecido ao longo do rio Jacuí e suas interconexões com os extensos cursos d'água da Lagoa dos Patos. Embora grupos indígenas, como os Kaingang e Xokleng, também participassem da economia baseada na agricultura, eles se concentraram na subsistência e na coleta de produtos florestais (principalmente o pinus *Araucaria angustifolia*) (CORREA; BUBLITZ, 2006; ZARTH, 2006). Em 1850, então, os alemães já eram responsáveis pela maior parte da produção agrícola da região, principalmente porque as elites locais dominavam o lucrativo sistema de criação de gado estancieiro-gaúcho nos pampas e tendiam a não se envolver na agricultura. Desde então, a colonização alemã permaneceu uma pedra angular para a história da agricultura na sociedade brasileira.

Em meados do século XIX, empresários privados do Brasil e da Alemanha também fundaram colônias rurais alemãs na província vizinha de Santa Catarina, que prosperaram fazendo eco às iniciativas tomadas no Rio Grande do Sul. Na década de 1860, imediatamente após observar as experiências bem-sucedidas do Brasil, Chile, Peru e Argentina começaram seus próprios empreendimentos de colonização rural com alemães. Após esse processo, governos e atores privados colaboraram para fornecer condições especiais, serviços e informações com o objetivo de atrair colonizadores europeus para a América do Sul. Podemos argumentar que o sistema de migração América do Sul – Europa Central já estava operando e se tornando bem estabelecido, haja vista que as colônias alemãs estavam começando a se desenvolver em várias outras nações dentro da região, experimentando um persistente influxo de migrantes.

Uma zona cultural surgiu ao longo desse eixo migratório, permitindo a produção, o consumo e a circulação do conhecimento ambiental-climático, além do anteriormente produzido por cientistas, artistas e sociedades acadêmicas para circulação em redes acadêmicas. Essa zona foi marcada pelo que Simone Lässig (2016) chama de “conhecimento migrante”, em que tópicos, gêneros literários, mídia e redes específicas foram criados, alterados ou destruídos, seja para rejeitar o conhecimento intelectual ou simplesmente ignorá-lo ou até mesmo cooperar e complementá-lo. O conhecimento migrante, especializado e nativo-híbrido juntou-se ao crescente e diversificado sistema de mídia que se desenvolveu entre as décadas de 1840 e 1870 na Alemanha, Brasil e outros países latino-americanos.¹ Aumentando a alfabetização popular, os interesses nacionalistas/coloniais, as melhorias tecnológicas, acolhendo as elites latino-americanas e integrando mais uma vasta zona cultural transnacional de conhecimento ambiental-climático. Para fins de minha análise, que se concentra no caso brasileiro, chamo isso de “zona germano-brasileira do conhecimento ambiental-climático”.

No tocante à relação entre a circulação do conhecimento ambiental e a ascensão do ambientalismo retratado por David Heidenblad (2018) para o caso sueco nos anos 60, pode-se questionar se há algum sentido em aplicar o rótulo “ambiental” ao conhecimento que colonos, cientistas e exploradores produziram na América do Sul subtropical antes da revolução ecológica dos anos 60 e 70. Mesmo dentro de uma estrutura da história europeia, o conhecimento agrícola não era separado do conhecimento florestal, como indicado por Verena Winiwarter (2014) durante a maior parte do período moderno, e nenhuma das duas formas era “ambiental” no sentido contemporâneo. Além disso, as fronteiras entre “ambiental” e “climático” também são difíceis de ser traçadas (TANGERMANN; KREIENBRINK, 2019). Entretanto, na ausência de uma definição mais precisa, conhecimento “ambiental-climático” proporciona uma forma útil e que se adere à legibilidade contemporânea, embora a ideia de conhecimento “agrícola” soe historicamente mais precisa.

¹ Observar, por favor, o conceito “revolução da leitura” em Nipperdey (1994, p. 587-588); Gertz (2004, p. 100-122).

Na América do Sul subtropical, a primeira realidade enfrentada pelos colonizadores alemães foi a densa e tropical Mata Atlântica. A floresta estendia-se ao longo da maior parte da costa atlântica brasileira, tornando-se mais ampla em direção ao sul do país, atingindo os vales úmidos da bacia internacional do rio Paraná-La Plata e os rios interiores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os alemães chamaram a maioria dos subtipos de floresta pertencentes ao bioma Mata Atlântica de *Urwald* ou floresta virgem. Esse *Urwald* correspondia a um conceito de “mata selvagem”, que não era consistente com as realidades sociais do ambiente local. De fato, o suposto *Urwald* havia sido habitado há muito tempo por grupos muito heterogêneos. Portanto, não havia *Urwald* no sentido etimológico; era simplesmente uma invenção, mais um mito ocidental da natureza, um símbolo da alteridade cultural-ecológica.

O *Urwald* foi o foco principal da zona cultural climático-ambiental germano-brasileira. Esse espaço transcultural de fluxos de conhecimento moldou uma rede multipolar de informação ambiental-climática, que circulou por diferentes estratos sociais através de diversas estratégias de comunicação, idiomas e gêneros. Claramente existiam assimetrias em relação ao conhecimento impresso, que foi produzido de forma esmagadora na Alemanha. Assim, as redes científicas dependiam principalmente de patrocinadores europeus, e as elites latino-americanas abraçaram entusiasticamente os projetos de construção de uma civilização de orientação europeia.

Ao contrário dos cientistas e belletristas, os colonos enfrentavam menos problemas para contornar a ciência acadêmica e não sentiam a pressão de estender a civilização europeia pelo mundo. Eles produziram e disseminaram enormes quantidades de conhecimento, principalmente escrevendo cartas para suas famílias e amigos na Europa ou em outros lugares. As mulheres estavam especialmente envolvidas na elaboração, no resumo e envio de conhecimentos climáticos e ambientais do exterior de volta para a Alemanha. Ao atender às responsabilidades envolvidas em manter vivos os laços familiares, elas assumiram um papel de liderança nessa tarefa. Jornais – fundados por indivíduos, empresas ou associações com o objetivo de ajudar os migrantes – proporcionaram espaços adicionais na mídia para a circulação do conhecimento. Da mesma forma, empresários e estudiosos participaram ativamente dos fluxos de conhecimento, estabelecendo orga-

nizações de escala global, como a Associação Central de Geografia Comercial e para a Promoção dos Interesses Alemães no Exterior (1878), que incluía aclamados membros da inteligência germano-brasileira e empresários locais. Observando todo esse conhecimento através das lentes de uma zona cultural, pode ser possível desafiar as suposições tradicionais que têm alegado a passividade, incompetência e despreparo dos colonos alemães quando confrontados com o ambiente natural da América do Sul subtropical.

As informações ambientais-climáticas dentro do sistema da zona cultural estavam geralmente disponíveis através de fontes escritas e contatos interpessoais. Com relação à primeira, a diversidade de atores e gêneros era espantosa. Os relatos escritos foram aprimorados pelo desenvolvimento de novos e antigos meios de comunicação na Alemanha, incluindo jornais gerais, jornais temáticos, literatura sobre emigração e livros de aconselhamento. As cartas dos migrantes também pertenciam à arena das palavras escritas. Elas constituíam um dos métodos mais eficientes de transferência de conhecimento ambiental-climático, uma vez que as missivas entre os membros da família gozavam de um alto nível de credibilidade. Enquanto os viajantes intelectualizados, estudiosos e clérigos também tinham altos níveis de credibilidade, os agentes de colonização e comerciantes possuíam confiabilidade limitada dentro da zona. Os contatos interpessoais baseavam-se principalmente nas relações sociais imediatas na América do Sul, cuja avaliação se mostrava difícil de ser rastreada, já que a oralidade prevalecia. Os intercâmbios interétnicos realizavam-se diariamente e traçavam canais de intercâmbio de conhecimento entre os habitantes locais e os recém-chegados. Nas colônias patrocinadas pelo Estado, por exemplo, os migrantes eram geralmente bem recebidos pelo pessoal local, que muitas vezes intermediava diferenças linguísticas e culturais, sendo muitos deles eles próprios estrangeiros (em sua maioria alemães) que haviam cultivado relações amigáveis com as comunidades vizinhas. As informações sobre culturas locais, técnicas de limpeza de terrenos, precipitação, materiais de construção e uso de plantas nativas, por exemplo, foram os temas de tais interações. Ao mesmo tempo, a violência física e simbólica contra as sociedades nativas e os ocupantes tradicionais dos territórios também moldou o conhecimento, uma vez que a colonização europeia exigiu o deslocamento ou mesmo o genocídio de grupos indígenas (RINKE, 2018).

Muito do conhecimento autóctone do Sul do Brasil foi simplesmente ignorado.

O nacionalismo e o poder global também moldaram a zona climático-ambiental germano-brasileira entre os séculos XIX e XX. A Germanidade, tradicionalmente circunscrita à linguística, à religião e ao caráter étnico-nacional da literatura, desempenhou um papel importante na tradução do conhecimento ambiental-climático. A maioria dos migrantes alemães que desembarcaram no Brasil integrou-se aos já estabelecidos estratos agrícolas alemães, e muito cedo os defensores da Germanidade entenderam que a manutenção de algum tipo de “espírito nacional” nas terras brasileiras só poderia ser alcançada através do sucesso agrícola. De fato, a Germanidade ajudou a levar informações aos colonos, embora também tenha procurado impor uma agenda nacional-liberal e científica alemã aos colonos. Uma abordagem da Germanidade cultural bastante frequente era condenar a tecnologia agrícola germano-brasileira (*Roçawirtschaft*) como primitiva. O uso intensivo do fogo sobre os recursos florestais e a rejeição dos colonos à agricultura moderna, baseada em cereais, figuravam aqui como as principais causas por trás da perda da germinação, porque os migrantes germano-brasileiros pareciam ignorar a supremacia científica alemã no domínio da tecnologia agrícola. Além disso, temas do romantismo agrário alemão foram levantados como símbolos distintivos de caráter nacional. Pelo menos a partir da década de 1860, houve uma campanha para situar os colonos dentro do padrão técnico de agricultura e silvicultura racional praticado em vários estados alemães, refletindo assim uma tentativa de mover o camponês (*Bauer*) e o proprietário da propriedade (*Gutsbesitzer*) para uma comunidade nacional de agricultores (*Landwirte*) na Alemanha unificada (UEKÖTTER, 2010). Os colonos no Brasil geralmente rejeitaram esses apelos, conduzindo a agricultura e utilizando as florestas de acordo com suas próprias perspectivas. No entanto, a tensa relação entre a ideologia romantizada da floresta alemã (*Waldvolk*) e as realidades no terreno da floresta virgem germano-brasileira (*Urwaldvolk*) permaneceu tensa até o período nazista (PORZELT, 1937).

Em comparação com as colonizações florestais europeias subsequentes na América do Sul subtropical, a migração alemã mostrou-se eficiente no gerenciamento de um conjunto de conhecimentos botânicos, agrônômi-

cos e climáticos aplicados. Enquanto os italianos, poloneses e ucranianos restringiram-se cada vez mais a suas antigas práticas agrícolas, os alemães dedicaram-se mais intensamente às culturas tropicais e subtropicais. Eu sugeriria que essa diferença conspícua pode ser traçada desde o estabelecimento de uma zona cultural ambiental-climática ativa, que facilitou a troca de conhecimentos e ajudou a diminuir as complexidades agrárias. A rápida habilidade que os alemães demonstraram em dominar o repertório agrônomo nativo sul-americano logo foi notada através de fontes contemporâneas, por exemplo. Havia muitos operadores nessa zona cultural. Embora seja difícil ser preciso sobre seu centro, os nós dessa rede cultural podem ser observados em vários lugares. Os próprios migrantes, muitas vezes esquecidos em termos de sua importância em relação à dinâmica do conhecimento, desempenharam um papel importante com suas cartas e outras missivas, que transmitiram a maior parte do conhecimento ambiental e climático que circulava entre a Europa central e a América do Sul subtropical.

Referências

- BATEMAN, Fiona; PILKINGTON, Lionel. Introduction. In: BATEMAN, Fiona; PILKINGTON, Lionel (eds.). *Studies in Settler Colonialism: Politics, Identity and Culture*. New York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 1-9.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- GERTZ, René E. Imprensa e imigração alemã. In: *Imigração & Imprensa*. DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Bl.; TRAMONTINI, Marcos J. (Eds.). Porto Alegre; São Leopoldo: EST Edições, Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 100-122.
- HEIDENBLAD, David Larsson. Mapping a New History of the Ecological Turn: The Circulation of Environmental Knowledge in Sweden 1967. *Environment and History*, 24, n. 2, p. 265-284, 2018.
- LÄSSIG, Simone. The History of Knowledge and the Expansion of the Historical Research Agenda. *Bulletin of the GHI*, n. 56, p. 29-58, 2016. Disponível em: <<https://www.ghi-dc.org/publication/bulletin-59-fall-2016>>. Acesso em: 10 out. 2020.

NIPPERDEY, Thomas. *Deutsche Geschichte 1800-1866: Bürgerwelt und Starker Staat*. 3. ed., rev. Munich: Beck, 1994. p. 587-88.

NOELLI, Francisco S. A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas, 1872-2000. *Revista USP*, n. 44, p. 218-69, dez. 1999/fev. 2000.

PORZELT, Hans M. *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul*. Ochsenfurt am Main: Fritz & Rappert, 1937.

RINKE, Stefan. “No Alternative to Extermination”: Germans and Their “Savages” in Southern Brazil at the Turn of the Century. In: *Savage Worlds: German Encounters Abroad, 1798–1914*. Ed. Matthew P. Fitzpatrick; Peter Monteath. Manchester, UK: Manchester University Press, 2018. p. 21-41.

ROBINSON, Mark *et al.* Uncoupling Human and Climate Drivers of Late Holocene Vegetation Change in Southern Brazil. *Scientific Report*, 8, n. 1, p. 7.800, 2018.

TANGERMANN, Julia; KREIENBRINK, Alex. Umwelt- und Klimamigration: Begriffe und Definitionen. *Kurzdoziers: Migration und Klimawandel*, Bundeszentrale für politische Bildung, März 1, 2019. Disponível em: <<https://www.bpb.de/gesellschaft/migration/kurzdoziers/286832/umwelt-und-klimamigration-begriffe-und-definitionen>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

UEKÖTTER, Frank. *Die Wahrheit ist auf dem Feld: Eine Wissensgeschichte der deutschen Landwirtschaft*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2010.

WINIWARTER, Verena. Land Use and Agrarian Knowledge as Topics of Early-Modern Environmental History. In: *An Environmental History of the Early Modern Period: Experiments and Perspectives*. Ed. Martin Knoll; Reinhold Reith. Wien: Lit, 2014. p. 55-59.

ZARTH, Paulo. A Estrutura Agrária. In: *História geral do Rio Grande do Sul*, v. 2, *Império*. Ed. Helga Iracema Landgraf Piccolo *et al.* Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 187-214.

Literatura e imigração alemã no Brasil.

A relação do imigrante com o meio

Gerson Roberto Neumann

Introdução

O século XIX marca a entrada dos primeiros imigrantes europeus não oriundos da Península Ibérica no Brasil. Com a proclamação da Independência do Brasil de Portugal em 1822, o país sul-americano iniciou uma nova política para aumentar sua população e para reforçar suas defesas frente ao não reconhecimento da independência por parte de Portugal e frente a possíveis invasões. A constelação que se estabeleceu para a escolha de imigrantes das áreas de língua alemã na Europa é a seguinte: era impossível os futuros imigrantes serem espanhóis devido ao risco de os países vizinhos serem praticamente todos de ex-colônias espanholas; os franceses já haviam invadido áreas do Nordeste e por isso figuravam como de risco e, além disso, também tinham fronteiras com o Brasil; os ingleses eram aliados dos portugueses. Como D. Pedro I era casado com a Princesa Leopoldina da Áustria, as condições para pessoas de língua alemã imigrarem no Brasil eram muito favoráveis. As relações com governos europeus de língua alemã ainda não haviam sido muito intensas até a proclamação da independência, o que não trazia históricos negativos com alemães em solo brasileiro. Pelo contrário, entre os que haviam estado no Brasil havia muitos casos de histórico positivo. Citamos a seguir dois nomes: Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), natural do estado de Hessen, trabalhava para a coroa portuguesa desde 1803. Acompanhou o rei D. João quando sua coroa se transferiu para o Brasil devido aos avanços das tropas napoleônicas na Península Ibérica. No Brasil, coordenou a primeira exploração geológica de caráter científico. Outro nome a ser citado é o de Georg Anton von Schaffer (1779-1836), natural do norte do estado da Baviera. Apesar de seu

histórico aventureiro, von Schäffer é recebido no Brasil com a incumbência de angariar imigrantes e soldados, mas preferencialmente soldados para o Corpo de Estrangeiros.

De forma bastante breve, podemos dizer que assim se deu o início da imigração de europeus de língua alemã no Brasil na primeira metade do século XIX. Estes dirigiram-se, inicialmente com maior intensidade, para a região Sul do Brasil.

A imigração de alemães¹ no Brasil tem como marco inicial o ano de 1824.² A partir de 1851, a comunidade imigrante inicia atividades na área da tipografia, ou seja, iniciam-se publicações de jornais, almanaques e livros no contexto da imigração alemã no Brasil. Trata-se de publicações basicamente em língua alemã, produzidas para leitores de língua alemã e produzidas basicamente por imigrantes e descendentes de imigrantes falantes de alemão.

Neste breve texto, pretendemos trazer reflexões em torno do conceito de migração associado ao de literatura, pois percebemos a relevância na combinação dos dois conceitos pelo fato de o migrante ter necessidade de registrar o seu movimento. Sabe-se que grande parte das migrações ocorre por necessidade, e por isso existe a procura por alguma forma de registro, e uma delas pode ser a produção literária. Raramente, uma pessoa ou um grupo familiar sai do seu meio sem uma necessidade, sem que exista um motivo que os motive a pensar em deixar seu meio. Por causa disso, em muitos casos, existe o registro do movimento de saída, do deslocamento. O movimento migratório é composto por momentos que compõem esse movimento. Essa será a primeira parte do texto. Como segundo momento, pretende-se apresentar reflexões do escritor e viajante alemão Friedrich Gerstäcker acerca da emigração de alemães para o Brasil. Gerstäcker é au-

¹ Quando tratamos de imigração de alemães no Brasil na primeira metade do século XIX, estamos falando de imigrantes de língua alemã, ou seja, imigrantes de regiões cuja língua era a alemã. É importante chamar atenção para esse fato, porque a Alemanha torna-se nação somente em 1871, e a emigração de falantes da língua alemã deu-se de várias regiões do entorno do que é hoje a Alemanha.

² Ver CEM Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul. Arthur B. Rambo. São Leopoldo: UNISINOS, 1999; DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Ed. Sinodal; Caxias do Sul: EDUCS, 1984; KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial – magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: UFRGS; Caxias do Sul: EDUCS; Florianópolis: UFSC, 1991, entre outros.

tor de obras de ficção sobre a imigração alemã no Brasil e também de textos informativos sobre o contexto imigratório brasileiro. Por fim, será apresentada a escritora brasileira contemporânea Valesca de Assis, que traz em sua produção elementos (históricos) do contexto migratório.

As migrações e deslocamentos

A humanidade traz em si, desde a sua origem, a necessidade de se deslocar, de migrar de um local a outro, geralmente por necessidade, mas também por vontade de conhecer o desconhecido. Sobre o assunto, o romancista alemão Ottmar Ette lembra-nos que a expulsão de Adão e Eva do paraíso, narrada na Bíblia cristã, também pode ser lida como uma emigração forçada, por necessidade, visto que Deus lhes restringira o espaço antes usado.³ Entre os viajantes, que não deixam de ser um tipo de migrante, alguém em constante movimento, há que se mencionar as viagens dos exploradores e aventureiros. As grandes viagens de “descobrimento” de novas terras no século XV, assim como as viagens do século XIX, as novas viagens de descobrimento do século, são marcadas pelo seu cunho científico, mas refletindo também o descobrimento da própria identidade. A propósito, os dois momentos acima mencionados podem ser vistos como duas fases de globalização acelerada, acompanhando reflexões de Ette em seu livro “TransArea. Eine literarische Globalisierungsgeschichte” [Transárea. Uma história de globalização literária]⁴. Segundo Marc Augé, na apresentação do livro *Diez estudios sobre literatura de viajes*, “os jovens da burguesia francesa curaram sua melancolia viajando para a Itália”⁵ (2006, p. 13). Muitos escritores, como Chateaubriand, Flaubert, Goethe, Gerstäcker, entre muitos outros, viajavam para nutrir-se de material, de vivências para a criação de uma nova obra.

Ao tratar da emigração da Europa para as Américas, encontramos no século XIX, século da formação dos estados nacionais e também um século marcado por grandes deslocamentos, de desprendimentos de pessoas

³ Ver ETTE, Ottmar. *Konvivenz. Literatur und Leben nach dem Paradies*. Berlin: Kadmos, 2012. p. 9ss.

⁴ Ver ETTE, Ottmar. *TransArea. Eine literarische Globalisierungsgeschichte*. Berlin/Boston: de Gruyter, 2012.

⁵ Ver GIRALDO, L.; PIMENTEL, J., 2006, p. 54.

de seu meio, buscando uma nova possibilidade de vida em outro. A formação dos Estados nacionais está vinculada a uma lista de requisitos que devem ser atendidos para a sua efetiva definição. Um dos símbolos de cada país na formação do Estado nacional é a existência de uma literatura em língua nacional ou nas línguas que compõem essa nação.

Muitas são as perdas para aqueles que migram e se deslocam, sobretudo quando se trata de migrações por necessidade devido a conflitos bélicos, perseguições políticas, intempéries do clima, questões econômicas, entre outras. Geralmente o ser humano, seguindo as formas de migração de todos os animais que têm a necessidade de se deslocar, desloca-se de seu local de conforto devido a necessidades, como as temos atualmente do continente africano para a Europa, por exemplo, formando assim novas paisagens (linguísticas, alimentares, musicais, arquitetônicas, geográficas, literárias). No contexto migratório, existe a reflexão sobre o movimento de deslocamento, que resumidamente pode ser apresentado da seguinte maneira: primeiro movimento – devido à situação adversa em que o indivíduo se encontra, ocorre a reflexão sobre a possibilidade de deixar o seu local; segundo – inicia-se a organização do movimento (como? recursos? despedidas? etc.); terceiro – o início do movimento do local próximo, ainda conhecido; quarto – o contato com o desconhecido durante a viagem; quinto – a chegada ao novo meio (contatos, conflitos, frustrações) e novas paisagens se criam, sendo uma delas a criação de registros literários no novo meio. Geralmente, o registro em um contexto de imigração não se dá de modo imediato, quando pensamos na imigração de alemães no século XIX.

Os deslocamentos, as migrações são movimentos que causam mudanças no contexto em que ocorrem. As rotas de viajantes, as rotas comerciais são marcadas pelas passagens daqueles que chegam, param e se vão. Cabe mencionar, como exemplo, a figura do caixeiro-viajante, muito marcante em diversas regiões do Brasil por muito tempo. Assim, diversos outros viajantes passam pelos lugares e deixam suas marcas, levando consigo impressões da viagem, o que muitas vezes levou a publicações das mesmas.

E podemos afirmar que os movimentos das viagens correspondem aos movimentos das águas que circulam as massas de terra, os continentes e as ilhas. Em consequência das migrações e da fixação de indivíduos em novos contextos, pode-se dar uma produção exofônica, ou seja, a produção

de pessoas em uma língua adquirida na fase adulta em meio ao novo contexto em que vivem, algo de certa forma normal em tempos de migrações intensas, como as contemporâneas.

Em conexão com o trânsito migratório e observando o movimento tradutório, recorreremos brevemente à obra da escritora Yoko Tawada, que produz sua obra justamente em um espaço entre duas culturas, tendo adquirido a língua alemã já adulta e nessa língua produzido parte de seus textos. Tawada escreve em japonês, sua língua como japonesa, e em alemão, país em que vive desde seus 19 anos.

Retomando o movimento de água em contato com o continente e as ilhas, Ottmar Ette vê o movimento na produção da autora como um conjunto de ilhas (*insularium*) em um arquipélago literário. No livro *Transarea. Eine literarische Globalisierungsgeschichte* [Transarea. Uma história literária da Globalização], segundo Ette, o mar é na obra arquipelagária de Yoko Tawada o elemento que estabelece, simultaneamente, separação e conexão, contudo, mesmo na separação, há elementos em movimento, elementos líquidos, que se relacionam. E Ette afirma sobre Tawada que “como nenhuma outra artista, ela sabe construir nos seus trabalhos um arco tendido que se desenvolve em sempre novas oscilações transareaais entre o arquipélago japonês e o espaço de língua alemã” (ETTE, 2012, p. 300). A obra de Tawada é marcada pelo movimento constante e sem apresentar uma morada fixa, marca da literatura em movimento e sem morada fixa, conceitos presentes para dialogar teoricamente com a produção literária marcada pelos deslocamentos e pelas mudanças aceleradas do mundo contemporâneo.

Analisando a forte presença de elementos geográficos na obra de Tawada, é possível perceber a importância dada ao movimento da água em redor do continente ou então nas fronteiras que a água pode estabelecer. No caso de Yoko Tawada, uma escritora japonesa que vive há quase trinta anos na Alemanha, caso claro de produção exofônica, na obra *Wo Europa anfängt* [Onde a Europa começa], a narradora reflete sobre as fronteiras líquidas do Japão. Quando criança, imaginava a Terra como uma esfera de água, “na qual nadavam pequenas e grandes ilhas”, e que, dessa maneira, não haveria águas estrangeiras nem desconhecidas, sendo todas a mesma água. Essa ideia leva-nos a ver o mundo como um grande arquipélago, em que os continentes são ilhas maiores e as ilhas, ilhas menores, estabelecen-

do assim uma clara relação com o que Ette propõe em relação às literaturas do mundo. A narradora diz:

Às vezes, enquanto dormia, eu ouvia o murmúrio da água que corria sob a ilha principal do Japão. O contorno que circundava a ilha também era feito de água e batia incessantemente em ondas contra as margens. Como alguém pode definir onde começa a água estrangeira quando o próprio contorno é feito de água? (TAWADA, 2014, p. 10).

Por meio das trocas – ou da tradução que se estabelece – com o outro que se encontra nessas passagens e paragens constrói-se um espaço intermediário de transição, um espaço de tensão, de fricção, potencial gerador de novas formas. O constante mover-se, que representa a vida, implica contatos das mais diversas formas com aquilo que não lhe é familiar, possibilitando uma visão de mundo mais ampla. Essa, por sua vez, leva aquele que se desloca, que migra, que viaja a ver a sua própria realidade, aquilo que lhe é familiar, sob um novo prisma. A partir do alargamento da visão de mundo percebe-se que valores são relativos e estabelecidos a partir do próprio meio.

A seguir, pretende-se destacar a relevância do movimento migratório na obra do escritor viajante alemão Friedrich Gerstäcker. A produção resultante da viagem possui um caráter próprio pelo fato de existir um efetivo movimento do escritor, como veremos nas próximas páginas.

Friedrich Gerstäcker e a emigração alemã para o Brasil

O escritor alemão e, acima de tudo, o viajante alemão Friedrich Gerstäcker (1816-1872) descreve da seguinte forma sua passagem pela cidade de Porto Alegre na obra *Achtzehn Monate in Südamerika und dessen deutschen Colonien*, publicada no ano de 1863:

Às nove horas da manhã seguinte, o navio partiu novamente para Porto Alegre, e logo encontrava-me a bordo no meio de uma colônia inteira de imigrantes alemães recentemente saídos da terra natal, que tinham como destino São Leopoldo, uma das mais antigas e importantes colônias alemãs no Brasil [...]

Porto Alegre! Já à chegada, quando se passa por uma pequena ilha rochosa localizada em lugar muito pitoresco, com mata escura à frente e a muito amável cidade à direita, promete muito; o que se confirma ainda mais quando de suas costas se observa todo o maravilhoso cenário do lago com suas ilhas cobertas de plantas, baías profundas e margens magníficas.

Além disso, Porto Alegre foi o centro ou o ponto de partida para várias colônias alemãs muito importantes, São Leopoldo e Santa Cruz (GERSTÄCKER, 1863, p. 78-79).

Friedrich Gerstäcker viajou pela América do Sul e também pelo Brasil para reunir informações sobre possibilidades de emigração de alemães para as terras do sul do continente americano. O livro acima citado, como o título diz, é o relato de sua viagem de dezoito meses pela América do Sul e suas colônias alemãs. Devemos observar que o livro é publicado no ano de 1863, sendo que Gerstäcker viajou por terras brasileiras no ano de 1862.

Aos 21 anos, em março de 1837, Gerstäcker empreende como emigrante sua primeira viagem ao exterior, para os Estados Unidos, onde ganha a vida como cozinheiro, lenhador, ourives, marinho, chocolateiro e hoteleiro, entre outras coisas. Ele abandona seu objetivo como imigrante alemão, como agricultor, nos EUA e empreende várias viagens de aventuras. Em suas andanças como viajante, desde a fronteira canadense até o Texas, ele conhece o país e seu povo a fundo.

Em 1843, ele retorna à Alemanha, onde começa a registrar suas experiências como escritor autônomo em relatos verdadeiros, alguns deles para emigrantes, e em romances “realistas”. Ele consegue seu primeiro sucesso literário com seus registros diários da viagem ao exterior, que ele envia para sua mãe.⁶ Com o romance *Die Regulatoren in Arkansas* (1846), publicado em três volumes, Gerstäcker dá a conhecer seu talento literário. Dois anos depois, aparece o livro *Die Flusspiraten des Mississippi*, também em três volumes. Os dois romances são a estreia de Gerstäcker no gênero romance de aventura e continuam sendo suas obras mais conhecidas até hoje.

Seus primeiros trabalhos foram traduzidos para o inglês, francês, holandês e russo pouco tempo depois da publicação. Ele também trabalhou

⁶ Veja GERSTÄCKER, Friedrich. „Reise von Leipzig nach New York. Brieftagebuch einer Überfahrt im Zwischendeck (1837)“. Hg. anlässlich der Sonderausstellung „Auswanderung Bremen – USA“ – Uwe Schnall (Red.). Bremerhaven: Werbedruck Bremen, 1976. p. 6-44.

⁷ Sobre o assunto ver MELVILLE, Hermann. *Omoo der Abenteuer im stillen Ocean*. Traduzido do inglês por Friedrich Gerstäcker, 2 Teile. Leipzig: Verlag von Gustav Mayer, 1847 ou SIMMS, W. G. *Wigwam und Hütte*. Erzählungen aus dem Western Amerika's. Trad. do inglês por Friedrich Gerstäcker. Dresden und Leipzig: in der Arnoldischen Buchhandlung, 1846. Ver ainda QUANTZ, L. 1939, p. 67.

como tradutor.⁷ E “em 1848, o escritor politicamente interessado e patriota junta-se ao movimento ‘Jovem Alemanha’ por um curto período”. Esse movimento exige a liberalização política. A liberdade dos países estrangeiros, especialmente os EUA, atrai muitos europeus cansados da Europa para o Novo Mundo. Nesse momento, a emigração alemã para os EUA atinge seu auge. Thomas Oswald, biógrafo de Gerstäcker, descreve isso muito apropriadamente no livro *Friedrich Gerstäcker – Leben und Werk* [Friedrich Gerstäcker – Vida e obra]:

Os relatos de viagem de Gerstäcker foram um guia essencial para os alemães dispostos a emigrar. Muitos de nossos compatriotas estavam insatisfeitos, até mesmo desesperados, naquela época. As condições políticas, econômicas e sociais na Alemanha desunida levaram muitos através do oceano para a “terra de oportunidades ilimitadas”. As constantes guerras, revoluções, crises econômicas, fomes causadas por colheitas ruins e similares encorajaram o desejo de emigrar na Alemanha (OSWALD, 1977, p. 158).

Ainda criança, Gerstäcker lê importantes livros que lhe darão energia para suas próprias aventuras e para a escrita de suas aventuras. E assim como Robinson Crusoe, ele também sonha em ter sua ilha. Figuram na sua lista de leituras conhecidos como Cooper, Defoe ou Sealsfield.

Seus primeiros trabalhos são traduzidos logo para o inglês, francês, holandês e russo. Ele também se aventura como dramaturgo e letrista mas sem o sucesso desejado. Além disso, trabalha como tradutor. Em “1848, o escritor politicamente interessado e patriótico fecha durante um curto período de movimento dos Jovens Alemanha”. Esse movimento exige a liberalização política. A liberdade dos países ultramarinos, especialmente os EUA, atrai muitos europeus cansados para o Novo Mundo. Nesse momento, a emigração alemã para os EUA está no seu auge.

Os registros de viagem de Gerstäcker eram uma ajuda essencial de orientação para os alemães dispostos a emigrar, pois muitas pessoas viviam insatisfeitas, mesmo desesperadas na época, consequência do avanço do movimento da industrialização em solo alemão, o que levou ao empobrecimento de muitos artesãos e trabalhadores do campo. As condições políticas, econômicas e sociais na Alemanha politicamente desunida levaram muitos através do oceano à “terra de oportunidades ilimitadas”. As constantes guerras, revoluções e crises econômicas levaram muitas pessoas a situações de fome, o que aumentou em muitos o desejo de emigrar.

A participação ativa de Friedrich Gerstäcker no movimento político não é muito grande. A primeira metade do século XIX alemão é marcada por inquietações políticas, decorrentes especialmente dos constantes movimentos revolucionários no país vizinho, a França. Pouco envolvido diretamente na vida política, Gerstäcker necessita de viagens para a sua profissão. Assim, pouco tempo após o ano da revolução de 1848, de 1848 a 1852, ele, com a assistência do Ministério do Império, realiza uma viagem pela América do Sul, Califórnia, as ilhas do Havá e Tahiti, Austrália e Java, retornando para a Alemanha. Friedrich Gerstäcker assume tarefas em sua viagem: por um lado, ele deve apresentar relatos de viagem para o Cotta'sche Verlag, a Editora Cotta, importante editora da época e cujo editor Gerstäcker conhecia muito bem, tendo publicado parte de sua obra na mesma. Por outro lado, como embaixador do novo Ministério do Império, ele deve analisar as possibilidades de emigração de alemães para o Novo Mundo. Com isso ele se envolve mais e mais com as questões relativas à emigração alemã, publicando textos ficcionais e informativos.

Em 1860, Gerstäcker inicia sua terceira viagem, mas para essa ele tem um objetivo especial: Gerstäcker quer visitar as colônias alemãs na América do Sul e examinar as possibilidades de emigração para lá. Durante sua viagem, ele tem boas oportunidades para falar sobre o futuro da emigração alemã na América do Sul. E em sua passagem pelo Rio de Janeiro pode palestrar ao imperador Dom Pedro no salão da Academia Militar Imperial. Trata-se de uma palestra sobre os alemães no exterior, abordando, na ocasião, as possibilidades de imigração de alemães na América do Sul, como já mencionado. Sua palestra foi publicada em alemão, no Rio de Janeiro, sob o título *Die Deutschen im Ausland. Vorlesung gehalten von Freidrich Gerstäcker im Saale der Kaiserlichen Militär-Academie zu Rio de Janeiro, den 21. September 1861* [Os alemães no exterior. Palestra proferida por Friedrich Gerstäcker no Salão da Academia Militar Imperial no Rio de Janeiro em 21 de setembro de 1861], pela editora de Lorenz Winter.

Em 1861, ele retorna à Alemanha e publica o romance *Die Colonie. Ein brasilianisches Lebensbild* [A Colônia. Cenas da vida no Brasil] em 1862 pela editora Costenoble. Além disso, Gerstäcker publica artigos importantes sobre o contexto brasileiro de imigração em várias revistas alemãs,

especialmente na *Gartenlaube*, e publica o importante trabalho *Achtzehn Monate in Südamerika und dessen deutschen Kolonien* [Dezoito meses na América do Sul e suas colônias alemãs] em 1862, publicado em três volumes. Anos depois, em 1869, Gerstäcker ainda publica uma importante narrativa intitulada *Ein Parcerie-Vertrag. Erzählung zur Warnung und Belehrung für Auswanderer und ihre Freunde. Volksbuch* [Um contrato de parceria. Conto para advertência e instrução de imigrantes e seus amigos. Um livro popular], que trata dos contratos de parceria firmados com imigrantes alemães e que geralmente os prendiam de modo que muitas vezes acabavam presos a fazendeiros de modo semelhante aos escravos.

Já no ano seguinte, em 1862, viaja como acompanhante do duque Ernst de Coburg-Gotha em uma excursão de caça ao Egito e à Abissínia. Nesse momento, Gerstäcker tem um apartamento em Gotha, mas em 1866 ele se muda para Dresden. Em 1867 e 1868, ele faz sua quinta e última viagem aos EUA, México, Equador, Venezuela e às Antilhas.

Depois de suas muitas viagens, Friedrich Gerstäcker reside na cidade de Braunschweig, onde morre em 31 de maio de 1872. Em Gerstäcker temos um autor-viajante que inicia sua trajetória como viajante, que passa a publicar suas anotações para obter recursos para sua sobrevivência e que passa a necessitar da viagem para dar sobrevivência à sua escrita, tornando-se um nome de referência no cenário de literatura de viagem no século XIX. Muitos emigrantes que chegaram no Brasil certamente leram algum texto de Gerstäcker.

Valesca de Assis e a imigração alemã no Brasil

Os imigrantes alemães chegaram ao Brasil; muitos se fixaram na parte sul do país, e desde então existe a presença do elemento de língua alemã no Brasil e, por consequência, em diversas áreas de expressão. Interessa-nos apresentar aqui, brevemente, aspectos da presença de elementos da cultura alemã na literatura produzida por escritores brasileiros. Por isso passaremos a apresentar a obra da escritora Valesca de Assis.

A autora Valesca de Assis nasceu na cidade de Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul. Coursou Filosofia na Universidade Federal do Rio Gran-

do Sul e é especialista em Ciências da Educação pela mesma Universidade. Mora em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.⁸

No romance *A valsa da medusa*, Valesca de Assis apresenta ao leitor a chegada de um imigrante alemão “diferente” à colônia do Rio Pardo. O leitor acompanha a viagem de Tristan Waldvogel, um *Brummer*⁹, ou seja, um mercenário alemão que chega ao cais do porto de Porto Alegre no exato instante em que o vapor para Rio Pardo levantava âncoras. O comandante é seu conhecido. A embarcação está lotada, mas Tristan consegue seguir viagem no vapor. Com a ação em movimento inicia a história de Waldvogel na então Província de São Pedro, depois de lutar contra o ditador argentino Rosas.

Na embarcação, Tristan encontra uma figura importante no contexto da imigração alemã para o Brasil. Valesca de Assis traz a figura de Robert Avé-Lallemant, um importante médico que viveu e trabalhou no Brasil.

Tão loquaz era Lallemant, que antes mesmo de iniciarem a subida do Jacuí, Tristan já sabia que seu companheiro de viagem era médico, natural de Lubbeck, tendo clinicado por dezessete de seus quase cinquenta anos no Rio de Janeiro. O que fazia no Sul? Inspeccionava extraoficialmente as colônias alemãs, trazendo para tanto cartas do Ministério da Guerra e do Presidente da Província (ASSIS, 1989, p. 12).

O *Brummer* instala-se na colônia de Santa Cruz, e a narrativa nos leva até seu encontro com Pauline, imigrante casada, mãe de quatro filhos. No entanto, conforme a profecia da vidente Claudia, ela estaria destinada a Tristan. As reviravoltas na nova colônia de Santa Cruz no século XIX e a inquietude do ex-combatente e sempre ativo Tristan acabam por aproximar a mulher e mãe do homem que agitará sua vida em meio ao pacato cenário interiorano.

Em entrevista à jornalista Patrícia Bins, publicada em RIO GRANDE CULTURA, jul./ago. 1991, ano 3, n. 16, p. 04-05, a autora fala sobre

⁸ As informações foram extraídas da página *on-line* da própria autora: <<http://www.valescadeassis.com/?pg=4401>>.

Partes do texto aqui apresentadas foram publicadas no texto “Literatura e História no contexto da imigração alemã para o Brasil nas obras de Caldre Fião, Josué Guimarães e Valesca de Assis”, publicado na Revista *Práxis*, da Universidade Feevale. Disponível em: <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2425>>.

⁹ *Brummer* são os participantes da Revolução de 1848, mencionada acima. Depois da tentativa frustrada de implantar um ideal liberal e criar uma unidade nacional alemã, em torno de 1.300 revoltosos ingressaram no Brasil, destacando-se, entre outros, Karl von Koseritz no cenário gaúcho.

sua atração pela história dos *Brummer* no contexto de imigração alemã no Rio Grande do Sul:

De início, interessei-me por tudo o que dissesse respeito à colonização alemã na região. Comecei a pesquisar, com o inestimável auxílio do Prof. Hardy Martin, Diretor do Arquivo Histórico e do Museu do Colégio Mauá de Santa Cruz. O Prof. Martin me abriu todas as portas possíveis e forneceu preciosas indicações. No curso das pesquisas deparei-me com os *Brummer* (oficiais e soldados alemães contratados pelo Império Brasileiro para lutar contra Rosas em 1851). Aquelas figuras, desde logo, me fascinaram. Em contraste com a apatia política e cultural dos colonos que já habitavam a região – apatia plenamente justificável pelas próprias razões que os fizeram sair da Alemanha –, os *Brummer* eram homens de formação superior, com ideias socialmente avançadas e uma visão de mundo mais abrangente e crítica. Eles sacudiram as colônias, difundiram a cultura alemã entre os próprios alemães, condenaram o isolamento em que viviam e serviam de ponte para a integração com os brasileiros. Assim, o tempo histórico da narrativa foi antes determinado pelos protagonistas do que pela autora¹⁰.

Mas a narrativa não gira somente em torno da relação do protagonista, Tristan Waldvogel, uma clara referência à figura de Tristão e Isolda, e Pauline. Há diversos temas trazidos à reflexão a partir das vivências do “pássaro silvestre” (assim seria a tradução do sobrenome de Tristan), ou seja, um ser que não pode estar preso, que precisa de liberdade e movimento. Waldvogel assume a profissão de professor da colônia e na escola tem contato com uma aluna sensível às belezas da literatura, que chora em prantos ao ouvir uma frase bonita. Ao falar sobre o assunto, descobre que a Frau Pauline sofre do mesmo mal.

Dona Pauline é minha mãe e, por sinal, também tem esse tipo de ataques. Qualquer coisa – um verso, um bordado, uma canção bonita – faz mamãe abrir seu chorador e aí temos uma tempestade de lágrimas. Doenças, sustos, as implicâncias da vovó, aí então, quando deveria chorar, mamãe não chora; aguenta firme. No entanto, coisas belas e alegres, como uma flor que nasce, um pássaro que canta, fazem mamãe chorar. *São meus demônios do coração*, responde quando perguntamos (ASSIS, 1989, p. 20).

Essa passagem pode ser associada ao encontro de Werther e Carlota, da obra do período da literatura alemã *Sturm und Drang* [Tempestade e ímpeto] de Johann Wolfgang von Goethe, quando esses percebem que têm muitos sentimentos em comum, especialmente quando se trata de poesia.

¹⁰ Ver referência à página da autora na nota de rodapé 6.

O jovem Werther, na obra *Os sofrimentos do jovem Werther*, ao admirar uma tempestade que se aproxima em uma tarde de verão, acompanhado de Carlota, menciona o autor Klopstock. Ela, instantaneamente, muito surpresa, diz que pensou na mesma poesia, na ode *Frühlingsfeier* [festa da primavera]. Em *A valsa da Medusa*, Waldvogel, assim como Werther, encontra uma pessoa com quem pode conversar sobre sentimentos, algo muito raro em um cenário tão inóspito como o da vida praticamente selvagem nas novas colônias abertas nas matas no interior do Rio Grande do Sul no século XIX. E o próprio Tristan digladiava-se com a questão sobre ficar ou voltar à Europa, como se lê a seguir: “Gostar desta terra, do clima saudável, do povo alegre, dos largos espaços abertos, isso não era difícil. [...] Mas, por outro lado, poder viver longe dos teatros, da música, dos livros? Não terminaria por sucumbir ao atraso e à indolência?” (ASSIS, 1989, p. 22).

A seguir, uma passagem da obra em que se está trabalhando na derubada da mata, uma das funções previstas com a vinda dos imigrantes europeus. No discurso do imigrante (que no caso não é Tristan), percebe-se, no entanto, o preconceito para com o nativo, no caso o índio, o qual é expulso de suas terras com o avanço das clareiras:

O fogo disparou morro acima, mais veloz que um raio. Susto para os novatos, risadas para os mais velhos, já acostumados àquelas fúrias soltas. Motivo de suor para todos, embora fosse época de frio na Província.

– Parece mentira que esses índios tenham alguma coisa a nos ensinar. É como se nós, renanos, tivéssemos algo a aprender com a gente atrasada da Pomerânia; como se o sacristão pudesse dizer missa ao vigário! – Peter Schneider cuspiu para o lado e olhou de viés para Inácio Correia, seu empregado. – Tenho que me cuidar – segredou – logo essa bugrada ladina estará entendendo o alemão.

[...]

– Aqui, Herr Waldvogel, é o melhor lugar para construir sua moradia – Tristan até se admirou da opinião segura de Jacob Eick, homem de raríssimas palavras. Viera, como outros vizinhos, assistir à primeira queimada, que funcionava, segundo Robert Toillier, como uma espécie de cerimônia de iniciação à vida de proprietário (ASSIS, 1994, p. 26-27).

A obra da escritora Valesca de Assis é grande e variada. “A valsa de medusa” aborda de uma forma muito inovadora e bastante pontual aspectos e figuras históricos do contexto da imigração alemã no Brasil. Como conclusão para a breve análise da obra de Valesca de Assis, cabe muito bem um comentário do também escritor Charles Kiefer. Conforme Kiefer, existe na obra uma busca por um

passado histórico, o da colonização alemã do estado. Avulta no livro o trabalho de pesquisa, a construção pensada tanto do enredo como das personagens e o estilo real-naturalista, oscilando entre o narrativo e o descritivo. Como se fiel ao tempo sobre o qual se debruça, *A Valsa da Medusa* é exuberante e trágico. Um soldado *Brummer*, mercenário alemão, depois de lutar contra Rosas, acaba detendo-se na colônia de Santa Cruz do Sul e incendiando o coração de uma aldeã. Amor, loucura, traição e morte sucedem-se num turbilhão, a exemplo dos modelos românticos¹¹.

O movimento migratório é sempre acompanhado de registros, sejam eles informativos ou de ficção, mas os rastros daqueles que se colocaram a caminho estão aí, e uma das formas de registro deixado é a escrita de narrativas. A produção literária é a forma de manter vivo o movimento realizado por aqueles que empreenderam o grande deslocamento migratório, iniciando em muitas casos para manterem a sua própria sobrevivência.

Referências

- ASSIS, Valesca de. *A valsa da Medusa*. Porto Alegre: Movimento, 1994.
- ASSIS, Valesca de. Acesso em: <http://www.valescadeassis.com/arquivos/critica_valsa.pdf>.
- CEM *Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul*. Trad. de Arthur B. Rambo. São Leopoldo: Unisinos, 1999.
- DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.
- ETTE, Ottmar. *TransArea. Eine literarische Globalisierungsgeschichte*. Berlin/Boston: de Gruyter, 2012.
- ETTE, Ottmar, *Konvivenz. Literatur und Leben nach dem Paradies*. Berlin: Kadmos, 2012.
- GASQUET, Axel. Bajo el cielo protector. Hacia una sociología de la literatura de viajes. In: GIRALDO, Manuel L; PIMENTEL, Juan. *Diez estudios sobre literatura de viajes*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006.
- GERSTÄCKER, Friedrich. *Die Deutschen im Ausland. Vorlesung gehalten von Friedrich Gerstäcker im Saale der Kaiserlichen Militär-Academie zu Rio de Janeiro, den 21. September 1861*. Rio de Janeiro: Druck und Herausgabe von Lorenz Winter, 1861.

¹¹ A citação é de Charles Kiefer, extraída da Fortuna Crítica da autora, reunida em um arquivo à página: <http://www.valescadeassis.com/arquivos/critica_valsa.pdf>. Ver páginas 12 e 13.

GERSTÄCKER, Friedrich. *Achtzehn Monate in Südamerika und dessen deutschen Kolonien*. 2. Bd. Leipzig (Jena): Costenoble, 1862.

GERSTÄCKER, Friedrich. *Die Colonie. Brasilianisches Lebensbild*. 3 Bde. Jena: Costenoble, 1864.

GERSTÄCKER, Friedrich. *Ein Parcerie-Vertrag. Erzählung zur Warnung und Belehrung für Auswanderer und ihre Freunde. Volksbuch*. Leipzig: Ernst Keil, 1869.

GERSTÄCKER, Friedrich. "Reise von Leipzig nach New York. Brieftagebuch einer Überfahrt im Zwischendeck (1837)." Hg. anlässlich der Sonderausstellung *Auswanderung Bremen – USA – Uwe Schnall* (Red.). Bremerhaven: Werbedruck Bremen, 1976.

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial – magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: UFRGS; Caxias do Sul: EDUCS; Florianópolis: UFSC, 1991.

OSWALD, Thomas. *Friedrich Gerstäcker – Leben und Werk*. Bibliographischer Anhang von Arnim Stöckhert. 2. korrigierte und ergänzte Auflage. Braunschweig: A. Kraff, 1977.

TAWADA, Yoko. *Wo Europa anfängt & Ein Gast*. Tübingen: Konkursbuch Verlag Claudia Gehrke, 2014.

Migração e pandemia: Estado, fronteiras e legislações

João Carlos Tedesco

Patricia Grazziotin Noschang

Considerações iniciais

A realidade imigratória atual, não muito diferente do que foi sempre, é complexa e diversa em razão de sujeitos, lugares, tempos, etc. Os fenômenos migratórios são processos históricos que transcendem o tempo, o espaço e as fronteiras em suas variadas dimensões. Como diz Bauman (2017), as migrações produzem outros tempos, outros espaços e outras fronteiras; expressam e produzem realidades governadas não só pela oferta e demanda de imigrantes, mas são fenômenos sociais, históricos, culturais, identitários e antropológicos.

A ONU estimou que, em 2020, o número global de imigrantes internacionais superou 270 milhões, sendo que de 2010 até final de 2019 foram mais de 50 milhões de novas migrações (ONU, 2020). Segundo a mesma fonte, estima-se que até 2050 mais de 150 milhões migrarão em razão de consequências ambientais, tais como desertificação, erosão litorânea, salinização de terras, principalmente da África Ocidental. Nesse intenso dinamismo migratório na era do globalismo, o qual apregoa a mobilidade transfronteiriça de uma série de fatores, paradoxalmente no que tange a determinados grupos humanos, nacionalismos, muros, fronteiras físicas e simbólicas, proibições do direito de ir e vir, deportações em massa, expulsões, entre outros expedientes, são produzidos.

O aumento das desigualdades socioeconômicas motiva segmentos crescentes da população a tomar a via da emigração. A decisão de emigrar ou buscar refúgio apresenta-se como estratégia de diversificar os riscos, os limites da vida econômica, ambiental, das catástrofes, das perseguições e

violências, da pobreza em geral; alguns membros da família emigram para propiciar melhores condições aos que ficam. Porém, há migrações coletivas, diásporas de membros isolados e famílias inteiras (CASTLES; MILLER; MEZZADRA, 2004). Desse modo, causalidades, espacialidades, seletividade de sujeitos, destinos, recepção, integração, diferenciação entre grupos, legislações, enfrentamentos, limites, temores, resistências, barreiras etc. dão o tom da multiplicidade de fatores envolvidos. Um dos temores desse processo migratório para as sociedades de destino, em particular para a esfera governamental, é a incerteza de ser capazes de governar/controlar os fluxos crescentes de migrantes (DAL LAGO, 1999), especialmente devido às demandas econômicas e sociais que acompanham os migrantes e exigem respostas do Estado como trabalho, educação, saúde e assistência social.

A pandemia veio também revelar esses múltiplos processos públicos de gestão da migração, de importância econômica e laboral dos imigrantes, das representações que são produzidas em razão de sua presença. Ela atingiu o mundo todo desde os últimos meses de 2019, vitimando milhões de pessoas, alterando a cotidianidade social, produtiva, familiar, educativa, entre um imenso espectro relacional de difícil apreensão e entendimento até então. Há uma nova sociabilidade desenvolvendo-se em vários campos de ação e de convívio social. Estudos multidisciplinares vêm revelando isso. Nesse momento em que estamos escrevendo (agosto de 2021), a pandemia está ainda em curso, em alguns países mais, em outros menos, extremamente politizada, tendo a dinâmica da vacinação como esperança e possibilidade efetiva de reduzir os casos de contaminação e, conseqüentemente, de mortes.

Nessa conjuntura, muitos países fecharam-se (alguns ainda o fazem – em meados de 2021), fronteiras nacionais surgem e definem também outras dimensões fronteiriças. Em alguns países, imigrantes, em geral, são controlados; tanto o empregado como o patrão, em algumas situações e espaços, passam pelo mesmo crivo do controle estatal, porém com probabilidades maiores de porosidade para o segundo. Governos viabilizam deportações em massa, como é o caso dos Estados Unidos e alguns países da Europa; outros legitimam sua recepção, como é o caso do presidente Bolsonaro no Brasil, ao justificar a repatriação de imigrantes brasileiros indo-

cumentados dos Estados Unidos. Medidas de excepcionalidades justificam-se, principalmente as de expulsão e de não concessão de vistos com fundamentos em questões sanitárias que não são comprovadas e que diferenciam quem migra pelo ar e pela terra.

A pandemia vem demonstrando a força e a determinação de governos e Estados-nação na gestão migratória. René Girard coloca, na obra “Le bouc émissaire” (“O bode expiatório” – tradução nossa), que nessa crise sanitário-econômica o imigrante é esse inimigo comum e culpado, que deve ser identificado, combatido e eliminado, na mesma forma como o vírus, ou seja, não o deixar romper com a lógica comum da vida social, para poder ter a coesão e a ordem existente na comunidade original. O imigrante foi eleito pela extrema direita nacionalista e populista em várias partes do mundo como o diferente e o que atrapalha. Ela revela, na sua relação com imigrantes e a migração de uma forma geral em nível internacional, profundas contradições sociais, conflitos políticos e sociais, reações sociais, ações políticas de governos que aproveitaram o momento para “um acerto de contas com a imigração e os imigrantes” (ROXO, 2020), questões de fronteiras, atendimentos à saúde, exposição ao vírus, entre inúmeras outras questões. Na realidade, a pandemia vem dando vazão a um amplo processo de relações, normativas, representações negativizadas e xenofobias, que estavam represadas na sociedade em relação aos imigrantes. Não foram poucas as manchetes de jornais nesse período que vêm dando ênfase ao fato de que imigrantes seriam portadores do vírus, os causadores da passagem dele pelas fronteiras nacionais, etc. Houve, e continua a existir, uma intensa politização da correlação entre migrantes e a disseminação do vírus em várias partes do mundo.

Tendo alguns desses processos em mente, nosso objetivo neste singular e sintético estudo é a correlação entre a referida pandemia e os imigrantes e refugiados. Fizemos esse recorte temporal e temático porque, na realidade, entendemos que ele condensa um amplo processo social, político, jurídico, geográfico e econômico, que, de uma forma ou de outra, expressa a dinâmica social atual dos migrantes em várias sociedades, em particular, onde eles aparecem com mais intensidade. O texto é fruto de uma demanda que nos foi feita pela coordenação do XV Seminário Migrações da APHCTB, no qual tivemos uma participação e assumimos a tarefa de elaborar, de uma

forma sintética, algumas reflexões em torno do tema que desenvolvemos. Porém, decidimos fazer um recorte temático em razão de aspectos vividos por migrantes no contexto histórico atual de pandemia.

Com a pandemia vivemos uma conjuntura de pânico mundial. O fechamento de fronteiras para alguns (uns passam, mas, em geral, imigrantes laborais e de alguns países não), ao mesmo tempo essa ação acaba ferindo o direito internacional de solicitação de refúgio, violando seu princípio-base, ou seja, o princípio da não devolução previsto na Convenção de Genebra de 1951. Não podemos esquecer que o capitalismo não vive sem mobilidade por muito tempo; ela lhe é intrínseca. A mobilidade é uma realidade mundial; somos todos migrantes, passíveis de nos tornar refugiados (catástrofes ambientais, conflitos políticos, ambientes em destruição, etc.). Insistimos que, nesse cenário, os estigmas, os preconceitos, as reações negativas em relação aos imigrantes exacerbam-se como se eles fossem os culpados por esse contexto de pânico e perigo geral. Negros africanos e haitianos, no caso brasileiro e em outros países ocidentais, sofrem ainda mais as consequências e incorporam com mais intensidade as desigualdades sociais, regionais, culturais e raciais endêmicas.

Desse modo, achamos por bem fazer esse recorte temático porque ele nos permite enxergar um processo social e político e também porque galvaniza ações que desembocam em relações específicas com a imigração e os imigrantes. Tendo isso presente, o texto revisa literatura sobre o tema, presentifica alguns dados estatísticos em torno da imigração, relata fatos envolvendo imigrantes na pandemia, bem como aponta em âmbito nacional as dificuldades de entrada dos migrantes no Brasil durante o tempo pandêmico.

Primeiramente, abordamos alguns aspectos que correlacionam a pandemia à globalização, fronteiras, desigualdades e imigração. O que se quer nessa primeira parte é enfatizar que, com a pandemia, há maior visibilidade da globalização das desigualdades, essas estimuladas por grandes capitais e governos subservientes a eles (SANTOS, 2004). Muitos interesses estão em jogo e em pauta: estratégias geopolíticas, relações e acordos internacionais, discussões ideologizadas em torno da crise ou não do neoliberalismo econômico, do retorno e fortalecimento do intervencionismo estatal, dos mercados globais, das “guerras híbridas” (essas muito mais fluidas e

diversificadas em termos de ações)¹, da reestruturação ou não da globalização e do capitalismo global, do novo bi(ou tri)partidarismo (China/EUA, acrescidos de uma ação maior da Rússia em termos de poder e de geopolítica), bioterrorismo, nacionalismos alimentados por regimes autoritários ainda que legitimados por horizontes democráticos, como é o caso atualmente do Brasil, Rússia, Hungria, Polônia, Turquia, Chile, entre outros. Na segunda parte, busca-se demonstrar como a entrada da população migrante foi barrada por atos normativos do Poder Executivo denominados de Portarias Interministeriais. Ainda ressaltamos o importante papel da sociedade civil na luta pela efetivação e reconhecimento de direitos da população migrante no Brasil.

A crise global e a gestão política da imigração na pandemia

O modo de produção capitalista caracteriza-se pela mobilidade, pela dinâmica do movimento de mercadorias, dinheiro, informação, pessoas, capitais, tecnologias, etc. A mobilidade possibilita-lhes constituir-se; ela é a sua força motriz. Nada mais anticapitalista do que as fronteiras fechadas, o controle da mobilidade de fatores que lhe são constitutivos. Para isso, a globalização intensificou-se nas últimas décadas, as informações transcendem fronteiras, os imigrantes tornaram-se transnacionais, os capitais são investidos instantaneamente e auxiliados pelas tecnologias de informação e comunicação (redes e tecnologias de comunicação e informação – TCIs) sem limites de fronteiras, o Estado-nação e seus governos vêm perdendo força frente a esses processos, voos e mais voos entre aeroportos interligam nações e regiões, entre uma série de outros elementos *móveis* que a dinâmica capitalista necessita e incentiva.

Nesse sistema, para encorajar o setor de turismo, desenvolve-se nas pessoas o desejo de viajar, de conhecer novos espaços, em última instância, de migrar, buscar novos espaços, correlacionando isso tudo à representação de investimento, de aprendizagem, de capital social, de vida melhor,

¹ Segundo Roxo (2020), as *guerras híbridas* hoje são mais descentralizadas e assimétricas, com forte ação nos campos dos recursos minerais, energéticos, biotecnológicos, disputas de mercado, estratégias militares com guerras políticas (diplomacia, intervenção eleitoral, financiamento a atores políticos, redes de *fake news*, etc.) e não tão convencionais.

etc. No entanto, há um horizonte relacional disso tudo que não possui a mesma dinâmica, que são os imigrantes laborais, os refugiados, os expulsos por causas múltiplas e que precisam transpor muitas barreiras físicas e simbólicas para se deslocar. Para determinadas pessoas, identificadas com nações, raças, credos e regiões no mundo, esse processo não é tão dinâmico e nem expresso como condição necessária em termos estruturais.

A crise global que atinge a economia em razão da fragilidade da estrutura de atendimento da saúde vem (re)produzindo imensas desigualdades sociais, de renda, raça, gênero e regiões, bem como (re)dimensionando a mobilidade nos territórios nacionais (PEREIRA; BERSANI, 2020). Porém, é interessante enfatizar que, antes da pandemia, a globalização econômica já vinha demonstrando um processo de crise a partir de 2007/8, ocasionada pela bolha imobiliária, pelos capitais financeiros em seus mercados de capitais e investimentos virtuais e derivativos. A pandemia veio intensificar o processo de crise num momento em que os países mais atingidos (EUA e Europa Ocidental) estavam produzindo indicadores positivos de superação da referida crise.

Com a pandemia a dinâmica da globalização foi alterada, ferida em seu *éthos*; fronteiras foram fechadas, o direito de mobilidade espacial perdeu força frente à militarização de fronteiras geográficas nacionais, cancelamento de voos, fechamento de aeroportos, etc., porém a estrutura política da produção da ilegalidade (processos administrativos que identificam legalmente imigrantes) utiliza os recursos e canais da globalização territorializada que interliga nações para viabilizar translados forçados, em geral mediados pela esfera pública. Vários expedientes foram lançados por governos no interior do Estado-nação no sentido de evitar e/ou reduzir e controlar a mobilidade de pessoas nas fronteiras nacionais: isolamentos e quarentenas internas, impedimentos de continuidade dos meios que facilitavam o traslado de alguns por via aérea, marítima e terrestre. Mobilidades, confinamentos, deslocamentos forçados, permissões ou não de entradas e saídas, produção da ilegalidade, mobilidades permitidas e outras inevitáveis (para trabalhadores imigrantes que necessitam do espaço da rua ou que estão em serviços essenciais), entre outros processos, são parte integrante da complexidade que a pandemia produziu nos espaços nacionais.

Governos de vários países, alguns mais, outros menos, adotaram várias ações para evitar a disseminação do vírus, enfrentar as consequências econômicas e projetar as soluções para os vários âmbitos sociais. Nesse contexto de múltiplas ações, Zizek (2020) afirmou que a pandemia está fazendo com que o Ocidente tenha um outro relacionamento com a morte, principalmente na esfera da resignação, ou seja, aceitá-la como parte da vida, como fragilidade da existência, que um vírus chega e acaba com ela, sem a possibilidade real de postergá-la ao máximo, bem como os relacionamentos sociais, familiares, de lazer, de ensino, no horizonte do trabalho e nas atividades econômicas. Ela vem alterando um amplo processo socio-cultural, de sociabilidades, de convívios, de uso desmesurado de canais de comunicação digital para as relações sociais, bem como para o trabalho, educação, ações políticas, religiosas, entre outras. Estamos nessa fase da globalização; é a grande onda do paradigma tecnológico digital, do grande dinamismo da digitalização das vidas humanas e do controle social mediado pelas tecnologias de vigilância e da inteligência artificial (alguns chamam essa fase de um “capitalismo de vigilância”, em que o papel do Estado e seus aparatos humanos e jurídicos não são mais tão necessários para produzir controles sociais); é a interface entre cérebro-máquina (mentes conectadas, faces digitalizadas).

Uma das estratégias da esfera pública governamental nessa epidemia foram ou continuam sendo em alguns países os *lockdowns*. Ação altamente questionada por grupos sociais de várias matizes políticas, religiosas e econômicas, profundamente evitada pela população e o campo econômico do território atingido em razão dos bloqueios de mobilidade, da privação das liberdades, do fechamento de postos de trabalho, do estancamento do processo produtivo, permanecendo apenas os elencados como trabalhos e setores essenciais, não restando à população em geral a obrigação do cumprimento da medida, como diz Zizek (2020), uma ferramenta disciplinatória que torna as pessoas vítimas indefesas e que devem, portanto, ser isoladas para o bem delas. O isolamento forçado ou o autoisolamento evitaria a contaminação viral.

A maior vulnerabilidade entre os vulneráveis nessa conjuntura apresentou-se e ainda está em ação entre os imigrantes, em particular no campo do trabalho e nas ações políticas. O desemprego entre imigrantes foi eleva-

do, a ausência de outro tipo de renda, a dependência de familiares em relação aos recursos financeiros deles, a impossibilidade para muitos deles de incorporar as políticas emergenciais de auxílio financeiros, os altos custos de aluguéis, etc. revelam amplos limites. Além dessas questões, estudos demonstram que imigrantes atuam em setores da linha de frente dos serviços que envolvem ações estratégicas e inevitáveis das medidas lançadas para combater o coronavírus² (CHARLEAUX, 2020). Nos EUA, por exemplo, negros e latinos são as maiores vítimas do coronavírus. Os dados apontam que as cidades estadunidenses com imigrantes brasileiros e hispânicos têm 30% mais mortes do que a média dos EUA (PEREIRA; BERSANI, 2020).³ No Brasil, por exemplo, não há a variável “nacionalidade” nos registros de morte da Covid-19, nem marcadores em torno do horizonte étnico-racial; isso, sem dúvida, impede um melhor registro de informações e identificações em torno da imigração, das questões raciais, etc.

Nas ações políticas, segundo as Nações Unidas, até final de junho de 2020 foram mais de duas mil normativas (leis) restritivas em relação à imigração adotadas em várias partes do mundo (CHARLEAUX, 2020). Essas foram de todo o tipo, desde expulsões, não permissão de entrada, não concessão de vistos, fronteiras fechadas, políticas sociais e emergenciais excludentes. Os países estão aproveitando o fato para fechar suas fronteiras, bem como para repatriar os imigrantes, quando, como já mencionamos, não atribuir a eles a proliferação do vírus em razão de sua mobilidade geográfica (RUSEISHVILI, 2020). Além do impedimento e/ou dificuldade de adentrar outras fronteiras nacionais, muitos imigrantes já inseridos no interior de alguns países com a pandemia também estão excluídos de oportunidades de obter recursos financeiros em razão de sua situação documental no país, bem como nas instituições de cuidados de saúde, etc. A pandemia vem engendrando e aprofundando os já existentes processos amplos de diferenciação e discriminação. Na luta pela obtenção dos cuidados da saúde

² CHARLEAUX, J. P. *Covid-19: os imigrantes na linha de frente na Europa e nos EUA*. Matéria enviada ao niem-migracao@googlegroups.com em 31 de maio de 2020 por Anna Stauffer. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/05/31/Covid-19-os-imigrantes-na-linha-de-frente-na-Europa-e-nos-EUA>>.

³ PEREIRA, A. B.; BERSANI, A. F. A topografia irregular da subnotificação de Covid-19. *NexoJournal*. Ensaio. 16 de junho, 2020 [on-line].

em razão das atestações positivas do vírus, da incorporação dos minguados recursos financeiros liberados pela esfera pública, bem como da incorporação de trabalhos/empregos reduzidos em razão da crise ocasionada pela atual conjuntura de pandemia, esses processos diferenciadores revelam seu poder e sua lógica.

Figura 1: Imigrantes nos Estados Unidos



Imigrantes reivindicam ser contemplados pelo auxílio financeiro público nos Estados Unidos. Entre março e meados de maio, o governo americano já tinha expatriado mais de 20 mil mexicanos considerados, pelo governo, como ilegais.

Fonte: <<https://veja.abril.com.br/mundo/eua-vaio-tornar-permanente-restricoes-a-imigracao-impostas-durante-pandemia/>>. Acesso em: 18 maio 2020.

A deportação e outras ações de expulsão, inadmissão, detecção, acordos de extradição entre países tornam-se estratégias para se livrar dos indesejáveis, dos perigosos entre as “classes perigosas”, dos eternos suspeitos (TUCCI, 2018). A deportação, além de ser eficaz em termos objetivos (reduzir a presença de imigrantes indocumentados ou ilegalizados), produz a representação da provisoriedade, da vulnerabilidade, de um sujeito que não reivindica e não é participativo na vida política e se fecha entre si (os nacionais). Como diz Sayad (2008, p. 11), nessa realidade, imigrantes preferem “se retirar, se refugiar dentro de seu medo escondido [...], optar pela

máxima discrição possível ou, dito de outra maneira, pela menor visibilidade [...], nos mesmos espaços, o espaço das relações sociais, o espaço de moradia, o espaço de trabalho principalmente, todos espaços onde nos encontramos na maioria das vezes entre nós mesmos, entre imigrantes e muitas vezes entre imigrantes da mesma origem”.

A construção da cidadania, para imigrantes, tem um preço; precisa de enfrentamento e contraposição, de luta por políticas inclusivas, que afastem o risco constante da deportação, da provisoriidade, das ações de controle social do Estado (RUSEISHVILI; CHAVES, 2020), essas alimentadas pela islamofobia, xenofobia, produção da ilegalidade, repatriamento, etnicização, racialização da cidadania, que se revelam nos atendimentos à saúde no contexto da pandemia, políticas hostis, as quais impedem a inclusão e/ou integração social, bem como a legalização ou, então, facilitação de processos produtores da ilegalidade como condição de inclusão na sociedade de destino na forma de subalternidade e exploração no trabalho e em outras dimensões.

Por isso Estados/governos lançam mão de dispositivos eficazes para “gerenciar” indivíduos e coletivos com “medidas corretivas” (LEMKE, 2017, p. 18). “Deixar morrer ou deixar viver” (FOUCAULT, 2015, p. 65) faz parte dos dispositivos da biopolítica que governa os corpos, que controla o nomadismo, a imigração, os refugiados, os naufragados tentando atravessar o Mediterrâneo para chegar ao sul do Europa; um governante italiano disse em entrevista à TV RAI no final de 2019 que “os imigrantes sabiam que não podiam vir; o Estado não pode fazer nada para salvá-los”. Há uma expressiva necropolítica que está disseminada nas ruas, nos limites de inserção aos sistemas privados de saúde, como é o caso dos Estados Unidos, não somente nas fronteiras (MBEMBE, 2018).

Entidades de Direitos Humanos em várias partes do mundo denunciam que imigrantes agonizam solitários nos hospitais ou em suas casas, nessas porque sabem que não haverá espaço para eles no âmbito do atendimento à saúde e são cientes do perigo de ser, muitos deles, ilegalizados e, se forem para os espaços de saúde, poderão ser vitimizados pelas consequências disso, ou seja, ser repatriados e/ou *jogados* em algum país de intensa saída, como é o caso do México para imigrantes que estão nos Estados Unidos ou para a Líbia muitos dos que estão na Europa, na Itália em parti-

cular, e ter de se inserir em campos montados para imigrantes que aguardam a abertura de fronteiras com seus países de origem.

Seletivizar, otimizar e excluir: lógicas contraditórias dos imigrantes na pandemia

Os imigrantes condensam transformações, otimizações e tendências no mercado de trabalho. “O trabalhador imigrante, devido à sua vulnerabilidade, não pode fazer outra coisa senão adaptar-se ao papel inferiorizado que a lógica de expansão capitalista lhe reserva; é uma espécie de novo escravo, desprovido de direitos e da tutela, mas, justamente por isso, economicamente vantajoso” (HARRIS, 2000, p. 56). Em razão da pandemia, países estão adotando práticas consideradas de segurança, mas que também servem para controlar os fluxos migratórios e escolher o imigrante desejado através do já conhecido *Golden Visa* ou “Passaporte de Imunidade”. Portugal é um dos países que já adotou algo assim, ou seja, o visto fica condicionado a um amplo controle de saúde do viajante (turista, imigrante, refugiado, etc.). Porém, na mesma proporção da exigência para novas entradas, há saídas em massa do país. O aeroporto de Lisboa, conforme tanto o jornal *O Globo* (3 de maio de 2020, p. 20) como o *site* UOL (14 de maio de 2020), virou centro de peregrinação de brasileiros que buscavam retornar de Portugal. Com o desemprego aumentando na proporção da pandemia, milhares de brasileiros perderam o emprego e buscavam retornar ao Brasil.

Políticas contraditórias de vários países que, pressionados por setores de grande presença de imigrantes em algum momento expulsam, porém em outro atraem os que quer (os profissionais da saúde), promovem regularização, selecionam, desenvolvem critérios para inserir e facilitar ou não a sua presença. Com a mesma força que os estigmatiza atrai, expulsa e seleciona para inserir dependendo da situação do país. Imigrantes são necessários para as colheitas. Em 2020, em vários países da Europa e mesmo nos Estados Unidos, em razão do fechamento de fronteiras, da expulsão de imigrantes e mesmo de ações de retorno voluntário deles pelo temor da pandemia e de não receber tratamento se porventura fossem acometidos pelo vírus, muitos cultivos deixaram de ser feitos ou, então, de ser colhidos.

Nesse momento, os imigrantes revelaram sua importância econômica para muitos países e setores produtivos.

Segundo uma brasileira que trabalha em projetos de auxílio aos imigrantes nos EUA, há uma cultura da otimização (redução de custos) do trabalho dos imigrantes pelos empregadores: “Eles [os estadunidenses] não querem pagar para os imigrantes o valor que oficialmente pagariam para um cidadão. Então eles usam o imigrante para pagar pouco e abusar dele. A galera trabalha muito, muito mesmo, e eles falam que te amam, mas ao primeiro sinal da pandemia eles não te querem dentro de sua casa porque é você que é o infectado”⁴. O recurso à mão de obra imigrante reflete também interesses e estratégias de atores econômicos e da sociedade de destino. Os operadores da economia submersa (tráfico de drogas, de órgãos humanos, prostituição, informalidade, etc.) não ficam para trás, ou seja, demandam sua presença para garantir redes internacionais de suas ações (MELOTTI, 2004).

Nesse sentido, a constituição de vínculos/redes entre conacionais e desses com mediadores autóctones, que ofertam trabalho, favorece a inserção do imigrante em determinados espaços e lhe dá maior garantia laboral, porém, em geral, com tempo mais elástico. Esse é um campo que vinha se desenvolvendo antes da pandemia e, com certeza, será ampliado após esse período de crise econômica. Os imigrantes passam a ser o elo mais fraco dessa dimensão, que (des)regulamenta e otimiza os processos de trabalho para as várias formas de capitais neles envolvidos. O trabalho informal em ruas, canteiros de obras, restaurantes, em famílias de autóctones e sua consequente irregularidade ficou mais problemática com o coronavírus, pois, além de expor trabalhadores imigrantes à possibilidade de contraí-lo, também se tornou promotora de desemprego e de dificuldade de sobrevivência deles.

Acredita-se que mais de 15 milhões de imigrantes nos EUA não possuem vínculos sindicais, e mais de 12 milhões não possuem seguro-saúde; os primeiros não podem usufruir do direito ao benefício do desemprego e outros apoios econômicos da esfera pública em razão da pandemia. Mais

⁴ “A agonia vivida por imigrantes brasileiros residentes nos EUA durante a pandemia.” Site Dom Total em 19/07/2020. Disponível em: <<https://domtotal.com/noticia/1460314/2020/07/a-agonia-vivida-por-imigrantes-brasileiros-residentes-nos-eua-durante-a-pandemia/>>.

de 6 milhões de imigrantes no referido país trabalham no setor da saúde e são os que estão mais expostos (limpeza de hospitais, enfermeiros/as, entrega de insumos, serviços gerais de manutenção, etc.). Além disso, há mais de 12 milhões de imigrantes que estão à frente das respostas econômicas da pandemia e entre os mais impactados pelas suas consequências; são os que atuam nas entregas de alimentos a domicílio, no setor de transporte, em abastecimentos de supermercados, trabalhadores domésticos (em geral, são mulheres imigrantes), trabalhadores rurais/agrícolas, entre outras atividades.⁵ Desse modo, a irregularidade, associada à precarização do trabalho e da vida nos países, imigrantes tornam-se também alvo de críticas e estigmas sociais, quando não culpados pela entrada do vírus e sua consequente disseminação. Imigrantes no Brasil também enfrentam muitas dificuldades, principalmente nas grandes cidades em razão da redução do fluxo de pessoas e da consequente perda de ganhos com o trabalho informal; além do trabalho, estudos demonstram a precariedade de habitação de haitianos que vivem no Brasil, espaços diminutos sendo divididos por várias pessoas; alguns deles desprovidos de habitação e vivendo na rua, sem acesso a água potável e outras formas de saneamento. Se, em vida, esses imigrantes pouco contam, na morte muito menos. Num frigorífico no município de Passo Fundo, em meados de 2020, houve um intenso foco de coronavírus, que chamou a atenção da Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul. No referido frigorífico, trabalhavam quase três centenas de imigrantes (haitianos, bengalis e senegaleses), os quais preocupavam as instituições de saúde em razão das condições de moradia, em geral com grande número de membros e a dificuldade de isolamento e os cuidados entre si pelo fato de não estarem com suas famílias.⁶

Muitos imigrantes na Europa e nos Estados Unidos, para enfrentar os limites da irregularidade, da não documentação exigida, dos custos altos

⁵ “Migrantes, el grupo más vulnerable em UE ante la pandemia Migration.” Matéria de David Brooks. *Policy Institute – MPI*, *apud site* do Niem-migração, 17/04/2020. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=wm&ogbl#inbox/FMfcgxwHMSPS-nmMMHKVfWrmrK>>.

⁶ “Foco de coronavírus, frigorífico de Passo Fundo é interditado por tempo indeterminado.” *Clic Gaúcha Zero Hora (on-line)*, em 23/04/2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2020/04/foco-de-coronavirus-frigorifico-de-passo-fundo-e-interditado-por-tempo-indeterminadock9efox7x00ae017ns65815f0.html>>.

dos aluguéis em cidades, passaram a residir e atuar no meio rural, na agricultura, na construção civil em pequenos vilarejos. Só para ter uma ideia, havia, em 2016, mais de 10 milhões de imigrantes que atuavam na agricultura, no extrativismo e em agroindústrias nos Estados Unidos (ACNUR, 2016). Na Europa, esse processo não é diferente; boa parte da grande capacidade de mercado dos produtos advém dessa participação de imigrantes, em geral mal pagos, precarizados, indocumentados, com horários de trabalho mais prolongados do que os convencionais. No setor agrícola específico da Califórnia (EUA), há mais de 2 milhões de imigrantes que trabalham na produção de hortaliças e frutas (ACNUR, 2016). Nesse período de isolamento, como já enfatizamos, são os imigrantes que garantem as frutas e verduras frescas nos supermercados e nas feiras; são eles os trabalhadores considerados essenciais, que, em geral, são indocumentados, pois vão para as atividades agrícolas a fim de evitar o monitoramento e a vigilância da polícia.

Figura 2: Imigrante marroquina colhendo morangos na Espanha em período de pandemia



Fonte: <<https://www.linkiesta.it/2020/07/fragole-libro-donne-marocco/>>.⁷

⁷ “Straniere e senza diritti, ecco le donne che raccolgono le nostre fragole.” Matéria de Aboubakar Soumahoro e Abdelhak Senna/AFP. Disponível em: <<https://www.linkiesta.it/2020/07/fragole-libro-donne-marocco/>>.

Com o fechamento de fronteiras na Espanha, dezenas de milhares de imigrantes, em geral marroquinos, não puderam entrar no país para colher hortaliças, frutas e morangos. Fazendas ficaram sem possibilidade de colher suas plantações. Negociações entre entidades de representação de agricultores e autoridades governamentais aconteceram para viabilizar a entrada de imigrantes, bem como para permitir que refugiados trabalhassem; aviões foram fretados para buscar estrangeiros. Na França, por exemplo, autoridades falam de uma lacuna de mais de 300 mil trabalhadores no meio rural. A Alemanha estima a necessidade de mais de 80 mil estrangeiros para garantir a safra na estação primaveril (CHADE, 2020). Nessa direção, a Ministra da Agricultura da Itália propôs a regularização de mais de 600 mil imigrantes para auxiliar na retomada econômica do país e, em particular, dinamizar a agricultura (plantio, cuidados e colheita de várias culturas). O país necessitava de mais de 400 mil estrangeiros para efetivar colheitas e garantir o abastecimento de alimentos. No Reino Unido, boa parte da produção foi perdida nessa primavera em razão da falta de trabalhadores. O governo fez um chamamento para estudantes e desempregados autóctones com incentivo na remuneração, porém, numa demanda de mais de 80 mil, apenas 18 mil aderiram à iniciativa. Estudos demonstram que a Europa Ocidental vem necessitando, a cada ano, de mais de um milhão de trabalhadores para atividades rurais em particular, essa demanda vinha sendo preenchida por imigrantes temporários, que, com o fechamento de fronteiras, foi inviabilizada ou dificultada (CHADE, 2020).⁸

Nesse momento de pandemia, é com a presença de imigrantes que se torna possível dar algum dinamismo à economia, ao aparato produtivo em sua totalidade reestruturante e flexível, bem como aos serviços considerados, em razão da epidemia, como essenciais. Porém, num cenário de vida e de organização social considerados normais os imigrantes são vistos como sujeitos mais expostos à precarização de sua condição no horizonte laboral e da aceitação social, principalmente os indocumentados e os ilegalizados pelos sistemas público-administrativos dos países de destino.

⁸ CHADE, J. *Fronteiras fechadas fazem Europa sentir falta de imigrantes nas colheitas*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/04/20/imigrantes-colheitas-europa.htm>>.

Dinâmicas de abertura e fechamento de fronteiras: a dimensão política da mobilidade

Já vimos que em razão da pandemia reforça-se a tendência anti-imigração na Europa e em várias outras partes do mundo onde há uma maior concentração de imigrantes. O fechamento de fronteiras entre os países da União Europeia deixou milhares de imigrantes sem saber para onde ir, principalmente os solicitantes de refúgio. Essa ação de fechar fronteiras acabou por produzir os “refugiados sanitários”, uma nova categoria que surgiu fruto das medidas contra a pandemia, produzindo medo e pânico entre imigrantes acampados/albergados e autóctones em ambos os dois países que não os querem (de saída e de tentativa de destino). Imigrantes e refugiados revelam as dificuldades e as deficiências nesse cenário de controlar o vírus pelas péssimas condições de vida econômica, de higiene, concentração de pessoas, alimentação precária, dificuldade ou inexistência de acesso e atendimento à saúde. Indocumentados estão também em situação precária, pois, se forem acometidos pelo vírus, em alguns países eles não irão procurar atendimento no sistema de saúde, como já falamos, pelo temor de ser deportados juntamente com seus familiares.

Figura 3: Imigrantes venezuelanos em território colombiano pedindo ajuda para poder voltar a seu país em período de pandemia e de fronteiras fechadas



Fonte: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/06/em-meio-a-pandemia-15-mil-venezuelanos-tentam-retornar-da-colombia-peru-e-equador>>.

Deixar morrer ou matar imigrantes passou a ser um expediente comum onde há regimes migratórios opressivos. Usar os imigrantes ilegalizados como “inimigos de Estado” e, portanto, da sociedade é uma forma de politizar a questão (KALIR, 2020), desviar a atenção de outros problemas, dos limites do próprio Estado na atualidade em atender as múltiplas demandas sociais, econômicas e financeiras da população, sua fragilidade frente aos ditames da globalização, dos mercados e capitais transnacionais.

Quem tem visto expirado ou perdeu passaporte não tem direito às políticas de auxílio do Reino Unido; se um imigrante é deportado, primeiro ele é preso e levado para um centro de imigração e de lá vai algemado para o avião que o trará de volta. Nos hospitais e clínicas médicas, o SUS britânico pode solicitar informações ao Ministério do Interior sobre a nacionalidade e o status de imigrante de um paciente para decidir se ele deve ser cobrado pelo tratamento (para testes do coronavírus, mesmo que for negativo, e para o tratamento, se for positivo). Há denúncias também da Associação *Amis du Brésil* na França de que imigrantes brasileiros não possuem apoio da embaixada brasileira, de que muitos estão doentes, passando fome, sendo auxiliados por amigos, e, na maioria, desempregados.⁹

Há fronteiras entre países em que imigrantes não podem entrar (para retorno em seu país) em razão dos bloqueios, fechamentos de fronteiras, controles sociais pela esfera pública. Em algumas delas, são montados abrigos de acolhimento, os quais, em geral, expressam alto risco de propagação e contaminação em razão da chegada constante de novos membros; é o caso de venezuelanos na fronteira com o Brasil no estado de Roraima, bem como na Colômbia e no Peru, como também de centenas de bolivianos retornados do Chile, que aguardavam para entrar em seu país e que se encontravam em acampamentos improvisados, tendo crianças, idosos, mulheres grávidas.¹⁰ No Peru, por exemplo, criou-se um projeto de lei que

⁹ “Brasileiros estão sem apoio da embaixada, doentes e passando fome na França.” Matéria de Ivan Drummond em 07/04/2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/04/07/interna_internacional,1136581/brasileiros-estao-sem-apoio-da-embaixada-doentes-e-passando-fome-na-f.shtml>.

¹⁰ “Migraciones en América Latina en tiempos de coronavirus.” Matéria de M. Villarreal, publicado no *site* do Niem-migração em 19/04/2020. Disponível em: <<https://www.elobservador.com.uy/nota/migraciones-en-america-latina-en-tiempos-de-coronavirus-2020417144911>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

dispõe a deportação de imigrantes residentes no país e que são afetados pelo vírus.

Nesse sentido, as ações repressivas e de controle de governos não encontram tanta resistência social porque já se consolidou a consciência de que imigrantes ilegalizados não são sujeitos de muitos direitos; desse modo, como dizem Arendt (1963) e Bauman (2017), quanto mais se produzem sujeitos sem direitos, menos preocupantes se tornam as ações repressivas de governos para a sociedade em geral. Essa “banalidade do mal” expressa-se na não reação contundente da sociedade civil em geral como deveria ou, talvez, o faria se o Estado não o fizesse ou fosse negligente e/ou indiferente. Nessa concepção, são os imigrantes ilegalizados que estão “fora de lugar”, do “seu lugar” e estão “no meio de nós, em nosso lugar”. Desse modo, o Estado age para defender valores ocidentais, imprime uma ideologia de governo opressiva para gerenciar espacialmente os imigrantes (KALIR, 2020).

O premiê da Hungria, por exemplo, suspendeu a presença de refugiados em espaços de fronteira por tempo indeterminado. O governo Trump nos EUA adotou também várias medidas, inclusive com o impedimento de populações de determinados países, inclusive o Brasil, de entrar em seu território nesse período. Vários países da Europa adotaram, nesse final de junho, medidas de impedimento de brasileiros e latinos de entrar em países; se o fizerem, devem primeiro ficar em quarentena em hotéis com acompanhamento médico-sanitário por conta própria.

Em alguns países, os preços dos alimentos subiram, produtos apodreceram nas lavouras, além de que a dimensão política polemizou medidas de fechamento de fronteiras, outras em razão da necessidade de abertura controlada, além de acusar governos sobre o fato de estarem regularizando imigrantes como ato político-eleitoreiro em período de extrema necessidade de imigrantes para as colheitas, como foi o caso da Itália, também de Portugal, da Hungria e da Grécia. Outras críticas surgem em razão do fato de governos legitimarem a imigração ilegal ou escolherem os imigrantes que ao país interessam e promover a exclusão e morte de grupos que batiam nas portas de países e, por não se enquadrar nos requisitos, foram barrados, criando situações ainda maiores para o contágio do vírus, pois esses imigrantes foram montando barracas em fronteiras, constituindo campos de imigrantes não aceitos e com impossibilidade de retorno a seus países

(SANTOS, 2020). Percebemos que a dinâmica política usa-os para vários fins, o sistema produtivo os exclui e explora para otimizar fatores econômicos em geral (serviços, negócios, etc.).

O jornal *O Globo*, de 05/07/2020, produziu uma matéria sobre a realidade de imigrantes trabalhadores brasileiros em Portugal. A narrativa deixa clara a situação precária de grandes contingentes deles que perderam o emprego, tiveram de desistir do aluguel, alguns morando na rua, como já falamos anteriormente, ou em acampamentos coletivos em terrenos baldios públicos e/ou privados na capital Lisboa.¹¹ A matéria enfatiza as consequências da pandemia para imigrantes brasileiros no país, bem como revela que a possibilidade de regularização proposta pelo governo português, que já falamos, poderá não contemplar todos os imigrantes, em particular os “zukas” (como são chamados os brasileiros), em razão das exigências de documentação, tempo ininterrupto de trabalho, não haver irregularidades registradas no campo da segurança pública do país, inclusive na área administrativa da documentação, questões ligadas à família (reagrupamento, idade de filhos, etc.).

Desse modo, percebe-se que a pandemia vem afetando a saúde física e mental de imigrantes, além de ter acirrado formas de discriminação e desrespeito aos direitos humanos. A falta de documentação (CPF) impede o acesso a recursos financeiros provenientes do auxílio-emergência por parte do governo; para piorar sua situação, em razão da realidade de isolamento, todos os serviços públicos nesse sentido estão suspensos, funcionários não trabalham e os imigrantes vivem em situação incerta. Nunca esquecendo que os imigrantes são sujeitos de fronteiras por excelência; atravessam múltiplas delas e incorporam significados para além dos físico-geográficos; a mobilidade humana é permeada de fronteiras. Com a pandemia, há um controle maior sobre os corpos, os indivíduos, entre eles quem pode ou não pode entrar, quem deve ou não sair, se podem ou não ser tratados em sistemas públicos de saúde, etc. Não há dúvida de que o aumento dos contágios faz aumentar a limitação de circulação de pessoas, deixando em desabrigo milhões, os quais não podem retornar para casa.

¹¹ “Crise pós-pandemia em Portugal empurra brasileiros para morar nas ruas.” *Jornal O Globo*, 05 de jul. 2020. Agência *O Globo*. Disponível em: <<https://outline.com/MVG46p>>.

A sociedade atual ainda convive e desenvolve concepções e ações políticas que dividem os cidadãos pelo passaporte que possuem ou sua situação migratória no momento. Não há uma concepção de direitos universais e muito menos da necessidade e/ou imperativo de proteger a todos, fato esse que demonstra serem os imigrantes os mais vulneráveis nesse cenário de crise em múltiplos âmbitos além do universo do trabalho.

Do contexto brasileiro – migração e as restrições do tempo da pandemia

A migração no Brasil está regulada em dois instrumentos jurídicos: a Lei de Migração (13.445/2017) e o Estatuto do Refugiado (Lei 9.474/1997, que regulamenta a Convenção de Genebra sobre o Estado dos Refugiados de 1951). Assim são regidos pela Lei de Migração: o imigrante, o emigrante, o visitante, o residente transfronteiriço e o apátrida, considerando que o Brasil também é signatário da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954 (BRASIL, Lei 13.445/217, 2021). Já os solicitantes de refúgio estão vinculados a um tratado que rege as questões sobre essa categoria (Convenção de Genebra de 1951) e à Lei 9.474/97, que instituiu o Estatuto do Refugiado. Importante entender que o refugiado, segundo a Convenção de Genebra, é toda pessoa ou grupo de pessoas que

temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Já pela Lei 9.474/97, o conceito de refugiado refere-se:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II – não tendo nacionalidade e estando fora do país, onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Além disso, no Art. 2º, a Lei 9.474/97 confere os mesmos efeitos da condição de refugiado: “[...] ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional”.

A Convenção de Genebra de 1951¹² e a Lei 9.474/97¹³ ainda conferem ao refugiado a proteção de que ele não será devolvido ao local de onde está sofrendo fundado temor de perseguição ou risco de morte, independente de qualquer fechamento de fronteira com base no princípio da não devolução (*no-refoulement*).

Tais definições são importantes para entender que os atos normativos publicados pelo governo federal durante a pandemia do Covid-19 violam as leis acima referidas, uma vez que, no âmbito jurídico, uma portaria não pode dispor nem revogar uma lei. A portaria é um ato de um determinado órgão, como no caso em que vamos apresentar – são atos dos Ministérios do Executivo, enquanto a Lei passa por um processo de aprovação no Legislativo Federal (Câmara e Senado) e sanção presidencial. Busca-se nesse tópico apresentar as portarias que se referem às questões migratórias e ao fechamento das fronteiras brasileiras, demonstrando também de que forma elas restringem os direitos já garantidos pela Lei de Migração e pela Convenção de Genebra de 1951 e pela Lei 9.474/97.

De 17 de março de 2020 a janeiro de 2021 foram publicadas 21 portarias, restringindo a entrada de migrantes no território nacional. O início das restrições ocorreu pela Portaria 120, de 17 de março de 2020, emitida pelos Ministros da Casa Civil, da Justiça e Segurança Pública e da Saúde,

¹² Art. 33 – Proibição de expulsão ou de rechaço 1. Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas. 2. O benefício da presente disposição não poderá, todavia, ser invocado por um refugiado que por motivos sérios seja considerado um perigo para a segurança do país no qual ele se encontre ou que, tendo sido condenado definitivamente por crime ou delito particularmente grave, constitui ameaça para a comunidade do referido país (ACNUR, 2021).

¹³ Art. 7º – O estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível.
§ 1º Em hipótese alguma será efetuada sua deportação para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política (BRASIL, Lei 9.474/97).

que determinava restrições sobre a entrada de migrantes originários da República Bolivariana da Venezuela, com base em recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Nota-se que, em 2019, o Comitê Nacional dos Refugiados (CONARE) reconheceu¹⁴ que os venezuelanos estão sofrendo grave violação de direitos humanos e por isso podem ser considerados refugiados no Brasil¹⁵ (Diário Oficial da União, Portaria 120, 2021).

A primeira portaria já iniciou violando o princípio da não devolução previsto na Convenção de Genebra de 1951 (um tratado internacional firmado pelo Poder Executivo e referendado pelo Poder Legislativo) e na Lei 9.474/97. O segundo aspecto é que a portaria é discriminatória, pois proíbe a entrada apenas de uma nacionalidade, nesse caso a venezuelana. E o terceiro ponto é que a entrada prevista na portaria é restrita apenas à entrada pela fronteira terrestre¹⁶, ou seja, seria permitido a entrada em território nacional somente dos migrantes venezuelanos que tiverem condições econômicas de ingressar no território nacional por via aérea. Ato totalmente discriminatório pela nacionalidade e pela condição econômica, especialmente considerando a vulnerabilidade econômica de que a população venezuelana está sendo acometida.

Em 19 de março, dois dias após a primeira, foi publicada a Portaria nº 125, que dispôs sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros oriundos dos países que relaciona conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Nesse ato, a restrição de entrada também por via terrestre aumentou com as fronteiras dos países vizinhos. A portaria restringiu a entrada de migrantes originários dos seguintes países: República Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, República da Colômbia, República Francesa (Guiana Francesa), Re-

¹⁴ Conare reconhece como refugiados 17 mil venezuelanos. (Ministério Da Justiça E Segurança Pública, 2021).

¹⁵ Art. 1º – Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: [...] III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, Lei do Estatuto do Refugiado, 2021).

¹⁶ Art. 2º – Fica restringida, pelo prazo de quinze dias, contado da data de publicação desta Portaria, a entrada no País, por rodovias ou meios terrestres, de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela. Parágrafo único. O prazo de que trata o *caput* poderá ser prorrogado, conforme recomendação técnica e fundamentada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa (Diário Oficial da União, Portaria 120, 2021).

pública Cooperativa da Guiana, República do Paraguai, República do Peru, República do Suriname e determinou que outra portaria viria a regular separadamente os que ingressarem pela fronteira com a República Oriental do Uruguai. Novamente a portaria, com justificativa de tomar medidas sanitárias determinadas pela ANVISA, restringe a entrada somente via terrestre, considerando que o vírus não ingressa no território nacional pelo ar.

Após mais seis portarias restritivas, chegamos em maio com a Portaria 255 de 22, emitida pelos Ministros da Casa Civil, da Justiça e Segurança Pública, da Infraestrutura, da Saúde, que novamente dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Essa portaria consolidou todo o tipo de entrada no país, considerando todas as nacionalidades e todos os meios de transporte (Diário Oficial da União, Portaria 255, 2021). Chama atenção nessa portaria o tratamento discriminatório aos migrantes originários da Venezuela, “[...] que não poderiam ingressar no país sequer tivessem autorização de residência no território brasileiro ou Registro Nacional Migratório; ou fossem cônjuge, companheiro(a), filho(a), pai ou curador de brasileiro (art. 4º, §5º). Tampouco habitantes em cidades-gêmeas na fronteira Venezuela-Brasil poderiam cruzar a divisa entre os países (art. 5º, §1º)” (ROSA; FARIAS; VALENTIM; HERZOG, 2020). Somando as questões discriminatórias em relação aos venezuelanos, o texto ainda “inova” ao determinar a deportação imediata, a repatriação e a inabilitação do refúgio.¹⁷ Essas disposições violam a Lei de Migração, que possibilita o direito de defesa antes de a deportação ser determinada¹⁸ e ainda repudia a prática de expulsão ou deportação coletiva.¹⁹

A Portaria 255 foi revogada pela Portaria 340, de 30 de junho de

¹⁷ Art. 7º – O descumprimento das medidas previstas nesta Portaria implicará para o agente infrator: I – responsabilização civil, administrativa e penal; II – repatriação ou deportação imediata; e III – inabilitação de pedido de refúgio (Diário Oficial da União. Portaria 255, 2021).

¹⁸ Art. 51º – Os procedimentos conducentes à deportação devem respeitar o contraditório e a ampla defesa e a garantia de recurso com efeito suspensivo (BRASIL, Lei de Migração, 2021).

¹⁹ Art. 3º – A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: [...] XXII – repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas (BRASIL, Lei de Migração, 2021).

2020, que traz as mesmas questões e problemas já evidenciados e, após essa, o ano de 2020 seguiu com mais 10 portarias²⁰, restringindo a entrada de migrantes no território nacional. Até junho de 2021, tínhamos um total de mais de 20 portarias emitidas para regular a questão migratória sobre o fechamento das fronteiras.

Já em 2021, a Portaria 655, de 23 de junho de 2021, que dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, continua a definir o perfil socioeconômico de quem entra no país, determinando que para quem chega ao Brasil por via aérea está autorizada a entrada, incluindo determinações de como proceder com apresentação de testes laboratoriais para prevenção da contaminação do Covid-19, enquanto os que chegam via terrestre estão desautorizados a entrar. Repete o mesmo dispositivo das portarias anteriores, que autorizam ao agente de fronteira a realizar a repatriação, deportação sumária e a inabilitação do pedido de refúgio (Diário Oficial da União, Portaria 655, 2021).

Em 04 de agosto de 2021, a sociedade civil solicitou uma audiência pública à Câmara de Deputados para debater as restrições de direitos impostas aos migrantes durante a pandemia do Covid-19. A audiência foi conduzida pela Deputada Fernanda Melchionna do PSOL²¹ na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados Federal. Na audiência foi questionado ao governo quais seriam as medidas sanitárias determinadas pela ANVISA que deveriam ser impostas aos migrantes como justificativa ao fechamento de fronteiras. Camila Asano, representante da Conectas, referiu um documento/ofício enviado pela ANVISA ao Conectas, que menciona que “nas notas técnicas emitidas pela ANVISA não há determinação de segregar qualquer país” (Câmara dos Deputa-

²⁰ Portaria CC MJSP MINFRA MS N° 1, de 29 de julho de 2020; Portaria CC-PR MJSP MINFRA MS N° 419, de 26 de agosto de 2020; Portaria N° 456, de 24 de setembro de 2020; Portaria N° 470, de 2 de outubro de 2020; Portaria N° 478, de 14 de outubro de 2020; Portaria N° 518, de 12 de novembro de 2020; Portaria N° 615, de 11 de dezembro de 2020; Portaria N° 630, de 17 de dezembro de 2020; Portaria N° 648, de 23 de dezembro de 2020.

²¹ Requerimento 84/2021, das Sras. Sâmia Bomfim (PSOL-SP), Vivi Reis (PSOL-PA), Luiza Erundina (PSOL-SP) e Fernanda Melchionna (PSOL-RS).

dos, 2021). Nesse sentido, não se justifica o fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela.

Enfim...

O que buscamos evidenciar é que a atual pandemia vem revelando, com maior clareza, a posição ou o lugar reservado aos imigrantes nas sociedades, alguns com mais intensidade do que outros, mais condicionados por fatores ideológicos e, conseqüentemente, com ações de governos. Abertura e fechamento de fronteiras, exigências de controle terrestre e não por outras vias, como vimos logo anteriormente para o caso dos venezuelanos no Brasil, repatriamentos, atrações para serviços e atividades emergenciais de maior exposição ao vírus, entre uma série de outros dispositivos, normativas, etc.

No espaço de trabalho, várias sociedades movem-se pela noção de nacionalidade, e essa possui clara origem migratória. Imigrantes não têm muitas escolhas: ou trabalham para ter alguma renda para a família (dimensão da alteridade) e se expõem ao vírus, ou ficam desempregados e, em razão disso, a probabilidade de ficar sem algum benefício público é bem maior. É nesse sentido que, mesmo demonstrando ser úteis, são vistos e tratados como invasores. Essa é a concepção que prevalece no cenário da pandemia em vários países de forte presença imigrante. Não há dúvida de que são as pessoas mais vulneráveis entre os mais empobrecidos da sociedade. O desemprego lhes é traumático por uma série de fatores econômicos, simbólicos e afetivos; a exposição ao vírus é maior entre eles pelas condições de moradia, muitas vezes em cenários de acampamentos, onde se dividem a torneira, o banheiro e outras coisas mais; pela pouca possibilidade de tratamento hospitalar num cenário de disputas por aparelhos de respiração; por muitos deles serem indocumentados e não demandarem os serviços de assistência médica pelo temor de ser expulsos e/ou informar endereços ao sistema de vigilância policial; por, em boa parte, não serem contemplados pelas políticas compensatórias em termos financeiros; por muitos deles serem trabalhadores informais; por não compreenderem a língua e a legislação que normatiza a burocracia das demandas e simplesmente por serem imigrantes.

Imigrantes demonstram um *mundo móvel* de contradições, de diferenciações, de não aceitação, de discriminação, de gerenciamento público de

tratamentos desiguais nos direitos fundamentais e, entre eles, o maior e mais importante de todos, que é o da vida humana. A atual pandemia vem revelar isso tudo com mais evidência e radicalidade. A sociedade atual ainda convive e desenvolve concepções e ações políticas que dividem os cidadãos pelo passaporte que possuem ou sua situação migratória no momento. Não há uma concepção de direitos universais e muito menos da necessidade e/ou imperativo de proteger todos, fato esse que demonstra serem os imigrantes os mais vulneráveis nesse cenário de crise em múltiplos âmbitos além do universo do trabalho.

Referências

- ACNUR. *Refugees/migrants. Emergency response*. ONU. Documento. 2016.
- ACNUR. *Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- ARENDDT, H. *Las orígenes del Totalitarismo*. Madrid: Taurus, 1963.
- BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.). *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas: NEPO/Unicamp, 2020.
- BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BRASIL. *Lei de Migração – 13.335/17*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- BRASIL. *Lei do Estatuto do Refugiado – 9.474/97*. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Regularização migratória e fechamento de fronteiras no contexto da pandemia de Covid-19. Audiência Pública. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fhFk_RbnAgw>. Acesso em: 23 ago 2021.
- CASTLES. S.; MILLER, M. J; MEZZADRA, S. (a cura di). *I confini della liberta*. Per una análise política delle migrazioni contemporanee. Roma: Derive Approdi, 2004.
- CHADE, J. *Alemanha contrata médicos imigrantes para ajudar na pandemia*. Colunista do UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/04/15/alemanha-contrata-medicos-imigrantes-para-ajudar-na-pandemia.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CHARLEAUX, J. P. *Covid-19: os imigrantes na linha de frente na Europa e nos EUA*. Matéria enviada ao niem-migracao@googlegroups.com em 31 de maio de 2020 por Anna Stauffer.

DAL LAGO, Alessandro. *Non-persone. L'esclusione dei migranti in una società globale*. Milano: Feltrinelli, 1999.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Portaria 120 de 17 de Março de 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-120-de-17-de-marco-de-2020-248564454>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Portaria 255 de 22 de Maio de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-255-de-22-de-maio-de-2020-258114133>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Portaria 655 de 23 de Junho de 2021. Disponível em: <<https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-655-de-23-de-junho-de-2021-327674155>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GIRARD, René. *Le Bouc émissaire*. Paris: Grasset, 1982.

HARRIS, N. *I nuovi intoccabili*. Perché abbiamo bisogno degli immigrati. Milano: Il Saggiatore, 2000.

KALIR, B. *Departheid: la gobernanza draconiana de los migrantes ilegalizados en los Estados Occidentales*. *Runa (on-line)*, Buenos Aires, v. 41, n. 1, 2020.

LEMKE, Thomas. *Biopolítica: críticas, debates e perspectivas*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N.1 Edições, 2018.

MELOTTI, U. *Immigrazioni internazionali*. Globalizzazione e culture politiche. Milano: Mondadori, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2021. *Conare reconhece como refugiados 17 mil venezuelanos*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/conare-reconhece-como-refugiados-17-mil-venezuelanos>>. Acesso em 22 ago. 2021.

ONU. *Regolamento del Parlamento Europeo e del Consiglio*. Bruxelles. Documento, 2020.

PARISE, P.; CARVALHO, L.; PEREIRA, J. C. Missão Paz: assistência, formação e incidência social versus o negativismo de direitos a migrantes e refugiados na interface da Covid-19. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S.

(Coord.). *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas: NEPO/Unicamp, 2020. p. 79-94.

PEREIRA, A. B.; BERSANI, A. F. A topografia irregular da subnotificação de Covid-19. *NexoJornal*. Ensaio (on-line), 16 jun. 2020.

ROSA, Alexia Viana da; FARIAS, Alexsander Silva; VALENTIM, Giovanna Dutra Silva; HERZOG, Lucas Bertola. Direitos na Pandemia. *Conectas*. Boletim 01. Disponível em: <https://conectas.org/wp-content/uploads/2020/07/01boletimcovid_PT.pdf?_ga=2.97847391.1506290721.1629680564-223057149.1620516705>. Acesso em: 22 ago. 2021.

ROXO, R. Biopolítica, guerra híbrida e reestruturação do capitalismo: a globalização como ela é. *Espaço e Economia*, 18, 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacocon/13376>>.

RUSEISHVILI, Svetlana. Quatro lições da pandemia sobre a mobilidade no mundo contemporâneo. *Boletim Coletividades – Sociologia na pandemia*, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2020. Disponível em: <<http://www.ppgs.ufscar.br/boletim-coletividades-sociologia-na-pandemia/>>.

RUSEISHVILI, Svetlana; CHAVES, João. Deportabilidade: um novo paradigma na política migratória brasileira? *Plural: Revista de Ciências Sociais – USP*, v. 27, n. 1, p. 15-38, 2020.

SANTOS, Boaventura de S. *A cruel pedagogia do vírus*. Lisboa: Grupo Almedina, 2020.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. Estado, nación e inmigración. El orden nacional ante el desafío de la inmigración. *Apuntes de Investigación del CECYP* [S.l.], n. 13, p. 101-116, jun. 2008.

TUCCI, Maria Luiza. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n. 119, p. 115-130, 2018.

ZIZEK, S. *Vírus, lockdown permanente e política*. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/zizekvirus-lockdown-permanente-e-politica/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Romance como espaço da relação Literatura e História

Ivânia Campigotto Aquino

Considerações acerca de Literatura e História em romances

Nas bases teóricas que sustentam a discussão sobre a relação entre a Literatura e a História, encontramos aproximações, distanciamentos e leituras críticas a partir do pensamento de diferentes pesquisadores. Nesse sentido, estudiosos contemporâneos das duas áreas indicam elementos que promovem uma revisão conceitual dessa relação, tornando-a objeto de um diálogo consistente no campo das ciências humanas.

A literatura ocidental possui, em seu desenvolvimento, alguns subgêneros narrativos que se valem, especialmente, de fatos e personagens reais, criando obras que são verdadeiras peças historiográficas. São produções que, por absorverem razão e fantasia, instigam no leitor o desejo de questionar os fatos históricos, levando-o a pensar historicamente, “[...] e hoje pensar historicamente: é pensar crítica e contextualmente” (HUTCHEON, 1991, p. 121). A existência desses textos levou muitos teóricos a se perguntar sobre as especificidades das narrações literárias e históricas e sobre seus pontos de contato.

White (1995) aborda questões relativas a elementos poéticos que se manifestaram na redação da História desde o século XIX. Por meio de seu estudo compreendemos que, no contexto em que as duas áreas foram entendidas dicotomicamente, havia muitas evidências da sua real aproximação, essas marcadas pelo uso, na historiografia, dos tropos de linguagem que caracterizam o texto literário, que, por sua vez, pode reavaliar o uso qualitativo desses: metáfora, metonímia e ironia. A percepção dessa e de outras relações de proximidade entre o fictício e o histórico fortificou as leituras críticas de outros teóricos que se preocuparam em sistematizar os

limites das posições sobre o distanciamento, no âmbito da narração, da Literatura e da História. Nesse processo, foram fundamentais os questionamentos, no contexto teórico da História, a respeito do próprio estatuto e as tentativas de compreender o papel social do historiador.

O processo de produção do texto histórico também passou a ser interpretado à luz da experiência literária. As compreensões de muitos estudiosos da escrita histórica têm “sugerido que a historiografia deve utilizar-se das variações e criatividades que podem ser constatadas nos diversos níveis da narrativa literária. Desse modo, incorporaria no próprio discurso o caráter relativo inerente a todo conhecimento sobre o passado” (WHITE, 1996, p. 19). Deprendemos dessa reflexão que noção de cientificidade da narrativa histórica é questionada e que se instaura a ideia de relatividade do conhecimento.

Construções teóricas dessa linha de pensamento identificaram estruturas da realidade histórica como produtos da subjetividade, que é ilimitada e passível de erros. Tomaram, ainda, como parâmetro, o fato de, em uma narrativa histórica, ocorrerem seleção e organização da realidade por parte do sujeito historiador, tarefas que implicam interpretação pessoal. Essa discussão foi priorizada por pensadores literários e históricos nas duas últimas décadas do século XX, mas tiveram influência definitiva nesse procedimento os estudos da escola francesa dos *Annales*, criada na década de 1930 por Marc Bloch e Lucien Febvre e, após a Segunda Guerra Mundial, liderada por Fernand Braudel, com o objetivo de inovar a historiografia tradicional. Desencadeou-se, então, um processo de revisão e criação. As práticas da História para compreender o passado, como também a sua escrita, foram submetidas a rigorosos exames. Propagaram-se as tendências de reavaliação histórica, propondo diferentemente o estatuto de sua narrativa, pois se compreendeu a parcialidade da verdade do narrado. Ampliou-se também o universo passado a ser reconstituído por meio da focalização historiográfica sobre núcleos sociais, culturais e econômicos até então desconsiderados, como mulheres, operários, minorias étnicas e raciais.

Teóricos contemporâneos da Literatura e da História propõem que romance e escrita histórica são produções linguísticas em prosa que resultam de uma transformação de eventos em fatos dotados de sentidos. “[...] na vida humana, os eventos permaneceriam como massa amorfa caso não

se transformassem, pela via do discurso, em fatos que comportam sentidos e são capazes de circular entre os homens” (SANTOS, 1996, p. 9). Nesse sentido, a via do discurso permite tomar as duas áreas como possibilidades de conhecimento da história do homem, não permanecendo uma à sombra da outra, pensamento este do qual Hutcheon se aproxima. Segundo a autora, “o que a escrita pós-moderna da História e da Literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas” (1991, p. 122).

O romance, como forma narrativa em prosa, consagrou-se entre os séculos XVIII e XIX e, pela sua especificidade, desde então sustentou um profundo debate instaurado entre os intelectuais que se ocupam do discurso literário e histórico. O papel social e cultural, desempenhado pelas epopeias homéricas, é reconhecido pelos estudiosos nessa forma moderna de narrar, e o escritor de romances é logo classificado como criador e historiador ao mesmo tempo. Efetivamente, a representação romanesca sempre se apresentou evidenciando características comuns em relação ao texto histórico:

O romance, pelo fato de ser uma manifestação em prosa, de possuir um cunho narrativo e de consistir num discurso que incide sobre uma realidade vivida, recuperando aspectos da vida corrente, passa a dividir com a historiografia a função de organizar os fatos em uma ordem discursiva. [...] a forma prosaica eleita pelo romance, o caráter de painel de seu enredo, a caracterização de seus protagonistas, os eventos que eleger para contar, tudo isso o coloca mais próximo do historiográfico (SANTOS, 1996, p. 16).

Alguns romancistas chamaram a atenção da História sobre os esquecimentos em suas indagações acerca do passado. Um deles foi Balzac, que alertou os historiadores para aquele espaço de pesquisa até então ignorado pela historiografia tradicional. Na introdução à *Comédia Humana*, o escritor afirma:

Talvez eu pudesse vir a escrever a história esquecida por tantos historiadores, a dos costumes. Com muita paciência e muita coragem teria realizado, sobre a França do século XIX, aquele livro cuja falta todos lamentamos, aquele livro que Roma, Atenas, Tiro, Mênfis, a Pérsia, a Índia infelizmente não nos deixaram sobre as suas civilizações (BALZAC, 2012 *apud* GINZBURG, 1991, p. 191).

O pensador alemão Eberhard Lämmert em suas reflexões a respeito da tensão sob a qual a Literatura e a História vêm se desenvolvendo a partir do século XX toma como uma das referências para o seu pensamento os

romances históricos de Walter Scott, que, ao surgirem, converteram-se, para grande parte dos europeus, em uma leitura de História cujas informações neles contidas formaram a visão do passado de muitos de seus contemporâneos escoceses. Além disso, tais romances revigoraram o entusiasmo de muitos historiadores pelas grandes narrativas heroicas. Outra referência que embasa a discussão de Lämmert advém do testemunho de Augustin Thierry sobre sua preferência pela representação épica dos movimentos históricos, revelada nas cartas que escreveu sobre a História da França. Lembra o autor que Thierry explicitou no prefácio desse livro que o capítulo sobre o levante do terceiro Estado sairia melhor se ele substituísse o tratado científico pela narrativa (LÄMMERT, 1995).

Reflexões dessa natureza influenciaram as propostas de muitos historiadores contemporâneos de considerar o campo da Literatura como uma fonte de pesquisa, porque, além de a matéria literária localizar-se na esfera do vivido, constitui-se, a exemplo da narrativa balzaquiana, em crítica primeira ao conteúdo da narrativa histórica tradicional. Historiadores têm dado importância aos dizeres de Balzac que questionam a prática de reconstituir o passado a partir somente dos acontecimentos da vida pública das nações. Assim, sinalizam a necessidade de atribuir importância igual à investigação dos fatos cotidianos e das ações individuais, o que resultou em uma mudança significativa no estilo de narrar a História, mudança observada principalmente na não absolutização da verdade nos conteúdos apresentados.

White (1995) opõe-se claramente à visão que entendeu a explicação historiográfica semelhantemente à explicação das ciências naturais. O seu pensamento é de que o relato historiográfico apresenta um conteúdo tanto encontrado quanto inventado, construindo-se como uma ficção verbal, assemelhando-se, assim, à Literatura. Sob esse ponto de vista, a primeira condição que resulta no encontro da Literatura com a História é o fato de ambas serem textos, objeto esse que é responsável pela produção de sentido do passado. O teórico reconhece, portanto, que a História esbarra nos limites da Literatura, principalmente no que se refere ao comportamento do historiador, que, embora preso às evidências objetivas, tem de decidir quais fatos devem ser mencionados e interpretar as relações que há entre determinados acontecimentos. Nesse sentido, sua elaboração não fica isenta da subjetividade, a mesma que é elemento inerente à elaboração ficcional.

Nessa mesma perspectiva, Mignolo (1993), também discutindo o que chama de “mobilidade das fronteiras” entre Literatura e História, acrescenta ao pensamento de White a perspectiva de que aquela absorve experiências dessa. Referindo-se aos romances contemporâneos, identifica a forte tendência de imitação do discurso historiográfico, criando uma imagem do passado que o romancista pretende questionar e até mesmo substituir.

Hutcheon chama de “metaficção historiográfica” a obra literária em que ocorre a subversão de fronteiras entre História e Literatura. São aqueles textos ficcionais intensamente autorreflexivos, que, ao mesmo tempo, (re)instalam o contexto histórico na ficção, (re)escrevendo e (re)apresentando o passado em um novo contexto a fim de abri-lo ao presente, evitando que ele se torne conclusivo. Ela recorre a uma conclusão de Patricia Waugh, que, após o estudo de alguns textos literários, observa que a metaficção:

[...] sugere não apenas que a redação da história é um ato ficcional, classificando conhecimentos conceitualmente por meio da linguagem para formar um modelo de mundo, mas que a própria história, como a ficção, é investida de tramas inter-relacionadas que parecem interagir independentemente dos desígnios humanos (WAUGH, 1994 *apud* HUTCHEON, 1991, p. 168).

Fica claro que a organização narrativa é um ponto comum entre o historiador e o ficcionista, o que, por vezes, até transfere um para a essencialidade do outro, como em situações em que o historiador se conduz como um ficcionista e outras em que a obra desse é tomada como um documento histórico.

Hutcheon afirma que o esforço dos críticos literários e historiadores de hoje é observado muito mais no sentido de compreender os pontos comuns entre narrativas ficcionais e históricas do que relacionar elementos que lhes estabeleçam estatutos diferenciados:

Considera-se que as duas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa (HUTCHEON, 1991, p. 141).

Veyne (1998) desenvolve a temática da relação entre Literatura e História sob o ponto de vista de que a investigação histórica é uma forma de se compreender o mundo. Sugere, em seu universo teórico, a existência de outras formas, como a produção literária. Sob o ponto de vista do autor, a

escrita histórica não centra suas preocupações na elaboração de leis, mas na forma com a qual produzirá suas narrativas, visto que o conhecer na História não se dá fora do ato da narração. Dessa forma, ele propõe ao historiador que se comporte, no ato da narração, como um romancista, ou seja, que teça o enredo do acontecimento a fim de mais profundamente lhe atribuir sentido. Ainda defende que o historiador deve apropriar-se da noção de intriga, elaborada pela ficção, recurso que possibilitará uma compreensão aberta do real. A matéria desordenada de acontecimentos do mundo real não existe em si mesma – não é um objeto que existe em estado ideal e puro. É o narrador, por intermédio de sua intriga, que a faz emergir do esquecimento, pois atribui sentido aos fatos.

No trabalho de produção narrativa, o historiador muito se assemelha ao romancista, pois também opta por uma imagem do passado para focalizar sua pesquisa; também decide trazê-la à luz do presente sob a opção de um determinado foco teórico. Além disso, é-lhe praticamente impossível abandonar suas idiossincrasias no momento de tomar tais decisões. Veyne caracteriza a ação do narrador ao “armar” a intriga dizendo que, de posse de uma versão do acontecimento, não percebe tal acontecimento como um ser, mas como um cruzamento de itinerários possíveis. O autor afirma ainda que:

É preciso que ele sinta, em volta do ‘fato’ (tal como ele nos chega dos documentos do tempo, da memória coletiva e da tradição escolar), mil outras estruturações possíveis e que esteja pronto a modificar com flexibilidade o nível descritivo, se a oportunidade o exige (VEYNE, 1998, p. 62).

Considerando que o historiador não apenas focaliza as imagens do passado, construindo, assim, a História, mas também, muitas vezes, elabora a revisão crítica da História, apresentando outras visões possíveis para os fatos, pensando, portanto, historicamente, o romancista é tão criador quanto ele, pois também cumpre tal papel no momento de escrever sua narrativa. Evidentemente, eles se distanciam no que se refere à comprovação e verificabilidade dos fatos, porém se encontram na atitude de apresentar ou corrigir as imagens do passado esquecidas ou com questões em aberto. A possibilidade de assim agir emerge dos espaços vazios que os textos apresentam quando se referem à realidade histórica, espaços esses criados pela Literatura e também pela História. A questão é reconhecer que “[...] a História, também, é um conhecimento impresso por lacunas, daquilo que se

escreve ou não se escreve pela presença ou ausência de fontes, ou pela importância ou não que elas têm ao narrador” (PENA, 1996, p. 88).

É sabido que o narrador literário decide, no ato da narração, quais serão os fatos que receberão maior relevância; da mesma forma, o narrador histórico organiza, na reconstituição de um evento, uma trama, narrando fatos que julga importantes para a ampliação do conhecimento histórico do evento. Veyne interpreta esse procedimento do ponto de vista do leitor crítico, que descobre que uma narrativa histórica não é mais do que uma indicação do que ainda é possível saber sobre um evento real:

Por debaixo da superfície tranquilizadora da narrativa, o leitor, a partir do que diz o historiador, da importância que parece atribuir a este ou àquele tipo de fatos (a religião, as instituições), sabe inferir a natureza das fontes utilizadas, assim como as suas lacunas, e essa reconstituição acaba por tornar-se um verdadeiro reflexo; ele adivinha o lugar de lacunas mal preenchidas, não ignora que o número de páginas concedidas pelo autor aos diferentes momentos e aos diversos aspectos do passado é uma média entre a importância que esses aspectos têm a seus olhos e a abundância da documentação; sabe que os povos ditos sem história são, simplesmente, povos cuja história se ignora, e que os (primitivos) têm um passado, como todo mundo. Sabe, sobretudo, que, de uma página para outra, o historiador muda de tempo, sem prevenir, conforme o ‘tempo’ das fontes, que todo livro de História é, nesse sentido, um tecido de incoerência, e que não pode ser de outro modo (VEYNE, 1998, p. 26-27).

O historiador, produzindo um conhecimento baseado em sua experiência própria de trabalho e na revisão crítica dos trabalhos dos outros, tem consciência de que é impossível reproduzir a totalidade do concreto. Um livro que se constitui como resultado de um pensar histórico, pautado pela consciência do processo exposto, segundo Veyne (1998), é uma obra de arte. Quando for uma explicação histórica e não uma elaboração de leis, o texto trará ao leitor informações sobre o humano, suas formas de vida, sua convivência social em certo contexto histórico e, nesse caso, ele se constitui esteticamente em arte. Portanto, sob essa perspectiva, a História toma de empréstimo da Literatura a experiência do movimento na narrativa, que proporciona notável importância às imagens selecionadas pelo historiador para serem transformadas em linguagem, porque passam a ser narradas de maneira não linear, não evolutiva.

Décio Freitas testemunhou em sua prática de historiador o processo narrativo em que as fronteiras entre o literário e o histórico ficam difusas.

Em seu livro *O homem que inventou a ditadura no Brasil* encontra-se um estudo sobre a Revolução Federalista e seus personagens em uma criação narrativa que é “quase romance”. É o próprio historiador que revela ter preferido fazer uma construção e não uma narrativa linear. Para ele, o discurso historiográfico e o discurso ficcional não têm uma divisão nítida; ambos são construções de um narrador:

Toda obra tem esse componente de construção. Aliás, estou convencido de que o discurso científico-crítico é construído pelo narrador. Ele coleta o material, molda-o de acordo com seus instrumentos ideológicos e organiza os fatos que consegue descobrir de uma forma ou de outra. Trata-se, então, de uma ficção. Historiografia é ficção (FREITAS, 1999 *apud* ARAUJO; CARLE, 1999, p. 4).

No processo em que escrever torna-se uma atividade artística, testemunha-se a comunhão do sujeito e do objeto, pois o texto constitui-se no produto final da vontade do autor/narrador, conjugada com as especificidades dos elementos que compõem a referência por ele tomada. Nessa atividade de linguagem, Literatura e História são construções narrativas que se aproximam.

História como elemento formador do romance brasileiro

Amplamente, no gênero romance está implícita a premissa de que “constitui um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da História como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações – detalhes que são apresentados através de um emprego da linguagem muito mais referencial do que é comum em outras formas literárias” (WATT, 1990, p. 31). Dessa forma, pratica-se o realismo formal, “o mínimo denominador comum do gênero romance como um todo” (p. 33).

No Brasil, a importação do romance ocorreu na primeira metade do século XIX. Em sua formação como gênero, constituiu-se uma forma de conhecimento, ou seja, desempenhou o papel importantíssimo de ir apresentando o país aos habitantes. Esse começo do romance coincidiu com o começo da História do Brasil como nação autônoma. Assim, depois da independência, sob o domínio da expressão romântica, os escritores empenharam-se em criar a nação por meio da abstração, da simbolização, pro-

cesso no qual a imagem do índio e da natureza era a força maior. Em conjunto, eles colocaram em cena questões históricas, vivificando épocas e sujeitos da formação nacional.

Com os primeiros romancistas, atentos ao momento de formação que o Brasil estava vivendo, surgiu a produção de um tipo de romance que ainda hoje permanece como um dos mais praticados, que é o romance histórico:

O romance histórico constitui provavelmente o projeto mais antigo e contínuo da ficção brasileira. Os românticos adotaram-no porque correspondia a um gênero de vanguarda na primeira metade do século XIX, criação exclusiva do período, que cabia transplantar para o Brasil, pois o país em formação, logo após se separar de Portugal, precisava de narradores de seu passado. Tanto melhor que fossem romancistas, que poderiam recorrer à imaginação para conferir heroicidade aos episódios da conquista do território, nem sempre conhecidos, nem sempre dignos de tratamento épico (ZILBERMAN, 2000, p. 33).

Os romancistas entenderam o romance como uma forma por meio da qual melhor poderiam “fazer acontecer” o projeto nacionalista da nação que se construía, projeto este em que estavam empenhados. Foi, portanto, a forma que encontraram para fortalecer o sentimento nacional e construir a identidade da nação entre os brasileiros. Assim, pelos romances os escritores dotavam o recém-independente país de mais uma expressão importante do espírito moderno (CANDIDO, 1969).

Machado de Assis escrevia romances na segunda metade do século XIX e início do século XX e, ao mesmo tempo, refletia sobre o gênero, fazendo considerações acerca da valorização dessa forma literária no Brasil e de sua caracterização, focado na recente experiência dos escritores nacionais na época. O escritor afirma que o romance se constituía na forma mais apreciada então no país e descreve como era enquanto romance brasileiro:

Aqui o romance, como tive ocasião de dizer, busca sempre a cor local. A substância, não menos que os acessórios, reproduz geralmente a vida brasileira em seus diferentes aspectos e situações. Naturalmente os costumes do interior são os que conservam melhor a tradição nacional; os da capital do país, e em parte os de algumas cidades, muito mais chegados à influência europeia, trazem já uma feição mista e ademanos diferente. Por outro lado, penetrando no tempo colonial, vamos achar uma sociedade diferente, e dos livros em que ela é tratada, alguns há de mérito real (ASSIS, 1992, p. 804-805).

No desenvolvimento do processo, foi necessário encontrar o jeito brasileiro do romance, pois o molde europeu, que serviu de base para a nossa

prosa romântica, se aplicado à matéria local, produzia desajuste, contrasenso (SCHWARZ, 2000). Assim, seria Machado que encontraria a forma adequada para representar o que era brasileiro:

Caberia ao escritor, em busca de sintonia, reiterar esse deslocamento em nível formal, sem o que não fica em dia com a complexidade objetiva de sua matéria – por próximo que esteja da lição dos mestres. Esta será a façanha de Machado de Assis (SCHWARZ, 2000, p. 36).

Na caracterização de Luckács (1966), a consciência histórica do romancista conta mais do que a representação do passado. Por meio dessa consciência o escritor habilita-se a conhecer adequadamente seu povo para extrair desse conhecimento a “verdade histórica”. Efetivamente, com Machado de Assis, o Brasil tem um novo romance, portador de uma nova estrutura, na qual a parte narrativa diminui e cede espaço para a reflexão. Além disso, não bastasse o bom uso da língua portuguesa, encontramos o aproveitamento da realidade brasileira em suas obras.

Foi à necessidade de construir uma identidade nacional que a publicação das primeiras obras da literatura brasileira veio a responder:

Justamente devido a essa inflação literária, a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros. Pois ela foi menos um empecilho à formação do espírito científico e técnico (sem condições para desenvolver-se) do que um paliativo à sua fraqueza. Basta refletir sobre o papel importantíssimo do romance oitocentista como exploração e revelação do Brasil aos brasileiros (CANDIDO, 2006, p. 137).

O começo do romance brasileiro coincidiu com o começo da história do país como nação independente:

Assim, depois da independência, sob o domínio da expressão romântica, os escritores empenharam-se em criar a nação por meio da abstração, da simbolização, processo no qual a imagem do índio e da natureza era a força maior. Em conjunto, colocaram em cena questões históricas, vivificando épocas e sujeitos da formação nacional (AQUINO, 2007, p. 15).

Como gênero, o romance nacional foi se modificando no processo de construção da cultura, de constituição da sociedade e da afirmação da identidade do país. Ao surgir, representava as classes mais abastadas e os ideais de fundação de uma nação monárquica em território tropical. Em seu desenvolvimento, passou a ser um meio de problematização dos conflitos sociais, fato que mudou sua estrutura e ampliou seu campo de representação.

No Rio Grande do Sul, o gênero romance seria bem prestigiado, iniciando com a obra *A divina pastora*, de Caldre e Fião, em 1847. Uma de suas marcas foi produzir representações do meio social e do contexto histórico, evidenciando o que é experiência própria do Estado na sua formação, como a relação do homem com a terra, o trabalho que realiza, a tradição que o forma, a cultura que ele produz. Nessa caracterização aparecem várias obras que abordam o processo de colonização do território, as quais formam o subgênero romance de imigração.

A temática da imigração é tão importante para a produção literária do estado, que ela já aparece no primeiro romance gaúcho, *A divina pastora*, no qual encontramos uma família de imigrantes alemães na centralidade da trama. Recorrente na história do gênero, a questão da imigração amplia-se, significativamente, como matéria de ficção na segunda metade do século XX, tendo Josué Guimarães como a grande referência. Sua obra *A ferro e fogo* é considerada a epopeia da imigração alemã. Assis Brasil escreve sobre alemães e açorianos, Charles Kiefer e Lya Luft também escrevem sobre alemães. A imigração polonesa é tema de obras de Leticia Wierzchowski, escritora que se torna a pioneira no retrato da presença étnica cultural dos poloneses no território sul-rio-grandense. Moacyr Scliar dedica-se à imigração judaica e José Clement Pozenato, à imigração italiana. Esses romancistas são representativos do subgênero literário cuja existência é justificada na própria História do Brasil:

Num país como o Brasil, que recebeu fluxos migratórios, muitos deles maciços, é compreensível que a imigração esteja inserida na literatura. Isso porque a literatura registra realidades que lhe foram anteriores ou que lhe são contemporâneas, descrevendo a forma com que as pessoas interagem socialmente e até mesmo as múltiplas opiniões coexistentes em determinado período (KUHLMANN, 2010, p. 6).

O romance de imigração possibilita discutir o drama dos imigrantes num país de características multiétnicas. Sobrevivência, desafios, enfrentamentos, choques culturais e assimilações de hábitos e costumes são questões que podem ser interpretadas por meio da ficcionalização do real. Em síntese, o que os romances mais fazem é trazer imagens dos estrangeiros imigrantes no espaço estrangeiro por eles formado dentro do Rio Grande do Sul. E essa é uma evidente questão de identidade.

Considerações finais

A relação entre a Literatura e a História constitui-se numa nova orientação para focalizar o romance no âmbito dos estudos literários, uma vez que esse gênero sempre se qualifica em sua construção. O debate relativo à questão da renovação conceitual e metodológica de abordagem da literatura muito se enriquece com a pesquisa sobre as construções narrativas das duas áreas, as quais se manifestam em sua estrutura e na interpretação do contexto social, cultural e histórico a que se refere.

A literatura nacional é marcada por romances que reproduzem imagens históricas brasileiras em seus diferentes aspectos e situações. No caso específico do Rio Grande do Sul, a relação com a História apresenta-se como um projeto contínuo da ficção, resultando em importantes produções que relatam a formação do estado. No centro da produção literária gaúcha que assim se caracteriza estão os romances sobre imigração e colonização. Muitos deles são verdadeiras peças historiográficas a conferir heroicidade aos episódios da conquista e ocupação do território. Nessa visão, estão incluídos na relação dos grandes romances que narram a formação de um povo, de uma nação, de um Estado.

Compreendemos que os romances de imigração são interpretações da formação do Rio Grande do Sul, que resultou do processo de colonização, desenvolvido por estrangeiros, sendo, portanto, veículos de elementos que possibilitam debates sobre o tema. Nas histórias ficcionais, há uma ampla totalidade, uma completude no que se refere à representação da chegada e fixação dos sujeitos históricos imigrantes.

Referências

AQUINO, Ivânia Campigotto. *Literatura e sociedade: ouro sobre o azul*. Rio de Janeiro, 2006.

AQUINO, Ivânia Campigotto. *A representação da etnia alemã no romance sul-rio-grandense*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2007.

ASSIS, Machado de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992. v. III.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1969. v. 2.

FREITAS, Décio. *O homem que inventou a ditadura no Brasil*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LÄMMERT, Eberhard. História é um esboço: a nova autenticidade narrativa na historiografia e no romance. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 9, n. 23, p. 289-302, 1995.

LUKÁCS, G. *Teoria do romance*. Lisboa: Editorial Presença, 1962.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do império*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e políticas das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de. *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 115-161.

SANTOS, Pedro Brum. *Teorias do romance: relações entre ficção e história*. Santa Maria: UFSM, 1996.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do séc. XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

ZILBERMAN, Regina. Saga familiar e história política. In: GONÇALVES, Robson Pereira (Org.). *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria; Bauru: Ufsm/Edusc, 2000. p. 25-42.

ANPHCTB: uma trajetória voltada ao estudo das comunidades teuto-brasileiras

*Isabel Cristina Arendt
Rosane Marcia Neumann*

Veem-se os emigrantes partirem uns após os outros, veem-se os imigrantes chegarem uns atrás dos outros e uns seguindo os outros, mas só se compreende o que é a emigração lá e o que é a imigração aqui posteriormente, quando o processo já está bem encaminhado, quando a duna já está formada (SAYAD, 2000, p. 26).

Migrações

A estação de trem e o porto, no século XIX, ou a estação do metrô e o aeroporto, na atualidade, são locais de passagem do viajante. Rostos, bagagens, línguas, hábitos confundem-se nas plataformas de embarque e desembarque, acrescidas pela agitação e pela pressa. Além de suas malas, carregam sonhos e expectativas. Dentre os transeuntes difícil distinguir o turista do e/imigrante, do refugiado, do deslocado, do exilado. O ponto em comum, todavia, consiste no deslocamento – local, regional, transnacional – de um lugar a outro, atravessado pelo transitar. É nesse deslocamento que o emigrante deixa de existir na sociedade emissora e “nasce” como imigrante para a sociedade de acolhimento, embora seja o mesmo sujeito.

Os meios de transporte e comunicação, frutos da sociedade industrial e da difusão da tecnologia, conectaram os diferentes continentes, permitindo a circulação de pessoas, mercadorias e notícias, aumentando a velocidade e reduzindo a distância temporal. Na contramão, a industrialização e a pressão demográfica, somadas à construção dos Estados Nacionais e ao sonho da nova “Canaã”, impulsiona(ra)m as migrações transnacionais e transoceânicas nos diferentes momentos históricos.

Quem são os migrantes? Quais as suas trajetórias? Qual a origem e o destino dos fluxos migratórios nos diferentes contextos históricos? Onde e

como esses imigrantes inserem-se nas sociedades de recepção? Como se dá a amálgama entre os estabelecidos e os recém-chegados? Enfim, quais traços culturais, costumes e tradições sobressaem nas sociedades receptoras, que permitem identificar as raízes migratórias? Investigar e compreender o processo migratório e seus desdobramentos envolve múltiplas áreas do conhecimento, em especial as Ciências Sociais e Humanas, produzindo estudos multidisciplinares.

A sociedade produziu, em diferentes épocas, seus emigrantes e imigrantes, cujos locais/países de partida e de destino variaram. Atualmente, observam-se as múltiplas migrações como um novo fenômeno recorrente no interior das e/imigrações, ou seja, há um sujeito que deixa seu país natal e percorre vários países até fixar-se. Contribuem para esses deslocamentos transnacionais as redes ou cadeias migratórias, conectadas por meio das modernas redes digitais de comunicação. Logo, para fins de análise e compreensão, cabe observar o que há de universal e as particularidades presentes na mobilidade populacional.

Para Abdelmalek Sayad (1998, p. 16), a imigração é “um fato social completo”, pois há o emigrante, aquele que saiu de sua própria sociedade, e há o imigrante, aquele que chegou a uma terra de estranhos: “O paradoxal é que ambos são a mesma e única pessoa”, ou seja, “o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa.” Para Pierre Bourdieu, “o imigrante é *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável [...]. Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o ‘imigrante’ situa-se nesse lugar ‘bastardo’ [...], a fronteira entre o ser e o não-ser social” (In: SAYAD, 1998, p. 11 – grifo do autor).

Todavia, por que algumas pessoas migram enquanto outras, nas mesmas condições, permanecem? Para Ralfo Matos e Fernando Braga (2004), o migrante é uma entidade dotada de relações que se conectam a outros conjuntos definidos por laços de parentesco, amizade, conhecimento, trabalho. Assim, também é a expressão das possibilidades criadas por um conjunto de relações no qual o indivíduo se insere. Na realidade, são redes sociais que migram, pessoas que têm alguma ligação entre si. Isso fica mais evidente ainda nas migrações internacionais. O emigrante, entre várias op-

ções de destino, opta por aquele sobre o qual tem mais informações, o que foi indicado por alguém no local de origem ou onde já possui um conhecido ou parente residindo, ou indicado por algum agente de emigração, deixando de considerar outros possíveis destinos. Desse ponto de vista, o migrante não se faz sozinho, pois ele sempre migra num coletivo, mas com um itinerário individual.

A migração pressupõe uma ponte entre o local de origem e o destino. Viver essa fragmentação representa para o migrante desenvolver um sentimento ambíguo em relação à terra natal e à imigração, levando a que essa nunca se efetive por completo, aliás, é nessa posição que ele se mantém: um transplante que não se quer definitivo. Segundo Sayad (1998, p. 45), a imigração “condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade”. Assim, o imigrante vive numa constante dialética de expulsão e atração segundo o mercado de trabalho e, nessa perspectiva, jamais deixa de ser um estrangeiro, nem para ele tampouco para a sociedade que o acolhe, onde é tolerado no sentido de provisoriedade, vinculado diretamente ao trabalho. Ele é percebido essencialmente como força de trabalho provisória, temporário, em trânsito, com um papel social definido e revogável em qualquer momento (SAYAD, 1998).

Intrinsecamente, o imigrante carrega consigo o desejo e o sonho do retorno; uma vez ele mostrando-se impossível, só lhe resta refugiar-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra. “Em verdade, a nostalgia não é o mal do retorno, pois, uma vez realizado, descobre-se que ele não é a solução: não existe verdadeiramente retorno (ao idêntico). Se, de um lado, pode-se sempre voltar ao ponto de partida, o espaço presta-se bem a esse ir e vir; de outro lado, não se pode voltar ao tempo da partida, tornar-se novamente aquele que se era nesse momento nem reencontrar na mesma situação os lugares e os homens que se deixou, tal qual se os deixou” (SAYAD, 2000, p. 12).

Imigrantes alemães no Rio Grande do Sul

No Brasil Meridional, o afluxo contínuo e regular de imigrantes de línguas alemãs a partir de 1824, atendendo à política oficial do Império, deu origem a núcleos coloniais camponeses, denominados de colônias. Outros, detentores de profissões de ofício, profissionais liberais, pastores, padres, professores, estabeleceram-se também nos espaços urbanos próximos ou nas capitais. A aparente homogeneidade desse fluxo migratório e dos núcleos coloniais decorrentes desmorona imediatamente ao reduzir-se o foco de análise, observando suas particularidades.

Nessa perspectiva, ao longo do século XIX até meados do século XX, são comuns os relatos de viagens, memórias, diários, cartas, fotografias, artigos impressos, entre outros registros produzidos pelos imigrantes, intelectuais, pastores, professores, agentes do poder público com o intuito de registrar as suas memórias, o cotidiano ou produzir um registro histórico da imigração e colonização. Enquadram-se aqui os escritos de Alfred Funke, Anton Tschudi, E. T. Bösche, Friedrich von Weech, Ina von Binzer (ou Ulla von Eck), Josefine Wiersch (ou Margot Loudka), Joseph Hörmeier, Max Beschoren.

Nas décadas seguintes, a imigração e a colonização alemãs no Sul do Brasil foram objeto de escritos comemorativos, motivados por datas significativas, como o centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul – a obra “Cem anos de Germanidade”, organizada pelo padre jesuíta Theodor Amstad –, somando-se às obras de Leonardo Truda, Ernesto Pellanda e Aurélio Porto. Paralelamente, há os escritos produzidos e publicados na imprensa, especialmente de autoria de Carl von Koseritz, Wilhem Rotermond, Arno Phillip e, posteriormente, Hermann Gottlieb Dohms e Balduino Rambo. Também podemos citar Carlos Henrique Hunsche e Carlos Fouquet, os quais, contudo, são produções datadas no tempo e no espaço, caracterizam-se como grandes sínteses, muitas delas empenhadas em comprovar a contribuição dos teutos ao desenvolvimento e progresso do estado, reafirmando a epopeia do imigrante. Outra parcela de estudos, de autoria de pesquisadores municipalistas, ocupou-se de compilar documentos, assumindo um discurso laudatório e saudosista, muitas vezes germanófilo. Datam de meados do século XX as primeiras produções acadêmicas, cuja te-

mática central tratava da imigração e colonização alemãs no Brasil, entre elas obras de Ferdinand Schröder, Karl Oberacker e Jean Roche.

Nos anos 1990, houve um movimento duplo: por um lado, a ampliação dos programas de pós-graduação em História e o ingresso dos filhos dos “colonos” na universidade, elegendo como tema de estudo temáticas próximas de seu cotidiano – imigração, terras, colonização, cultura, língua, etc. Por outro lado, um reavivamento do pertencimento étnico com a formação e expansão dos Centros de Cultura Alemã 25 de Julho, capitaneada pela FECAB (Federação dos Centros de Cultura Alemã no Brasil), empenhados na promoção de festas, comidas “típicas”, rotas turísticas, ensino da língua alemã. Atrelado a essa retomada germanista e do “orgulho de ser alemão”, motivado também pela queda do muro de Berlim, houve um investimento alto na promoção de eventos culturais e científicos, visando conhecer e estudar as diferentes colônias.

O estudo das comunidades teuto-brasileiras

Motivados pelo contexto externo e pelas demandas locais, foi fundada em 1997 a *Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras* –ANPHCTB. A ideia de fundar uma Rede de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, como foi inicialmente chamada, foi lançada por ocasião do 5º Congresso Nacional da FECAB em 1995, ocorrido em Lajeado, pelo então presidente do Centro de Cultura Alemã daquele município, professor Waldemar Richter. Seguiram-se diversas reuniões nos anos de 1996 e 1997 em diferentes cidades do Rio Grande do Sul com o objetivo de difundir e consolidar a iniciativa. Em 1997, organizou-se o seu primeiro seminário, com sede em Lajeado/RS, em que foi oficialmente fundada a Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, com indicação de uma diretoria e a elaboração de seu estatuto. Como município-sede foi escolhido Lajeado. O registro oficial da ANPHCTB, após o encaminhamento e a aprovação de toda a documentação, foi consolidado em 21 de maio de 1999.

Conforme seu estatuto, a entidade tem por finalidade promover, a nível nacional, a escrita da história das comunidades e regiões colonizadas por imigrantes alemães e/ou descendentes mediante as seguintes ações, além

da promoção de eventos: 1) incentivo à localização de acervos; 2) criação de Núcleos Regionais; 3) incentivo à pesquisa genealógica; 4) estímulo à criação de Centros de Cultura Alemã e incentivo ao ensino da língua alemã.

No rol de suas atividades, a ANPHCTB passou a realizar um seminário nacional, reunindo pesquisadores das comunidades teuto-brasileiras e pesquisadores acadêmicos, com o intuito de incentivar a pesquisa e a formação de acervos nas comunidades, bem como conhecer e dialogar com a produção acadêmica. Subjacente a isso, havia a expectativa de incentivar e ampliar os estudos e o número de estudiosos da temática e, a longo prazo, prospectar a formação de uma nova geração de pesquisadores.

Os quatro primeiros seminários, realizados nos anos de 1997, 1998, 1999 e 2000, foram sediados em Lajeado, com o apoio da Secretaria de Cultura do município. O V Seminário em 2001 e o VI Seminário em 2002 foram realizados no município de Santa Cruz do Sul, com o apoio do CEGENS (Centro de Estudos Genealógicos) e da Secretaria de Educação e Cultura daquele município. Em 2004, o ponto alto das comemorações foram os 180 anos de imigração alemã, com a realização de um Seminário em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, sob a coordenação de Armino Müller; e, em julho do mesmo ano, um segundo seminário em parceria com a Prefeitura de Teutônia e Westfália e o Centro de Cultura Alemã de Teutônia. A partir desse ano, os eventos passaram a ter uma periodicidade regular e foram realizados nos seguintes municípios: em abril de 2006, foi realizado o seminário em parceria com a Prefeitura de São Vendelino; em junho de 2008, em Ivoti, juntamente com a Prefeitura e o Instituto Superior de Educação de Ivoti (ISEI); em 2010, em Novo Hamburgo, com apoio da Prefeitura e sediado na Feevale; em 2012, foi a vez de Taquara, no vale do Paranhana, sediado na Faccat; na comemoração dos 190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul em 2014, o seminário foi realizado em São Leopoldo (2014), em parceria com o Instituto Histórico de São Leopoldo, sediado na Unisinos; em 2017, retornou a Lajeado, sediado pela Univates; em 2019, em Taquara, sediado pela Faccat. No ano de 2021, o seminário ocorreu no formato virtual devido à pandemia da Covid-19, tendo como sede efetiva Forquethina/RS, sede formal da ANPHCTB. Cabe registrar que o evento virtual consolidou a abrangência nacional e internacional do seminário.

Ao assumir a estrutura de associação cultural sem fins lucrativos, a ANPHCTB é composta por um quadro de associados e uma gestão, eleita para o mandato de dois anos, sendo possível a reeleição. No decorrer de sua atuação, assumiram a direção como presidente, com suas respectivas diretorias, Waldemar Richter, 1997-2000; Isabel Cristina Arendt, 2000-2009; Rosane Marcia Neumann, 2009-2013; Marcos Antônio Witt, 2013-2015; Rodrigo Luís dos Santos, 2015-2019; Wellington Augusto Blume, 2019-2021; 2021-atual. Como espaços de divulgação de suas atividades, há o blog Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (anphcomunidadeuteutobrasileiras.blogspot.com) e a rede social Assoc. Nac. Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras | Facebook.

“Diálogos e novas abordagens”

Boa parte das ações e produções da ANPHCTB pode ser acompanhada nas publicações dos seminários. Essas são resultado de um esforço no sentido de aproximar a produção acadêmica das comunidades, cuja formação tem em seu teor a presença de (i)migrantes alemães ou de fala alemã, assim como gerações de descendentes. Conhecer parte dessa história passa, portanto, pelo intenso diálogo e discussões propiciadas pelos seminários organizados por seus associados e parcerias muito promissoras.

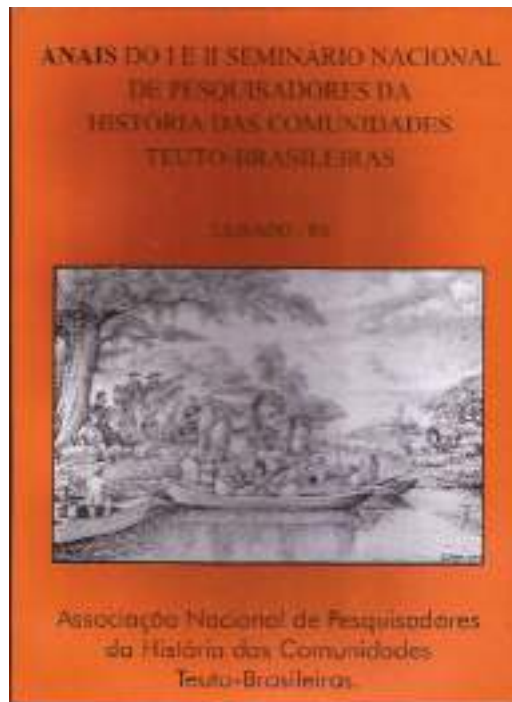
Os seminários, realizados anualmente até 2002 e posteriormente a cada dois anos, têm sido um espaço em que se reúnem pesquisadores atuantes em suas comunidades, escolas, universidades, museus e arquivos, centros de genealogia, secretarias municipais de educação e cultura, bem como na mídia impressa e radiofônica, para uma troca de experiências e de resultados de pesquisas, promovendo a oportunidade de conhecer o que tem sido pesquisado em nível local, regional e nacional sobre a história dos municípios em que houve colonização e migração de imigrantes alemães e descendentes.

Como produto para a comunidade e a academia, as palestras e comunicações apresentadas são publicadas em formato de livro impresso ou *e-book*. Ao observar a trajetória da realização dos seminários, nota-se que houve um crescimento expressivo no número de participantes, bem como

uma mudança sensível no perfil dos pesquisadores, ou seja, a temática migrações passou a ocupar um espaço nobre na pesquisa e discussão acadêmica e, conseqüentemente, houve a ampliação do leque de temas de pesquisa e, simultaneamente, a formação de uma nova geração de pesquisadores, proveniente das mais diversas regiões do Rio Grande do Sul.

Os primeiros seminários da ANPHCTB publicaram como produto os anais do evento, reunindo os trabalhos apresentados, predominando os estudos realizados por pesquisadores das comunidades, movidos por sua curiosidade, festividades, estudos genealógicos, entre outros (Figura 1, 2 e 3). Gradualmente, o diálogo entre os pesquisadores das comunidades teuto-brasileiras e os pesquisadores acadêmicos estudiosos da temática foi gestado e consolidado, resultando em uma produção mais abrangente e qualificada, incorporando jovens pesquisadores, muitos deles provenientes das antigas zonas de colonização.

Figura 1: Capa dos Anais do I e II Seminário da ANPHCTB



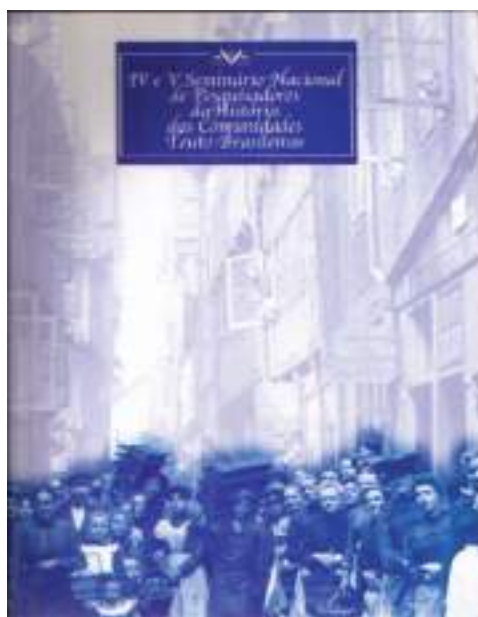
Fonte: Arquivo ANPHCTB.

Figura 2: Capa dos Anais do III Seminário da ANPHCTB



Fonte: Arquivo ANPHCTB.

Figura 3: Capa dos Anais do IV e V Seminário da ANPHCTB



Fonte: Arquivo ANPHCTB.

A partir de 2004, houve uma maior itinerância dos eventos promovidos pela ANPHCTB na tentativa de chegar a comunidades fora do eixo Lajeado – Santa Cruz do Sul. Desde o evento de 2006, há a proposição de uma temática específica a ser discutida nas conferências e mesas-redondas. Em 2004, o tema central foram os 180 anos de imigração alemã: história, cultura e memória (Figura 4), bem como uma década depois foram discutidos os 190 anos de imigração alemã. Nas duas ocasiões, o enfoque foram balanços sobre os estudos realizados até então e as novas descobertas, destacando a complexidade e diversidade dos movimentos migratórios, as fricções internas, os múltiplos conflitos, releitura de autores e fontes históricas.

Figura 4: Capa do livro 180 anos de imigração



Fonte: Arquivo ANPHCTB.

O evento de 2006 propôs-se a explorar a zona de fronteira entre a colonização alemã e a colonização italiana, representada pelo município de São Vendelino, enunciado no tema “Entre Vales e Serras: Fronteiras” (Figura 5). O texto da contracapa do livro digital sintetiza a proposta das discussões:

O distanciamento do passado e a expectativa de um futuro desconhecido e incerto resultam numa sensação de vazio. Com a chegada ao destino, começa uma nova vida, uma nova história, um novo deitar raízes. As novas circunstâncias geográficas, o novo entorno humano que o migrante encontra, não permite um simples transplante cultural de um continente ao outro. Um novo perfil humano começa a moldar-se, alimentado pela tradição que o migrante carregou consigo (Contracapa, Arthur Blasio Rambo, 2006).

Figura 5: Capa do livro Entre Vales e Serras: Fronteiras



Fonte: Arquivo ANPHCTB.

Na sequência, em 2008 em Ivoti, foi abordada a temática “Imigração: do particular ao geral”, cuja pauta foi aproximar mais ainda a pesquisa e produção historiográfica das comunidades e as pesquisas acadêmicas (Figura 6). Ao situar e discutir a fronteira – seja ela geográfica, física, linguística ou étnica –, percebeu-se a sua porosidade, tendo em vista as relações transfronteiriças entre os diferentes grupos estabelecidos.

Figura 6: Capa do livro *Imigração: do particular ao geral*



Fonte: Arquivo ANPHCTB.

Nesse contexto, o seminário de 2010, sediado em Novo Hamburgo, trouxe para o centro das discussões a imigração alemã e a relação com “os outros” – remanescentes de escravos, indígenas, múltiplos grupos étnicos – com ênfase à diversidade, ao escolher a temática “Imigração: diálogos e novas abordagens”. A apresentação da contracapa sintetiza o conteúdo:

Imigração: diálogos e novas abordagens amplia a temática para outros grupos étnicos que compõem a trajetória de formação do sul do Brasil, abrindo espaço para discussões de alteridade, de pluralidade e de relações entre os diferentes. Ao mesmo tempo, incorpora objetos de estudo fundamentais à imigração, como as questões de patrimônio cultural, memória, gênero, produção intelectual, escravidão, relações interétnicas. Essa diversidade é resultado das discussões possíveis que têm ganhado espaço nas universidades e na sociedade brasileira meridional como um todo, aspecto que se confirma pelo expressivo rol de pesquisadores nomeados nesta obra, bem como o uso de novas fontes e a revisitação de tantas outras que tradicionalmente foram utilizadas para a escrita da história teuto-brasileira. Finalmente, a reedição da presente obra constitui-se, também, como contribuição da ANPHCTB dentro das comemorações dos 200 anos de imigração e colonização no Rio

Grande do Sul, permitindo a publicação em formato de e-book o acesso a um público mais amplo e diversificado (Contracapa, 2021).

O patrimônio histórico-cultural de Novo Hamburgo também foi abordado no decorrer do seminário como uma demanda da comunidade, somada a uma saída a campo, a fim de conhecê-lo, em especial os locais de memória ligados à presença de negros escravizados. Uma segunda edição do livro foi publicada em 2021 em formato *e-book* (Figura 7).

Figura 7: Capa do livro *Imigração: diálogos e novas abordagens*



Fonte: Arquivo ANPHCTB.

A emergência da pauta do patrimônio histórico-cultural e a salvaguarda de acervos vinculados à imigração de língua alemã motivaram o tema do evento seguinte, realizado em Taquara em 2012 (Figura 8). Até então, o patrimônio histórico-cultural material e imaterial era uma questão que tangenciava os estudos sobre imigração, tendo em vista que as próprias comunidades até então não demandavam a sua preservação. Contudo, o avanço da urbanização e da modernização nos centros urbanos e o êxodo

das famílias do espaço rural trouxeram a urgência de discutir e reivindicar políticas em prol do patrimônio histórico vinculado à imigração, independente do grupo étnico.

Figura 8: Capa do livro Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras



Fonte: Arquivo ANPHCTB.

Por sua vez, a conjuntura global de 2017 trouxe à tona os fluxos migratórios contemporâneos, então sob os holofotes da mídia, em virtude da “crise” migratória europeia iniciada em 2015 e a posterior crise centro-americana. No Rio Grande do Sul, a presença de imigrantes provenientes de diferentes países era notável, predominando os haitianos e senegaleses, distribuídos nos mais diferentes municípios, mas com alta concentração em Caxias do Sul e Passo Fundo.

Figura 9: Capa do *e-book* Migrações históricas e recentes



Fonte: Arquivo ANPHCTB.

A apresentação do *e-book* Migrações históricas e recentes resume a proposta do evento, realizado em Lajeado.

Quando falamos da história das comunidades que têm em sua trajetória a presença marcante de imigrantes alemães e descendentes, devemos ter bastante claro que essa história não é algo isolado, como uma ilha desconhecida totalmente afastada de algum continente. Cada vez mais, se vislumbra que essa história possui uma dimensão mais ampla, com algumas importantes características: a complexidade, a especificidade e a dimensão relacional. Por mais diminutas que possam ser demográfica e territorialmente muitas dessas sociedades, por serem grupos humanos, nelas podemos presenciar, analisar e refletir sobre os mais diferentes mecanismos sociais, religiosos, culturais, educacionais, entre tantos outros aspectos. Mas, assim como cada ser humano tem características que lhe conformam como um ser único, cada comunidade também possui elementos distintos, específicos de sua formação e estruturação, impregnadas pelas ações daqueles grupos sociais que as compõem. Mas reforçamos que especificidade não é sinônimo de isolamento. E nesse contexto, a análise historiográfica destas comunidades deve contemplar o caráter relacional, estabelecendo conexões entre diferentes níveis

de análise. Uma comunidade teuto-brasileira localizada no interior do Rio Grande do Sul, por exemplo, nunca esteve deslocada dos acontecimentos regionais, estaduais, nacionais e mundiais. Evidentemente, os efeitos e interação entre estes diferentes níveis é variável, contendo assim características próprias.

Migrações históricas e recentes estão em perfeita sintonia com a história das comunidades teuto-brasileiras, seja no passado, seja no presente. Estas comunidades são frutos de processos migratórios, ocasionados por diferentes razões e interesses. Ao longo dos últimos dois séculos, o Brasil, recebeu o influxo dos mais diferentes grupos étnicos: alemães, italianos, poloneses, japoneses, judeus, sírio-libaneses, entre outros. Mesmo que não tão próximos, estes grupos passaram a se relacionar com a sociedade receptora, se inserindo em sua estrutura social, política, econômica, religiosa e cultural. Muitos destes grupos, que poderiam ser considerados, apropriando-se do conceito de Norbert Elias, como *outsiders*, hoje são os estabelecidos. E, nestas primeiras décadas do século XXI, outros grupos humanos precisam migrar, por motivos, ora diferentes, ora muito próximos das razões que motivaram as grandes migrações dos séculos XIX e XX: a fome, a miserabilidade, os conflitos armados, as disputas políticas e o sonho de uma vida nova, de um recomeço. E como esse processo é encarado? Quais significações, sentimentos, discursos e ações estão presentes em nossa sociedade contemporânea? E no passado, como esses imigrantes eram vistos pela sociedade que os recebia? Diante dessas perguntas, a análise das migrações do passado e do presente é de grande importância para se pensar a constituição de nossa sociedade e, ao mesmo tempo, vislumbrar o significado e reflexo disso para o futuro (Rodrigo L. dos Santos, Apresentação, 2017, p. 6-7).

Educação sempre foi um tema transversal discutido em todos os seminários, com ênfase nos educandários, professores e material didático. Porém, nesse seminário, realizado em 2019 em Taquara, migrações, educação e desenvolvimento foram os protagonistas. Consolidado como evento nacional, foi alçado a evento internacional, tendo em vista as discussões historiográficas e a perspectiva de estudos transnacionais. Em termos de trabalhos apresentados e publicados, foi o maior evento, resultando em três volumes de livros em formato *e-book* (Figura 10).

Figura 10: Capa do *e-book* Migrações, educação e desenvolvimento – V. 1, 2 e 3



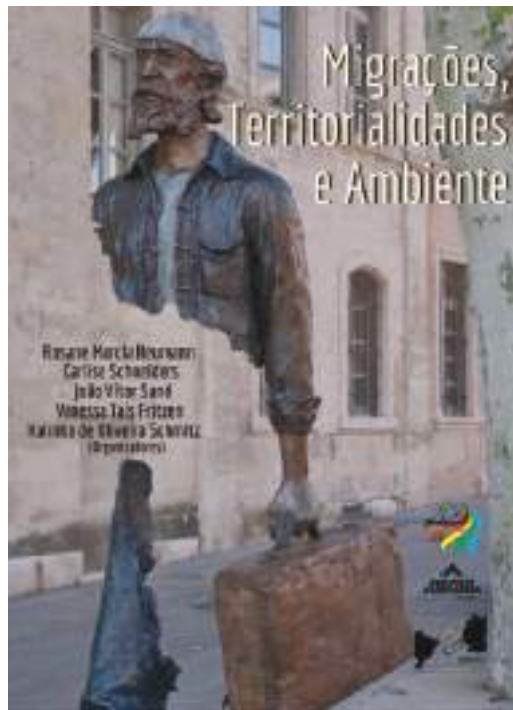
Fonte: Arquivo ANPHCTB.

Por fim, o último seminário foi realizado em formato virtual em 2021. O Seminário Internacional Migrações, territorialidades e ambiente e o XV Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras tiveram como objetivo discutir os deslocamentos migratórios históricos e contemporâneos e suas territorialidades regionais e transnacionais e os impactos no ambiente (Figura 11). Tratando-se de uma temática complexa, propõe o diálogo interdisciplinar com as diversas áreas do conhecimento, bem como múltiplas abordagens teóricas e metodológicas. Conforme a apresentação da contracapa do *e-book* resultante do evento:

Os estudos que integram a presente obra abrangem as migrações históricas e contemporâneas, suas territorialidades locais, regionais, transnacionais e os impactos no ambiente. As discussões propostas são atuais, pertinentes e necessárias em um momento de “crise migratória”, com o crescimento do número de imigrantes indocumentados, campos de refugiados e deslocados. Soma-se a esse cenário a “crise sanitária”, decorrente da pandemia de Covid-19, momento delicado onde o “ódio ao outro” reforça, no imaginário social, a representação do imigrante como portador e disseminador do vírus e, simultaneamente, empurra-o para a marginalidade nas políticas de saúde pública, contenção e controle da pandemia. O diálogo teórico e metodológico entre os estudiosos das migrações históricas e das migrações contemporâneas têm se mostrado frutífero, contribuindo na/para produção de novas e outras leituras e interpretações sobre o tema, onde velhos dilemas (re)aparecem com novas roupagens (Contracapa, 2021).

O formato virtual do seminário possibilitou a participação de pesquisadores “migrantólogos” dos diferentes estados brasileiros e do exterior, alargando o diálogo e o debate em torno do tema. Dado o perfil internacional do seminário, os conferencistas e palestrantes brasileiros e estrangeiros também obtiveram sua participação facilitada. Saliente-se ainda que a transmissão das conferências e mesas-redondas foi acompanhada pelos inscritos durante o evento, bem como atingiu um público expressivo posteriormente, uma vez que permanecem disponíveis com acesso livre no canal da ANPHCTB do Youtube (https://www.youtube.com/channel/UCxfXAgf_aPSB-lteYNYFhRw). Todo o material relativo ao evento, incluindo o caderno de resumos, a programação, os vídeos de lançamento de livros, encontram-se no site do evento (<https://xvseminarioanphctb.wixsite.com/seminariomigracoes>).

Figura 11: Capa do *e-book* Migrações, territorialidades e ambiente



Fonte: Arquivo ANPHCTB.

Portanto, a Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras no decorrer dos seus quase 25 anos de atuação consolidou-se enquanto associação nacional que reúne pesquisadores interessados no estudo da mobilidade populacional histórica e recente, em suas múltiplas dimensões, utilizando fontes de pesquisa diversas. A promoção dos seminários e as parcerias com Prefeituras, Universidades, entre outros, e a publicação dos apresentados em formato de livro deram visibilidade e credibilidade à instituição, bem como aos pesquisadores. A sua inserção nas comunidades contribuiu para a construção de uma identidade de pertencimento e preservação das suas memórias, resultando na salvaguarda de acervos documentais, bibliotecas, na identificação e preservação de patrimônios histórico-culturais. Enfim, se estudar as comunidades teuto-brasileiras em correlação com o contexto micro e macro-histórico era um campo menosprezado na academia, delegado a pesquisadores municipalistas, diletantes e genealogistas, destinado a extinguir-se, atualmente se percebe um movimento inverso: trata-se de uma temática urgente e na pauta mundial, atraindo jovens pesquisadores, trazendo à luz novas leituras e interpretações.

Obras publicadas

*ANAI*S do I e II Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. Lajeado: Grafocem, 1999.

*ANAI*S do III Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. Lajeado: Garten Sul, 2000.

ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Org.). *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: Oikos, 2004.

FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (Orgs.). *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2008 [2. ed.; E-book, 2021].

GERBER, Doris Helena Schaun; DILLY, Gabriela; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). *Imigração: do particular ao geral* (Anais do X Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, 2008). Ivoti/Porto Alegre: Instituto Superior de Educação Ivoti/CORAG, 2009.

NEUMANN, Rosane Marcia *et al.* (Org.). *Migrações, territorialidades e ambiente*. São Leopoldo: Oikos, 2021. [E-book].

RAHMEIER, Andrea Helena Petry *et al.* (Org.). *Migrações, Educação e Desenvolvimento: volume 1: convergências e reflexões* [recurso eletrônico] / Andrea Helena Petry Rahmeier *et al.* (Org.). Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry *et al.* (Org.). *Migrações, Educação e Desenvolvimento: volume 2: convergências e reflexões* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry *et al.* (Org.). *Migrações, Educação e Desenvolvimento: volume 3: convergências e reflexões* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

REINHEIMER, Dalva Neraci; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras: história, memória e preservação*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

SCHNEIDER, Cristina Seibert; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). *Entre Vales e Serras: Fronteiras* (Anais do IX Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, 2006). São Leopoldo: Casa Leiria, 2008. [Em DVD].

WEIZENMANN, Tiago; SANTOS, Rodrigo Luis dos; MÜHLEN, Caroline von (Orgs.). *Migrações históricas e recentes*. Lajeado: Ed. da Univates, 2017.

Referências

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno. *Travessia*, especial, p. 7-32, jan. 2000.

Sobre os autores e as autoras

Eduardo Gallardo Martinez

Doutor em História pela Freie Universität Berlin, Alemanha. Investigador associado do Centro de Estudios de Historia Agraria de América Latina – CEHAL, Chile.

Eduardo Relly

Doutor em História pela Freie Universität Berlin, Alemanha. Post-Doc Researcher (Wiss. Mitarbeiter) na Friedrich-Schiller-Universität Jena.

Gerson Roberto Neumann

Doutor em Germanística pela Freie Universität Berlin, Alemanha. Pós-doutorado: Universität Potsdam, Alemanha. Professor do Departamento de Línguas Modernas e do PPG em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Isabel Cristina Arendt

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos. Professora no curso de Graduação em Letras da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora no curso de Graduação do Instituto Superior de Educação Ivoti.

Ivânia Campigotto Aquino

Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras e do curso de Letras da Universidade de Passo Fundo/UPF. Pós-doutorado em Letras – Estudos de Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

João Carlos Tedesco

Doutor em Ciências Sociais e pós-doutor pela Universidade de Milão e Verona (Itália). Professor aposentado da UPF; colaborador no Programa de Pós-Graduação em História da UPF (PPGH/UPF).

Juan Luis Martirén

Doutor em História pela Universidad Nacional Del Centro de La Provincia de Buenos Aires, Argentina. Pesquisador no Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani” – Universidad de Buenos Aires/Conicet, Argentina.

Patricia Grazziotin Noschang

Doutora em Direito. Professora do Programa de Pós-Graduação Direito da Universidade de Passo Fundo (UPF). Coordenadora do Fórum de Mobilidade Humana de Passo Fundo.

Rosane Marcia Neumann

Doutora em História. Estágio de Pós-doutorado em História pelo *Lateinamerika Institut (LAI)/Freie Universität Berlin*, Alemanha. Estágio de Pós-doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Professora visitante do PPGH/FURG. Associada e pesquisadora do Instituto Histórico de São Leopoldo/RS.

Wellington Augusto Blume

Mestre em História. Professor da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul. Presidente da ANPHCTB.

“Não é mais o mundo de um homem, mas o homem do mundo, que mesmo sendo repleto de cultura tornou-se frágil na imensidão. Este viajante escapa de si mesmo para encontrar sua terra desconhecida.”

Bruno Catalano

Migrações, territorialidades e ambiente são o ponto de convergência e o fio condutor dos estudos que compõem essa coletânea. Contempla os movimentos migratórios transnacionais históricos e recentes, com destino à Argentina, Chile e Brasil, e os seus desdobramentos na (re)construção de identidades e territorialidades, como um processo em constante atualização e inacabado. Em escala reduzida, dialoga com a produção historiográfica e a literatura sobre as migrações de línguas alemãs, a partir de diferentes abordagens metodológicas e acervos documentais. Enfim, é uma valiosa contribuição para compreender os movimentos migratórios na América Latina e suas peculiaridades. Boa leitura!

Apoio:

